

UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA
CAEd - CENTRO DE POLÍTICAS PÚBLICAS E AVALIAÇÃO DA EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO PROFISSIONAL EM GESTÃO E AVALIAÇÃO
DA EDUCAÇÃO PÚBLICA

JOSIANE CRISTINA DA COSTA SILVA

**UM ESTUDO SOBRE A POLÍTICA E O MATERIAL DE DIVULGAÇÃO DE
RESULTADOS DA PROVA BRASIL**

JUIZ DE FORA

2013

JOSIANE CRISTINA DA COSTA SILVA

**UM ESTUDO SOBRE A POLÍTICA E O MATERIAL DE DIVULGAÇÃO DE
RESULTADOS DA PROVA BRASIL**

Dissertação apresentada como requisito parcial à conclusão do Mestrado Profissional em Gestão e Avaliação da Educação Pública, da Faculdade de Educação, Universidade Federal de Juiz de Fora.

Orientadora: Lina Kátia Mesquita de Oliveira

JUIZ DE FORA

2013

TERMO DE APROVAÇÃO

JOSIANE CRISTINA DA COSTA SILVA

UM ESTUDO SOBRE A POLÍTICA E O MATERIAL DE DIVULGAÇÃO DE RESULTADOS DA PROVA BRASIL

Dissertação apresentada à Banca Examinadora designada pela equipe de
Dissertação do Mestrado Profissional CAEd/ FAGED/ UFJF, aprovada em 16/08/13.

Professora Dr.^a Lina Kátia Mesquita de Oliveira

Membro da Banca – Orientadora – Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF)

Professor Dr. Joaquim José Soares Neto

Membro da Banca Externa – Universidade de Brasília (UnB)

Professor Dr. Marcus Vinícius David

Membro da Banca Interna – Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF)

Juiz de Fora, de de 20.....

A Deus, princípio e fim de todas as coisas.
A meu esposo, Silvio, pelo amor vivido durante esses anos e pelo apoio incondicional na trajetória desse Mestrado.

A meus pais, Edson e Julia, por todo o amor que a mim dedicaram e por todo o esforço que fizeram para que eu chegasse até aqui.

AGRADECIMENTOS

Quero agradecer a todas as pessoas que contribuíram para a realização não só deste trabalho, mas também de todo o curso de Mestrado.

A Deus, que me deu o dom da vida.

A minha família, especialmente meu esposo, Silvio, e meus pais, Edson e Julia, que me apoiaram e incentivaram incansavelmente no decurso deste Mestrado.

A todos os professores, especialmente à professora Lina Kátia, orientadora deste trabalho.

Aos membros da Equipe de Dissertação do Mestrado Profissional CAEd/FACED/UFJF, Kelmer, Juliana e Daniel, que me auxiliaram durante todo o processo de elaboração deste estudo.

Aos amigos que estiveram a meu lado.

A todos os profissionais que participaram com suas opiniões da pesquisa empreendida.

Ao Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais, que me oportunizou cursar este Mestrado.

O grande sentido da avaliação consiste em se trabalhar para que seus resultados se convertam em mudança de atitude que contribua para a melhoria do fenômeno avaliado.

RESUMO

Esta dissertação analisa a política e o material de divulgação dos resultados da Prova Brasil, com o objetivo de propor um aprimoramento nas estratégias e no material elaborado para a disseminação desses resultados. A justificativa é que os mecanismos e o material de disseminação de dados da Prova Brasil ainda não são suficientemente compreendidos e utilizados pelos profissionais da educação. Como metodologia de pesquisa, adotaram-se análise documental, pesquisa bibliográfica, entrevistas de roteiro semiestruturado e questionários. A investigação empreendida evidencia, no primeiro momento, o contexto de surgimento das avaliações em larga escala no Brasil, cujo marco inaugural foi a implantação do Saeb. Na sequência, descreve o funcionamento deste sistema, englobando sua criação e sua reformulação, que resultou na incorporação da Prova Brasil. Expõe elementos como as matrizes de referência, as disciplinas avaliadas, as fases da política e as áreas responsáveis por sua execução. O foco é, sobretudo, a análise do processo e do material utilizado para a disseminação dos dados, trazendo à tona informações sobre esse modelo. Esta análise foi validada mediante um questionário respondido por gestores da área de avaliação educacional de alguns estados brasileiros. Os achados da pesquisa demonstraram que, embora a apreciação do material e do modelo de divulgação pelos gestores tenha sido positiva na maioria dos aspectos, algumas mudanças foram sugeridas e podem ser empreendidas com o intuito de uma eficiência maior no entendimento e no uso dos dados. Ao final, são propostas algumas alterações tanto nas estratégias de disseminação dos resultados da Prova Brasil (modificações no livreto e nos cartazes, instituição de um “Dia D”) quanto no material (criação de um vídeo explicativo e de uma revista) as quais poderão contribuir para facilitar a compreensão e a apropriação destes por parte de profissionais da área educacional.

Palavras-chave: Prova Brasil, avaliação externa, divulgação de resultados.

ABSTRACT

This essay aims to analyze the policy and publishing material of *Prova Brasil* results, in order to improve the strategies and dissemination of them. The argument is that they are not used properly and effectively by education professionals. The research methods used were: document analysis, bibliographical research, *semi-structured interviews* and questionnaires. The investigation shows the context of the beginning of *large-scale assessment* programs in Brazil, which started with National Assessment of Basic Education (Saeb). In addition, it describes how this system works, its creation and redevelopment, resulting in *Prova Brasil* incorporation. The following topics are also covered: the reference test matrix, subjects evaluated, phases of the policy and the areas responsible for its development. It focuses on the analysis of the process and the material used for data dissemination, bringing up information about the model. This analysis was verified by a questionnaire answered by evaluation of education managers from different Brazilian states. The research results show that, although the material appreciation and its dissemination model are mostly positive, some changes must be suggested with the aim of improving and understanding data use. Finally, other changes are suggested for the dissemination of *Prova Brasil* results (brochures and charts, day “D” creation) and the material itself (explaining video and a magazine), which may contribute to the understanding and use of those elements by education professionals.

Keywords: *Prova Brasil*, external evaluation, publishing results.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABNT – Associação Brasileira de Normas Técnicas
Aneb – Avaliação Nacional da Educação Básica
Anresc – Avaliação Nacional do Rendimento Escolar
BC – Banco de Colaboradores
BNI – Banco Nacional de Itens
Daeb – Diretoria de Avaliação da Educação Básica
Daes – Diretoria de Avaliação da Educação Superior
Deed – Diretoria de Estatísticas Educacionais
Direde – Diretoria de Estudos Educacionais
DGP – Diretoria de Gestão e Planejamento
DTDIE – Diretoria de Tratamento e Disseminação de Informações Educacionais
Enem – Exame Nacional do Ensino Médio
FNDE – Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação
Ideb – Índice de Desenvolvimento da Educação Básica
Inep – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais
LDB – Lei de Diretrizes e Bases
MEC – Ministério da Educação
Saeb – Sistema de Avaliação da Educação Básica
SED – Secretaria Estadual de Educação
Sinaes – Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior
TRI – Teoria de Resposta ao Item
UOL – Unidade de Operações Logísticas

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Exemplo de Cartaz 1 da Prova Brasil Enviado à Escola – 2005.....	55
Figura 2: Exemplo de Cartaz 2 da Prova Brasil Enviado à Escola – 2005.....	56
Figura 3: Exemplo de Cartaz 1 da Prova Brasil Enviado à Escola – 2007.....	57
Figura 4: Exemplo de Cartaz 1 da Prova Brasil Enviado à Escola – 2009.....	58
Figura 5: Exemplo de Cartaz 2 da Prova Brasil Enviado à Escola – 2009.....	59
Figura 6: Exemplo de Cartaz 3 da Prova Brasil Enviado à Escola – 2009.....	60

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1: Meio de Divulgação da Prova Brasil com Maior Alcance junto aos Profissionais da Educação.....	70
Gráfico 2: Opinião dos Gestores Quanto à Interferência da Divulgação Concomitante da Prova Brasil e do Ideb no Processo de Apropriação dos Resultados desses Indicadores.....	72
Gráfico 3: Apreciação dos Gestores acerca de Elementos do Leiaute Geral do Livroto da Prova Brasil.....	76
Gráfico 4: Apreciação dos Gestores sobre as Informações Textuais Presentes no Livroto da Prova Brasil.....	78
Gráfico 5: Avaliação dos Gestores quanto à Abordagem dos Temas no Livroto da Prova Brasil.....	80
Gráfico 6: Avaliação dos Gestores quanto à Aplicabilidade do Livroto da Prova Brasil no Cotidiano Escolar.....	81
Gráfico 7: Avaliação dos Gestores quanto ao Leiaute Geral dos Cartazes da Prova Brasil.....	83
Gráfico 8: Apreciação dos Gestores quanto às Informações Textuais e aos Dados dos Cartazes da Prova Brasil.....	85
Gráfico 9: Opinião dos Gestores quanto à Aplicabilidade dos Cartazes da Prova Brasil no Cotidiano Escolar.....	86
Gráfico 10: Opinião dos Gestores quanto ao Uso do <i>Kit</i> de Divulgação em Eventos das Secretarias Estaduais.....	88
Gráfico 11: Opinião dos Gestores quanto à Capacidade do <i>Kit</i> de Divulgação em Favorecer o Entendimento e a Apropriação dos Resultados por Parte dos Profissionais da Educação.....	89
Gráfico 12: Material que Deve Ser Acrescentado ao <i>Kit</i> de Divulgação da Prova Brasil.....	92
Gráfico 13: Outros Materiais para Divulgação dos Resultados da Prova Brasil Produzidos pelas Secretarias Estaduais.....	93
Gráfico 14: Estratégias Usadas pelas Secretarias para Promover a Apropriação e a Utilização dos Resultados da Prova Brasil por Professores e Demais Profissionais.....	95

Gráfico 15: Fatores que Facilitam a Apropriação e o Uso dos Resultados da Prova Brasil pelos Profissionais da Educação.....	97
Gráfico 16: Fatores que Dificultam a Apropriação e o Uso dos Resultados da Prova Brasil pelos Profissionais da Educação.....	100
Gráfico 17: Estratégias Adotadas para Disseminar os Resultados do Sistema de Avaliação Próprio dos Estados.....	102
Gráfico 18: Materiais de Divulgação Produzidos para Disseminar os Resultados dos Sistemas Estaduais de Avaliação.....	103

LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Principais Diferenças e Semelhanças entre a Aneb e a Anresc.....	33
Quadro 2: Sugestão de Cronograma para a Organização do “Dia D” nas Escolas.....	113
Quadro 3: Atividades e Cronograma a Serem Propostos no Âmbito do Inep.....	121

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Taxa de Atendimento Escolar às Populações – Brasil – 1970-2000.....	21
Tabela 2: Evolução das notas do Saeb/Prova Brasil no Ensino Fundamental – Brasil – 2005-2011.....	45
Tabela 3: Evolução das notas do Saeb no Ensino Médio – Brasil – 2005-2011.....	48

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	16
1. O SISTEMA DE AVALIAÇÃO DA EDUCAÇÃO BÁSICA (SAEB) E A POLÍTICA DE DIVULGAÇÃO DOS RESULTADOS DA PROVA BRASIL	19
1.1. A expansão do ensino no Brasil: um impulso ao surgimento da avaliação padronizada	19
1.2. A avaliação educacional em larga escala	24
1.3. O Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (Inep)	28
1.4. O Sistema de Avaliação da Educação Básica (Saeb) e a Prova Brasil	29
1.4.1. A criação do Saeb.....	29
1.4.2. O surgimento da Prova Brasil.....	31
1.4.3. As matrizes de referência e as disciplinas avaliadas.....	35
1.4.4. A Diretoria de Avaliação da Educação Básica (Daeb).....	36
1.4.5. As fases que compõem o Saeb/Prova Brasil.....	37
1.5. A divulgação dos resultados da Prova Brasil	40
1.5.1. A coordenação responsável pela disseminação dos resultados.....	40
1.5.2. As escalas de proficiência.....	42
1.5.3. Os resultados apresentados ao longo dos últimos anos.....	44
1.5.4. O processo de divulgação dos resultados.....	49
1.5.5. O <i>kit</i> de divulgação.....	52
2. ANÁLISE DA POLÍTICA E DO MATERIAL DE DISSEMINAÇÃO DOS RESULTADOS DA PROVA BRASIL	62
2.1. A importância e os desafios da divulgação dos resultados de avaliações externas	64
2.2. Avaliação do <i>kit</i> e das estratégias de divulgação da Prova Brasil: o questionário aplicado aos gestores dos sistemas estaduais de avaliação	67
2.3. Os meios de divulgação	68
2.4. O calendário de divulgação: Prova Brasil <i>versus</i> Ideb	71
2.5. <i>Kit</i> de divulgação da Prova Brasil: apreciação dos gestores dos sistemas estaduais de avaliação	73
2.5.1. Análise do livreto da Prova Brasil.....	74
2.5.2. Análise dos cartazes de divulgação da Prova Brasil.....	82

2.6. Apreciação do modelo de disseminação da Prova Brasil pelos gestores estaduais de avaliação.....	87
2.7. As lições dos sistemas estaduais de divulgação e as sugestões dos gestores.....	101
3. PROPOSIÇÕES PARA A POLÍTICA DE DISSEMINAÇÃO DOS RESULTADOS DA PROVA BRASIL.....	108
3.1. Amparo legal para a proposição do plano.....	109
3.2. A criação de um dia específico para o estudo dos resultados da Prova Brasil: o “Dia D”.....	111
3.3. Alterações no material de divulgação.....	113
3.3.1. Modificações no livreto e nos cartazes.....	114
3.3.2. A inserção de novos instrumentos ao <i>kit</i> de divulgação.....	116
3.3.2.1. A criação de uma revista.....	117
3.3.2.2. A criação de um vídeo.....	118
3.4. Plano e cronograma das atividades.....	120
3.5. Avaliação da efetividade das ações implementadas.....	121
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	123
REFERÊNCIAS.....	125
ANEXOS.....	129

INTRODUÇÃO

Esta dissertação analisa a política e o material de divulgação dos resultados da Prova Brasil pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (Inep), mediante uma investigação de meandros desse processo e do material usado na disseminação.

A partir da década de 1990, mudou-se a abordagem dada à educação no Brasil, que foi reconhecida como um direito assegurado constitucionalmente e como condição indispensável à construção de uma sociedade mais cidadã e participativa, além de elemento imprescindível à inserção no mundo do trabalho, já marcado pela globalização e pela informatização.

Nesse contexto, como forma de garantir um monitoramento do sistema de ensino e, conseqüentemente, buscar mecanismos para a melhoria da qualidade da educação, ganha espaço o tema da avaliação educacional em larga escala, uma forma de se verificar a qualidade do ensino oferecido por meio da análise do desempenho dos alunos em testes padronizados.

A prática foi inaugurada no País com a criação do Sistema de Avaliação da Educação Básica (Saeb) e da década de 1990 até agora, mais de 20 anos depois, houve uma grande evolução nesse sistema de avaliação em larga escala, principalmente com a incorporação da Prova Brasil, uma avaliação que possibilita conhecer os resultados do desempenho dos alunos em cada unidade escolar participante.

O estudo de caso empreendido neste trabalho traz a análise da etapa de divulgação dos resultados da Prova Brasil, considerada uma das mais relevantes do processo, bem como do material empregado para a disseminação dos dados, ponto em que se estabelece a ligação entre este Plano de Ação Educacional e minha atuação profissional. Trabalho como Pesquisadora – Tecnologista em Informações e Avaliações Educacionais, na área de produção editorial do Inep, e grande parte do material que é produzido para divulgação ou publicação no órgão passa por essa área para edição, possibilitando-me perceber a importância dos instrumentos e das estratégias de disseminação de dados, políticas e programas educacionais.

Por meio de análise documental, pesquisa bibliográfica, entrevistas com profissionais responsáveis pela execução da política e aplicação de questionários a gestores da área de avaliação educacional, foram feitas a descrição e a análise do desenho da Prova Brasil, passando por alguns aspectos importantes, mas ressaltando a divulgação dos resultados.

A pesquisa bibliográfica foi empregada para conhecer o que dizem os autores sobre o tema da divulgação de resultados de avaliações externas e a análise documental para elucidar as determinações contidas nos dispositivos legais. As entrevistas de roteiro semiestruturado possibilitaram desvendar aspectos não registrados em documentos e a aplicação dos questionários ofereceu uma validação empírica, demonstrando as apreciações e opiniões de profissionais da área de gestão da avaliação em larga escala de estados brasileiros acerca do modelo e do material de divulgação.

Os achados de pesquisa proporcionaram a proposição de um plano de ação com novas alternativas e instrumentos de disseminação dos resultados do sistema, o que pode contribuir para facilitar a compreensão e a apropriação destes por parte de profissionais da área educacional.

O Capítulo I aborda o surgimento da avaliação padronizada no Brasil, com a criação do Saeb e a incorporação da Prova Brasil, e descreve as etapas envolvidas na execução da política. Apresenta algumas considerações sobre o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (Inep) e a Diretoria de Avaliação da Educação Básica (Daeb), responsáveis pelo Saeb/Prova Brasil. Expõe, ainda, a política de divulgação dos resultados adotada pelo Inep – mencionando a coordenação responsável pelo processo de disseminação – e o material usado para promover a divulgação junto às escolas.

O Capítulo II analisa a política e o material de disseminação dos resultados da Prova Brasil, com destaque para o atual modelo adotado. Discute, mediante o posicionamento de alguns autores, a importância de uma eficiente política de divulgação dos resultados das avaliações externas. Por meio de respostas de gestores estaduais da área de avaliação em larga escala, aborda as estratégias de disseminação adotadas e aprecia o material produzido para o processo de divulgação. Traz, ainda, contribuições que os sistemas estaduais de avaliação podem oferecer ao modelo empregado para a Prova Brasil.

O Capítulo III propõe um plano de ação que visa a um refinamento na política aplicada e no material produzido, com base no estudo realizado, com o intuito de tornar mais fácil e eficiente o processo de apropriação e uso dos resultados da avaliação e, assim, tentar contribuir para a melhoria do ensino oferecido no País. São sugeridos a divisão dos momentos de divulgação dos resultados do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb) e da Prova Brasil, cuja disseminação atual é simultânea; a criação de um dia específico para o estudo dos resultados nas escolas: o “Dia D”; reformulações no material já existente, com algumas adequações; e a inclusão de novos instrumentos ao *kit* de divulgação. Seguem essas proposições um plano de atividades a serem desenvolvidas.

1. O SISTEMA DE AVALIAÇÃO DA EDUCAÇÃO BÁSICA (SAEB) E A POLÍTICA DE DIVULGAÇÃO DOS RESULTADOS DA PROVA BRASIL

Este capítulo traz uma exposição do surgimento da avaliação padronizada no Brasil, que tem como marco inaugural a criação do Sistema de Avaliação da Educação Básica (Saeb). Esse sistema, em aperfeiçoamento até os dias atuais, configurou-se como um dos elementos da consolidação da cultura e da prática de avaliação em larga escala no País.

Primeiramente, é feita uma breve exposição do surgimento das avaliações padronizadas no Brasil como tentativa de elevar a qualidade do sistema educacional em expansão no fim do século 20 e da instituição atualmente responsável por essas avaliações: o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (Inep), autarquia federal que tem, entre suas finalidades, a de coordenar os projetos de avaliação educacional em larga escala.

Em seguida, procede-se a descrição do Saeb, partindo de sua criação em 1990, perpassando pelas modificações sofridas ao longo do tempo, até a incorporação da Prova Brasil ao processo avaliativo, que trouxe uma mudança significativa, possibilitando a aferição dos resultados por unidade de ensino.

Dando continuidade, expõem-se elementos como o processo de construção das matrizes de referência e as disciplinas avaliadas, bem como uma passagem pelas etapas que compõem o Saeb/Prova Brasil. Nesse contexto, dedica-se um espaço à Diretoria de Avaliação da Educação Básica (Daeb), na qual está praticamente todo o trabalho de concepção, organização e execução da prova. Por fim, trata-se da política de divulgação dos resultados, objeto maior deste estudo e instrumento importante no processo de compreensão e utilização adequada das informações produzidas, o que pode concorrer para a melhoria do rendimento dos alunos e, conseqüentemente, da qualidade do ensino.

1.1. A expansão do ensino no Brasil: um impulso ao surgimento da avaliação padronizada

Até as últimas três décadas do século 20, o ensino no Brasil era considerado elitista, pois não conseguia atender a toda a população em idade escolar. A partir dos anos de 1970 começa um grande clamor popular por escolarização, o que acaba por gerar uma pressão em torno da abertura da escola pública e da universalização do ensino. Segundo Sposito (1984, apud Oliveira, 2007, p. 671), “a ausência de escola vai ser enfrentada por demandas populares pela expansão do sistema”. Ocorre, então, no Brasil, um processo de expansão da rede como forma de tornar a educação acessível a todas as camadas sociais.

Essa expansão é gradativa durante a década de 1980, tendo o governo voltado suas ações para a ampliação da rede escolar, e começa a se consolidar com a Constituição da República Federativa do Brasil, de 1988, promulgada num momento em que o País passava por um processo de redemocratização e que trouxe em seu texto a educação como um direito individual subjetivo a ser garantido pela família e pelo Estado, conforme estabelecido em seu artigo 205:

A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho. (BRASIL, 1988. Grifo nosso.).

De 1970 até o ano 2000, o País presenciou um crescimento expressivo no atendimento escolar à população entre 7 e 14 anos e “o percentual de crianças na escola, independente do nível de ensino, passou de 67,0% em 1970, para 89,1% em 1994, e para 95,8% em 1998”. (BRASIL. INEP, 2000, p. 68). A Tabela 1 mostra mais detalhadamente esse crescimento:

Tabela 1: Taxa de Atendimento Escolar às Populações – Brasil – 1970-2000

Ano	Alunos atendidos – 7 a 14 anos (%)	Alunos atendidos – 15 a 17 anos (%)
1970	67,0%	-
1980	80,9%	49,7%
1991	89,0%	62,3%
1994	92,7%	68,7%
1998	95,8%	81,1%
1999	97,0%	84,5%
2000	96,4%	83,0%

Fonte: Elaboração própria com base em Oliveira (2007).

Ainda de acordo com a Constituição Federal, artigo 206, o ensino deve ser ministrado obedecendo a determinados princípios, dentre os quais o da “garantia de padrão de qualidade” (BRASIL, 1988). Entretanto a universalização do ensino ocasionou ao sistema um crescimento em quantidade, mas não em qualidade, como previsto na Carta Magna. O acesso quase irrestrito a diferentes camadas sociais encontrou uma escola pouco preparada para atender a heterogeneidade do público, o que gerou um novo desafio para o sistema educacional. Este, em crise, mostrou-se incapaz de oferecer ao aluno a permanência e o sucesso escolar, fatores diretamente ligados ao alcance da qualidade educacional. Segundo Oliveira (2007, p. 666),

além do atendimento à demanda por mais educação, debatemo-nos com a tensão entre o direito à educação de qualidade para amplos contingentes da população ou sua negação, o que pode tornar inócua a democratização do acesso, quer seja por sua distribuição diferenciada, quer seja por, e também, relegar a qualidade a nichos de privilégio no interior do sistema educacional.

Coloca-se, então, uma nova questão a ser pensada e discutida pelo País: como universalizar o acesso e assegurar a qualidade da educação, contemplando permanência dos alunos com êxito nas instituições? O fato é que a educação estava sendo oferecida, entretanto de maneira que não conseguia atender as necessidades do contingente que a frequentava. O direito era, então, assegurado de modo

incompleto ou superficial, pois o desenvolvimento do indivíduo, em suas dimensões social e cidadã, não era plenamente contemplado pela escola.

Durante a década de 80 eram altas as taxas de evasão e, principalmente, de repetência, e estas, de acordo com Pestana (1997, apud Oliveira, 2011, p. 116) “indicavam a ineficiência das escolas e a necessidade de promover ações para a melhoria da qualidade do ensino ofertado”.

Ribeiro (1991) também aponta em seu estudo as elevadas taxas de repetência que assolavam o Brasil, principalmente nos anos iniciais do ensino fundamental. Para ele, o acesso à escola era praticamente um fim em si mesmo, não se configurando como forma de garantir uma formação eficiente aos alunos:

É sintomático perceber que o esforço das famílias brasileiras em manter seus filhos na escola não se traduz numa escolarização mais competente. Tudo leva a crer que nunca houve uma real função educadora de forma autossuficiente da escola. Hoje, a escola é um restaurante, um ambulatório médico, uma creche ou um depósito de crianças. Raramente encontramos uma escola que pretenda que seu processo de ensino-aprendizagem formal se esgote intramuros independente da situação da criança. (RIBEIRO, 1991, p. 18).

O pressuposto de qualidade da educação deixa de estar relacionado somente ao número de escolas existente e de vagas oferecidas e passa a ligar-se também ao sucesso obtido pelo aluno no processo de aprendizagem, o que força o Estado a buscar e propor métodos de monitoramento e medição da educação como uma tentativa de garantir a qualidade do sistema. Assim, começam a surgir ideias sobre políticas públicas de avaliação educacional baseadas em testes e padrões de desempenho.

Grande impulsionador desse movimento foram os Estados Unidos, onde havia uma insatisfação em torno do desempenho dos alunos e da baixa qualidade de escolas e de universidades, o que, de acordo com a população norte-americana, deixava-os vulneráveis à competitividade internacional. Essas ideias se propagaram para outras nações, dentre as quais o Brasil, e originaram uma onda de reformas baseadas em avaliações educacionais em larga escala (BROOKE, 2012).

Segundo Brooke (2012, p. 326):

Quando as reformas educacionais dos diferentes países são categorizadas de acordo com seus objetivos mais específicos, podemos ver claramente o quanto as reformas seguiram os mesmos

rumos ao longo do continente. Em todas as categorias, há, no mínimo, sete países diferentes embarcados na mesma proposta de reforma. No entanto, é no caso da implantação de novos sistemas de avaliação padronizada que a verdadeira uniformidade das propostas educacionais se revela.

No Brasil, tem início um movimento cuja intenção era a de elaborar instrumentos capazes de monitorar o sistema de ensino e delinear estratégias para que fosse possível alcançar a elevação da qualidade educacional. Conforme aponta Oliveira (2011, p. 116),

o País, então, começou o delineamento de um sistema de avaliação do sistema educacional, pois carecia de informações sobre o processo de ensino e o impacto das políticas educacionais. Somado a isso, o uso da avaliação era um instrumento estratégico para instaurar a nova gestão pública, que pretendia controlar as instituições, reduzir os custos e aumentar a eficiência dos serviços.

A implantação dos sistemas de avaliação passa a ser vista como uma necessidade do próprio sistema educacional de saber se os programas educacionais estavam surtindo efeito e, conseqüentemente, como forma de se promover a qualidade da educação, pois, de acordo com Castro (2009, p. 7),

até meados da década de 1990, não havia medidas de avaliação da aprendizagem que produzissem evidências sólidas sobre a qualidade dos sistemas de ensino no País. Costuma-se falar da velha escola pública do passado como exemplo de qualidade. No entanto, a escola era outra, uma escola excludente e de qualidade para os poucos eleitos que a ela tinham acesso. O problema hoje é mais complexo: construir e valorizar a boa escola pública, agora democrática e para todos.

Assim, na Lei nº 9.394/96 – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) –, a União preconiza sua responsabilidade para com a avaliação padronizada e a relação desta com a qualidade, ao incumbir-se, em seu artigo 9º, inciso VI, de “assegurar processo nacional de avaliação do rendimento escolar no ensino fundamental, médio e superior, em colaboração com os sistemas de ensino, objetivando a definição de prioridades e a melhoria da qualidade do ensino” (BRASIL, 1996).

1.2. A avaliação educacional em larga escala

Avaliação é um termo polêmico e gera diversas discussões. É uma ação que está presente no dia a dia do ser humano, o qual avalia o tempo todo, fazendo julgamentos das pessoas, dos acontecimentos e dos objetos que o cercam. Segundo Weiss (1998, p. 6),

avaliação é uma palavra elástica, que se alonga de modo a abranger julgamentos de diversos tipos. Mas o que todos os usos dessa palavra têm em comum é a noção de um julgamento de mérito. Há alguém examinando e ponderando um determinado fenômeno [...] em relação a um padrão implícito ou explícito.

A palavra avaliar vem do latim *a-valere* e, entre outros, significa “estabelecer a valia, o valor”; “determinar a qualidade, a extensão, a intensidade”; “apreciar o mérito” (HOUAISS, 2009). Os indivíduos, mesmo que de maneira inconsciente e não sistematizada, sabem bem o que é avaliar e tomam a atividade com naturalidade nas suas relações sociais. E ao se proceder a uma análise do ato de avaliar, percebe-se que ele envolve sempre um juízo de valor ou de mérito. Provavelmente o fato de trazer consigo a noção de julgamento é que torne tão complexa essa atividade.

Avaliação é uma palavra comumente usada no campo educacional, no qual se configura como

um procedimento que permite verificar se os objetivos educacionais estão sendo atingidos pelo programa de ensino e tem por finalidade fornecer informações quanto ao desempenho dos alunos em face dos objetivos esperados, possibilitando que se verifique o quanto as experiências de aprendizagem, tal como previstas e executadas, favorecem o alcance dos resultados desejados. (SOUSA, 1993 *apud* SOLIGO, 2010, p. 4).

A prática da avaliação está constantemente presente na educação, fazendo parte do cotidiano de alunos e professores, em que os papéis de avaliador e avaliado vão se alternando: o professor e o sistema avaliam o aluno, o sistema avalia o professor e a instituição, a instituição avalia o professor. Entretanto a

avaliação mais frequente e marcante recai sobre o aluno, que está sendo sempre testado e observado.

Esta é executada tendo em vista alguns objetivos, dentre os quais adquire destaque a aferição do grau de aprendizagem do aluno e a identificação de possíveis problemas ligados a essa aprendizagem e modos de corrigi-los ou amenizá-los. Algumas características específicas de cada tipo de avaliação acabam por determinar sua nomenclatura, como acontece no caso da avaliação externa, também chamada de avaliação em larga escala, e da interna.

As avaliações em larga escala distinguem-se das avaliações internas, na medida em que estas são feitas pelo professor ou pela própria instituição de ensino para fazer julgamentos de valor e propor alternativas no âmbito da sala de aula ou da instituição, enquanto as avaliações em larga escala são elaboradas por um órgão externo às escolas, com a finalidade de fazer juízos de valor e propor alternativas em âmbito mais amplo que o da instituição de ensino. (BRASIL. INEP, 2010a, p. 4).

Como se pode observar, a avaliação interna acontece dentro das próprias instituições, sendo elaborada e executada pelos profissionais que compõem o quadro da escola. Geralmente visa a aferir os conhecimentos dos alunos, habilitando-os ou não para prosseguirem em seus estudos, e a orientar a condução do trabalho docente. Tem uma grande importância pedagógica, pois se constitui em um instrumento de norteamo da prática docente, já que o intuito é conhecer o nível da aprendizagem de cada aluno, de modo a prover meios para que todos tenham acesso aos melhores métodos pedagógicos em seu processo de formação.

Não obstante essa finalidade, em muitas escolas a avaliação interna ainda se orienta fortemente para os resultados – avaliação somativa –, havendo uma preocupação em se obter um número ou um conceito que pode criar uma impressão de punição e classificação para aqueles que não alcançam índices satisfatórios. Ao contrário, a preocupação deveria recair sobre a busca por formas de se atuar sobre as dificuldades e as possibilidades de cada estudante – avaliação formativa –, elevando ao máximo o desenvolvimento de suas habilidades.

Já a avaliação externa é um procedimento que, embora aplicado no ambiente escolar, conta com uma concepção externa à escola, ficando geralmente a cargo de técnicos e especialistas de instituições, governamentais ou não, contratadas ou mantidas para esse fim. O foco desta pesquisa recai sobre esta avaliação – a

avaliação externa ou em larga escala ou padronizada como também é conhecida –, que é um instrumento de que dispõe o Estado para verificar, em certa medida, a qualidade do ensino oferecido.

Cumprir destacar que a avaliação padronizada é um tema que provoca controvérsias. Alguns estudiosos, professores, gestores, entre outros, consideram esse tipo de avaliação uma forma positiva de se mensurar a qualidade da educação de determinada população. Vianna (2003, p. 67) aponta que

as avaliações externas, realizadas quase sempre por proposta dos órgãos diretivos do sistema (Ministério da Educação; Secretarias de Estado da Educação), são recomendáveis, na medida em que representam um trabalho não comprometido com a administração educacional e as políticas que a orientam; são avaliações que traduzem uma visão de fora e supostamente isenta em relação a possíveis idiossincrasias próprias dos sistemas educacionais.

No entanto, o mesmo autor condena comparações e generalizações criadas a partir dos resultados do desempenho estudantil – injustificáveis em países com acentuadas diferenças regionais, pontuando que as avaliações externas podem trazer problemas

quando abrangem regiões com grande amplitude de variação nas suas condições sociais, econômicas e culturais, face à ocorrência de possíveis comparações destituídas de sentido e a generalizações comprometidas, tendo em vista as diversidades apontadas que deveriam ser levadas em consideração na constituição de escores compostos com valores agregados que traduziriam a maior ou menor influência da escola no desempenho educacional dos estudantes avaliados. (VIANNA, 2003, p. 47).

Outros autores percebem a avaliação externa como um instrumento classificatório e controlador do trabalho nas instituições, sem, entretanto, considerar as especificidades de cada realidade escolar. Perrenoud (2003, p. 11), destaca a distância existente entre a avaliação interna – executada pela escola – e a avaliação externa, a qual, para ele, geralmente neutraliza o contexto dos alunos. O teórico aponta que as avaliações externas

podem se ater aos dados mais fáceis de definir e de medir, mas é difícil avaliar o raciocínio, a imaginação, a autonomia [...]. Avaliar aprendizagens complexas em larga escala exige uma criatividade metodológica considerável e induz a custos importantes de aplicação

e tratamento dos dados. É mais rápido e mais barato ater-se a provas escritas, reduzindo, desse modo, as aprendizagens escolares às aquisições cognitivas, dando prioridade às disciplinas principais e às operações técnicas. Governos e especialistas que se deixam levar por tais simplificações em geral reconhecem lucidamente os vieses e a imperfeição de seus instrumentos. Curiosamente, isso não os impede de utilizá-los e de publicar as listas classificatórias. (PERRENOUD, 2003, p.12).

Os nomes atribuídos à avaliação externa têm ligação com algumas de suas características, a saber: externa – é concebida externamente aos profissionais da escola; padronizada – as mesmas avaliações são aplicadas a todas as escolas que participam do exame; em larga escala – são muitas as pessoas envolvidas no processo e muitos alunos avaliados.

Os sistemas de avaliação externa são mecanismos criados e executados pelas esferas governamentais para conhecer o desempenho de escolas ou redes de ensino, o que torna possível uma interferência justamente nos pontos mais críticos. Tem enorme significância no campo político, pois, para atender as demandas que se colocam visando à melhoria da qualidade do ensino, os resultados fornecem importantes subsídios à tomada de decisão. Além disso, possibilitam, na esfera política, a prestação de contas à sociedade sobre um serviço oferecido, uma espécie de explicação para o povo de como o sistema e os recursos nele empenhados estão sendo geridos.

As avaliações externas, embora já tenham sido incorporadas ao cotidiano das escolas, ainda não tem seu espaço e sua função bem definidos para a prática dos professores, de modo que alguns, na expectativa de que os alunos alcancem bons resultados em avaliações externas, conduzem as avaliações internas como preparação para os testes em larga escala. E assim os testes padronizados acabam por ocupar o lugar das avaliações escolares formativas, cujo intuito deveria ser o de aferir o alcance dos objetivos propostos pelo planejamento do professor, com o conseqüente desenvolvimento de competências nos alunos.

A grande finalidade de um sistema de avaliação padronizada é a produção de dados que subsidiem a discussão acerca do panorama educacional de uma população, evidenciando se e quanto os alunos estão aprendendo em relação aos conhecimentos e às habilidades constantes das propostas curriculares.

1.3. O Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (Inep)

No Brasil, as avaliações padronizadas nacionais ficam a cargo do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (Inep). O Inep foi criado pela Lei nº 378, de 13 de janeiro de 1937, e seu primeiro nome foi Instituto Nacional de Pedagogia, cuja finalidade era a de realizar pesquisas sobre os problemas do ensino. Teve seu nome alterado logo em 1938, mediante o Decreto-Lei nº 580, para Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos, origem da sigla Inep. Ao longo de seus 70 anos de história, passou por diversas mudanças institucionais, e sua última grande reestruturação aconteceu em 1997, por meio da Lei nº 9.448, de 14 de março, que redefiniu e ampliou suas atribuições e o transformou em uma autarquia federal vinculada ao Ministério da Educação.¹

Atualmente, o Inep tem como missão promover estudos e pesquisas relacionadas à área educacional. Entre suas funções, está a de planejar, coordenar e executar as etapas que compõem o processo de avaliação educacional, desde a concepção até a divulgação dos resultados. A última atualização oficial da estrutura regimental do Inep aconteceu em 2007, mediante o Decreto nº 6.337 de 20 de dezembro, que estabeleceu em seu artigo 1º as finalidades do órgão, dentre as quais:

- II - planejar, organizar, manter, orientar e coordenar o desenvolvimento de sistemas de estatísticas educacionais e de projetos de avaliação educacional, visando ao estabelecimento de indicadores educacionais e de desempenho das atividades educacionais no país;
 - III - planejar e operacionalizar as ações e procedimentos referentes à avaliação da educação básica;
 - IV - planejar e operacionalizar as ações e procedimentos referentes à avaliação da educação superior;
 - V - desenvolver e implementar, na área educacional, sistemas de informação e documentação que abranjam estatísticas, avaliações educacionais e gestão das políticas educacionais;
 - VI - subsidiar a formulação de políticas na área de educação, mediante a elaboração de diagnósticos, pesquisas e recomendações decorrentes dos indicadores e das avaliações da educação básica e superior;
- [...]

¹ Disponível em: <<http://portal.inep.gov.br/web/guest/institucional-70anos>>. Acesso em: 24 ago. 2012.

VIII - promover a disseminação das estatísticas, dos indicadores e dos resultados das avaliações, dos estudos, da documentação e dos demais produtos de seus sistemas de informação;

IX - apoiar os estados, o Distrito Federal e os municípios no desenvolvimento de projetos e sistemas de estatísticas e de avaliação educacional. (BRASIL, 2007).

O Inep conta com seis diretorias: Diretoria de Estatísticas Educacionais (Deed), Diretoria de Gestão e Planejamento (DGP), Diretoria de Avaliação da Educação Básica (Daeb), Diretoria de Avaliação da Educação Superior (Daes), Diretoria de Estudos Educacionais (Dired) e Diretoria de Tratamento e Disseminação de Informações Educacionais (DTDIE), além da Procuradoria Federal e da Auditoria Interna (BRASIL, 2007).

1.4. O Sistema de Avaliação da Educação Básica e a Prova Brasil

O Sistema de Avaliação da Educação Básica (Saeb) consiste em uma política pública de avaliação em larga escala, cuja intenção é “realizar um diagnóstico do sistema educacional brasileiro e de alguns fatores que possam interferir no desempenho do aluno, fornecendo um indicativo sobre a qualidade do ensino que é ofertado” (BRASIL. INEP, 2011a). Uma de suas funções é, pela produção de dados sobre a qualidade do sistema educacional, orientar outras políticas educacionais. Configura-se, assim, como instrumento de gestão da educação pública brasileira, na medida em que traz um retrato da aprendizagem dos alunos dentro das competências instituídas para as séries avaliadas, e permite a alocação de esforços onde o sistema de ensino se apresentar mais frágil.

1.4.1. A criação do Saeb

Acompanhando a tendência internacional de criação de sistemas de avaliação padronizada, como já mencionado, o Sistema de Avaliação da Educação Básica (Saeb) foi instituído primeiramente pela Portaria nº 839, de 26 de maio de 1999,² “com o objetivo geral de monitorar a qualidade do ensino, a equidade e a eficiência do sistema de educação básica”, ficando “o desenvolvimento e a coordenação

² Embora tenha sido instituído por uma portaria de 1999, dados do Inep apontam a primeira aplicação anos antes, em 1990, como explicitado posteriormente.

técnica e executiva” sob a responsabilidade do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (Inep) (BRASIL. MEC, 1999). O Saeb inaugurou a era dos testes padronizados no Brasil, sendo, portanto, anterior à criação de outros sistemas e exames, como o Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) e o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (Sinaes), além de tantos sistemas estaduais e municipais de avaliação.

O sistema foi criado com a finalidade de conhecer os resultados educacionais no País e, conseqüentemente, averiguar se estes correspondem àquilo que é esperado por parte das instâncias governamentais.

De acordo com dados do Inep,

a primeira aplicação do Saeb aconteceu em 1990 com a participação de uma amostra de escolas que ofertavam as 1ª, 3ª, 5ª e 7ª séries do ensino fundamental das escolas públicas da rede urbana. Os alunos foram avaliados em língua portuguesa, matemática e ciências. As 5ª e 7ª séries também foram avaliadas em redação. Este formato se manteve na edição de 1993. (BRASIL. INEP, 2011a).

Em 1995 passaram a ser avaliados os alunos que estavam cursando os anos finais dos ciclos do ensino fundamental (4ª e 8ª séries) e também do ensino médio, devido a uma redefinição das séries avaliadas, sendo selecionadas as conclusivas das etapas escolares. Além disso, o Saeb adotou técnicas mais modernas de medição do desempenho dos alunos e a metodologia a ser usada para a elaboração do teste passou a ser a Teoria de Resposta ao Item (TRI).³ Também foi avaliado pela primeira vez um recorte da rede privada de ensino, foi suprimido o teste de ciências e foram “incorporados instrumentos de levantamento de dados sobre as características socioeconômicas e culturais e sobre os hábitos de estudo dos alunos”. (BRASIL. INEP, 2002, p. 11).

Na edição de 1997, surgiu outra inovação: a construção das matrizes de referência, que contou com “ampla consulta nacional sobre os conteúdos praticados nas escolas brasileiras de ensino fundamental e médio, incorporando a análise de professores, pesquisadores e especialistas” (BRASIL. INEP, 2002, p. 11).

³ “A TRI é um conjunto de modelos que relacionam a probabilidade de um aluno apresentar uma determinada resposta a um item com sua proficiência e características (parâmetros) do item. [...] O modelo logístico da TRI parte do princípio de que quanto maior a proficiência do respondente, maior a sua probabilidade de acerto, traço latente acumulativo”. (BRASIL. INEP, 2011b, p. 3).

Nesse mesmo ano e em 1999, houve um novo acréscimo nas áreas avaliadas, sendo as mesmas retiradas em 2001: ciências no ensino fundamental e ciências, história e geografia no ensino médio. De 1990 a 2003, justamente por ser amostral, foram divulgados resultados nacionais, regionais e estaduais.

Como se observa, o Saeb começa a ter o contorno que atualmente apresenta, delineando a coorte de alunos a ser avaliada em cada edição do exame e estabelecendo as áreas do conhecimento a serem contempladas na avaliação.

1.4.2. O surgimento da Prova Brasil

Até 2005, com os seus mais de dez anos de criação, o Saeb recebia críticas da academia por, na visão desta, não conseguir contribuir para uma educação de qualidade no País, como esperado. Algumas estavam relacionadas ao fato de o exame ser amostral, disseminando resultados apenas por redes de ensino, os quais “não apresentavam dados específicos sobre cada escola, município ou estado, inviabilizando o envolvimento dos gestores e a elaboração de ações específicas, que atendessem cada realidade” (OLIVEIRA, 2011, p. 125).

Sinalizou-se, então, a necessidade de ajustes no sistema, sob as alegações de que as informações produzidas “não induziram os dirigentes públicos estaduais e municipais na formulação de políticas para a melhoria do ensino” e que o “Saeb não retratava as especificidades dos municípios e escolas, visto que realizava uma coleta amostral dos dados” (OLIVEIRA, 2011, p. 126).

Assim, no ano de 2005, o Saeb foi reformulado com a publicação da Portaria nº 931, de 21 de março de 2005, que estabeleceu uma nova composição para o sistema, dividido em duas avaliações: a Avaliação Nacional da Educação Básica (Aneb) e a Avaliação Nacional do Rendimento Escolar (Anresc) denominada também como Prova Brasil.

De acordo com essa Portaria, a Aneb manterá os objetivos, características e procedimentos já utilizados no Saeb, sendo realizada por amostragem (BRASIL. MEC, 2005). Sendo assim seu objetivo principal é o de “avaliar a qualidade, equidade e a eficiência da educação brasileira”. Além disso, será definida como uma “avaliação por amostragem, de larga escala, externa aos sistemas de ensino público e particular, de periodicidade bianual” e em sua elaboração empregará

procedimentos metodológicos formais e científicos para coletar e sistematizar dados e produzir informações sobre o desempenho dos alunos [...], assim como sobre as condições intra e extraescolares que incidem sobre o processo de ensino e aprendizagem. (BRASIL. MEC, 2005).

Já a Anresc/Prova Brasil tem como objetivos:

- a) avaliar a qualidade do ensino ministrado nas escolas, de forma que cada unidade escolar receba o resultado global;
- b) contribuir para o desenvolvimento, em todos os níveis educativos, de uma cultura avaliativa que estimule a melhoria dos padrões de qualidade e equidade da educação brasileira e adequados controles sociais de seus resultados;
- c) concorrer para a melhoria da qualidade de ensino, redução das desigualdades e a democratização da gestão do ensino público nos estabelecimentos oficiais, em consonância com as metas e políticas estabelecidas pelas diretrizes da educação nacional;
- d) oportunizar informações sistemáticas sobre as unidades escolares. Tais informações serão úteis para a escolha dos gestores da rede a qual pertencem. (BRASIL. MEC, 2005).

Como é realizada por amostragem, a Aneb não fornece resultados por escolas, somente por redes de ensino. Resultados mais específicos são produzidos pela Prova Brasil (Anresc), que é censitária e proporciona conhecer a realidade de cada instituição escolar que se submete à prova. De qualquer maneira, os resultados são comparáveis ao longo do tempo e possibilitam um acompanhamento da evolução da qualidade educacional, com a elaboração de séries históricas. Observe no Quadro 1 a comparação entre as duas avaliações.

Quadro 1: Principais Diferenças e Semelhanças entre a Aneb e a Anresc

Semelhanças e diferenças	Avaliações	
	Saeb/Aneb	Prova Brasil/Anresc
Criação	1990	2005
Disciplinas avaliadas	Língua portuguesa e matemática	Língua portuguesa e matemática
Séries avaliadas	5º e 9º anos do EF* e 3º ano do EM**	5º e 9º anos do EF
Rede avaliada	Pública e privada	Pública
População avaliada	Parte dos estudantes das séries avaliadas (amostral)***	Todos os estudantes das séries avaliadas em escolas com mais de 20 alunos na série (censitária)
Resultados	Traz resultados para o Brasil, as regiões e os estados.	Traz resultados para o Brasil, as regiões, os estados, os municípios e as escolas participantes.
Periodicidade	Bianual	Bianual

Fonte: Elaboração própria, com base em informações do Inep. Disponível em: <<http://portal.inep.gov.br/web/prova-brasil-e-saeb/semelhancas-e-diferencas>>. Acesso em: 20 set. 2012.

* EF: Ensino fundamental.

** EM: Ensino médio.

*** A amostra conta com escolas públicas e privadas com 10 a 19 alunos de 5º e 9º anos do EF e escolas públicas e privadas com 10 ou mais alunos da 3ª série do EM.

A Prova Brasil trouxe uma complementação ao Saeb e aproximou as informações produzidas pelo sistema à realidade das escolas. Por ser amostral, a tendência é não haver uma identificação imediata, por parte das escolas, com os resultados produzidos pelo Saeb. Como a Prova Brasil é aplicada à quase universalidade dos alunos das séries avaliadas e oferece um diagnóstico do desempenho de cada instituição, em particular, não há como não se identificar com os resultados apresentados, porque eles vieram dali, do seio da escola, a qual pode perceber suas deficiências e seus pontos fortes.

A criação da Prova Brasil representa um marco na história da educação brasileira, pois proporcionou conhecer a realidade individual de instituições de

ensino dispostas em todo o território nacional. Oliveira (2011, p. 122) relata que esse novo modelo do sistema

gerou expectativas em todos os envolvidos no processo educacional, gestores, professores, pesquisadores, familiares, uma vez que seria possível conhecer o desempenho individual das escolas. Apesar de acompanhada de críticas e temores dos especialistas e profissionais do campo educacional, que se viam “vigiados” pelas autoridades públicas, existia uma certa esperança de a avaliação promover a qualidade do ensino, pois as mudanças poderiam partir de cada instituição.

Entretanto, contrariando o clima de expectativa e confiança depositado na possível melhoria da qualidade do ensino, os resultados de algumas etapas não são muito animadores, mostrando que em alguns casos houve pouco progresso no desempenho dos alunos ou, até mesmo, retrocesso, como poderá ser observado adiante, na apresentação de alguns resultados.

Além disso, mais de duas décadas após a instituição do sistema, alguns membros da comunidade escolar parecem ainda desconhecer os objetivos e as informações produzidas pelas avaliações, como mostra o relatório sobre coordenadores pedagógicos publicado pela Fundação Carlos Chagas. O documento aponta que os coordenadores pedagógicos usam o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb) – indicador de qualidade que leva em seu cálculo a nota da Prova Brasil/Saeb – em suas práticas profissionais, entretanto 47% não conhecem com clareza seu significado, de modo que

os resultados de avaliação externa, que deveriam ser socializados com os professores e servirem como parâmetros para a organização da formação continuada destes profissionais, pela escola e pelas respectivas secretarias de educação, são subutilizados (PLACO; ALMEIDA; SOUZA, 2011, p. 92).

Os coordenadores pedagógicos são personagens importantes na condução dos processos de ensino-aprendizagem nas escolas, na medida em que atuam juntamente com os professores na busca por métodos de ensino adequados e pela superação de problemas relacionados ao ensino-aprendizagem, além de conduzirem reuniões e projetos e disseminarem informações vindas de instâncias superiores do sistema. A expectativa, portanto, é que esses profissionais conheçam

e entendam o funcionamento e os objetivos da Prova Brasil/Saeb e possam auxiliar os professores nesse processo, o que não foi observado no referido relatório.

1.4.3. As matrizes de referência e as disciplinas avaliadas

As matrizes de referência, como já citado anteriormente, foram incorporadas ao Saeb em 1997 e, em sua elaboração, “optou-se pela estratégia de definir descritores, concebidos e formulados como uma associação entre conteúdos curriculares e operações mentais desenvolvidas pelos alunos, que se traduzem em certas competências e habilidades” (BRASIL. INEP, 2002, p. 12).

O processo de elaboração e de atualização das matrizes de referência tem como norte os Parâmetros Curriculares Nacionais e outras propostas curriculares de estados e alguns municípios. O Inep fez um estudo buscando o que havia em comum entre todas essas propostas, uma análise dos livros didáticos mais adotados e também uma consulta a professores do 5º e do 9º anos do ensino fundamental e do 3º ano do ensino médio que lecionavam as disciplinas de língua portuguesa e matemática. Especialistas nas áreas também puderam dar seu parecer, de modo que a construção das matrizes levou em consideração vários pontos de vista e estudos (BRASIL. INEP, 2009a).

As matrizes de referência norteiam a construção dos itens que compõem as provas e buscam relacionar os conteúdos escolares com as habilidades usadas pelos alunos no processo de construção do conhecimento. As matrizes adotadas para as avaliações do Saeb e da Prova Brasil são as mesmas e não abarcam todo o currículo ministrado nas escolas, não devendo, pois ser confundidas com este. Elas são documentos que trazem um recorte do currículo e um rol de competências e habilidades para cada série e disciplina avaliada, possíveis de serem medidos mediante a metodologia utilizada nas provas.

No contexto da Prova Brasil/Saeb, competência diz respeito à “capacidade de mobilização de recursos cognitivos, socioafetivos ou psicomotores [para] estabelecer relações com e entre objetos, situações, fenômenos e pessoas para resolver, encaminhar e enfrentar situações complexas” (BRASIL. INEP, 2010a, p. 6). Já a habilidade se refere ao emprego da competência de maneira prática para executar tarefas e resolver problemas (BRASIL. INEP, 2010a).

Sendo um recorte do currículo, pressupõe-se que os conhecimentos presentes nas matrizes sejam trabalhados normalmente no dia a dia das escolas. As matrizes se constituem em importante direcionador para alunos que submetem ao teste, para o trabalho dos professores e, principalmente, para a análise dos resultados.

Desde sua criação, o Saeb avaliou diferentes disciplinas nas provas realizadas. Como já exposto, em 1990 e 1993 – no primeiro e no segundo ciclos avaliativos –, foram aplicados testes de língua portuguesa, matemática e ciências. Em 1995, apenas matemática e língua portuguesa constaram no exame. Em 1997 e 1999, foram acrescentadas, às disciplinas de língua portuguesa e matemática, ciências no ensino fundamental e ciências, história e geografia no ensino médio. Essas disciplinas foram retiradas na edição de 2001 e esse modelo se manteve nos ciclos subsequentes.

Portanto, atualmente, as disciplinas avaliadas pelo Saeb/Prova Brasil são língua portuguesa e matemática e foram assim determinadas porque são “consideradas basilares para a compreensão das demais que compõem o currículo escolar” (BRASIL. INEP, 2009a, p. 6). Isso significa que perpassam por todas as outras e são fundamentais para o desenvolvimento de habilidades relacionadas às demais áreas do conhecimento. Os itens são formulados com base nas matrizes de referência dessas duas disciplinas e procuram estabelecer os conteúdos que os alunos sabem e aquilo que são capazes de realizar ao final das séries avaliadas.

A matriz de língua portuguesa tem foco em leitura e a de matemática tem foco na resolução de problemas. Esse é um dos motivos da escolha dessas áreas, uma vez que o desenvolvimento da leitura, e da interpretação, e da capacidade de resolver problemas favorece e propicia a aquisição de habilidades necessárias a outras disciplinas escolares e à vida em sociedade. Em ambas, estão elencadas habilidades e competências que se relacionam com os descritores (itens que descrevem aquilo que é esperado do estudante em termos de habilidades). Os descritores, por sua vez, são agrupados em tópicos ou temas.

1.4.4. A Diretoria de Avaliação da Educação Básica (Daeb)

O Saeb/Prova Brasil é desenvolvido no Inep e as ações que envolvem a execução do sistema acontecem no âmbito da Diretoria de Avaliação da Educação Básica (Daeb), a qual tem como atribuições:

- I - definir e propor parâmetros, critérios e mecanismos de realização das avaliações da educação básica;
- II - promover, em articulação com os sistemas estaduais e municipais de ensino, a realização das avaliações da educação básica;
- III - definir e propor parâmetros, critérios e mecanismos para o estabelecimento de processos de certificação de competências;
- IV - apoiar os estados, o Distrito Federal e os municípios no desenvolvimento de projetos e sistemas de avaliação da educação básica; e
- V - promover a realização de avaliações comparadas, em articulação com instituições nacionais e organismos internacionais. (BRASIL, 2007).

Em entrevista realizada com o Diretor de Avaliação da Educação Básica, este apontou, em sua descrição, que a Daeb possuía um modelo misto, organizado por processos e também por avaliação e exames. Havia, por exemplo, uma coordenação à qual cabia, entre outras, a função de “propor, coordenar, acompanhar, controlar e avaliar a execução do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica – Saeb” (BRASIL, 2003), estando voltada para esse exame especificamente.

Entretanto, a Diretoria está sendo reorganizada, passando a se orientar por processos. Isso significa que cada uma de suas coordenações é responsável por determinados processos de trabalho, não sendo os exames padronizados executados em sua totalidade por uma única coordenação. Atualmente, a Daeb, está dividida em três coordenações gerais, neste estudo denominadas Coordenação 1, Coordenação 2 e Coordenação 3.

1.4.5. As fases que compõem o Saeb/Prova Brasil

Segundo o Diretor de Avaliação da Educação Básica, “toda a Diretoria, a partir de suas coordenações, participa do processo de execução do Saeb e da Prova Brasil, cada um com sua responsabilidade, de forma compartilhada”. As três coordenações são responsáveis pelo desenvolvimento das etapas que constituem a política pública em análise e participam em algum momento do processo, não sendo

a execução do sistema totalmente realizada por um único setor, mas por distintas coordenações, cada uma delas com expertise em determinadas ações.

As fases do Saeb têm início na Coordenação 1, responsável pela construção de referenciais teóricos e metodológicos que subsidiam o desenvolvimento dos testes. Ela cuida das matrizes de referência, das escalas de proficiência e da produção de itens. A primeira etapa consiste na preparação dos instrumentos de pesquisa, e inclui, principalmente, o processo de elaboração de itens, que nesse caso são sinônimos de questões.

Os itens são produzidos por profissionais devidamente cadastrados mediante edital de chamada pública para esse fim e que atendam a pré-requisitos. Os candidatos classificados são submetidos a curso de capacitação, no qual é exigido um aproveitamento mínimo nas atividades desenvolvidas. Os profissionais aptos passam a compor o Banco de Colaboradores (BC) do Banco Nacional de Itens (BNI) e, em períodos oportunos, é encomendada a eles a elaboração ou revisão de itens (BRASIL. INEP, 2012).

O item elaborado deve ser uma unidade de proposição relacionada a apenas uma habilidade da matriz de referência, e nesse processo o elaborador precisa considerar a coerência e a coesão entre suas partes, articulando-as, e trazer “uma única situação-problema e uma abordagem homogênea de conteúdo” (BRASIL. INEP, 2010a, p. 8).

Os itens aprovados passam por um processo de revisão pedagógica e linguística, que trazem uma validação teórica a eles. Cabe ao revisor técnico pedagógico verificar se:

o conteúdo está adequado para a série ou etapa da educação a que o item se destina; há correspondência direta com as habilidades e competências da Matriz de Referência; há contextualização; existe situação-problema clara; o gabarito é claro e único; não há erros conceituais; os distratores são plausíveis; o enunciado é claro; o grau de dificuldade estimado é adequado; o tempo estimado para a resolução do item é adequado; as justificativas das alternativas estão coerentes e esclarecem o gabarito e os distratores; os textos utilizados são adequados e necessários para a resolução do item; os textos utilizados apresentam referência completa e fidedigna (BRASIL. INEP, 2010b, p. 7-8).

Já o revisor linguístico tem a função de “adequar as referências das fontes à ABNT; implementar modificações de adequação à norma padrão da língua

portuguesa; implementar as adequações gráficas de acordo com o novo Acordo Ortográfico” (BRASIL. INEP, 2010b, p. 8).

Depois desse processo de validação teórica do item, é feita uma validação empírica. Para isso, os itens são aplicados a amostras de estudantes das séries para as quais foram produzidos. Esse procedimento é conhecido por pré-testagem e é importante para uma análise mais profunda do item, na qual serão explicitados aspectos como a dificuldade e o comportamento de cada alternativa de resposta. Mediante a pré-testagem é possível selecionar os itens que comporão os cadernos de provas definitivos, assegurando a validade e a confiabilidade das questões da prova, além de sua capacidade de medir a proficiência dos alunos.

A fase seguinte acontece na Coordenação 2 que, com os itens elaborados, cuida da montagem dos instrumentos da prova. Essa coordenação controla e administra o Banco Nacional de Itens e a utilização dos itens nas avaliações. Também é responsável pela elaboração dos cadernos de testes e pré-testes das disciplinas e séries avaliadas, cabendo-lhe selecionar e adequar os itens para as provas; avaliar a qualidade pedagógica das questões e da prova como um todo; elaborar material para a condução da aplicação; editar, diagramar e revisar os cadernos de prova. Também é responsável por trabalhar com os resultados, mediante a produção dos arquivos com os gabaritos, o acompanhamento do processo de correção e o cálculo do rendimento (proficiência) apresentado, entre outras ações.⁴

A aplicação é feita em articulação com outra Diretoria do Inep, a Diretoria de Gestão e Planejamento, mediante a Unidade de Operações Logísticas (UOL). A Daeb participa da construção do processo, porém este é executado pela UOL, que dirige toda a logística de aplicação.

A base de dados resultante do processamento dos resultados é administrada pela Coordenação 3, que executa a política de divulgação dos resultados, tratando o conjunto de informações produzidas e qualificando-o para ser disponibilizado às escolas e à sociedade em geral. Essa coordenação tem como finalidades a sistematização, a avaliação e a supervisão das informações, visando à disseminação de dados. Entre suas atribuições, estão o gerenciamento e a validação das bases de dados dos exames e a divulgação das informações para a

⁴ Informações baseadas nos resultados das discussões realizadas e nas propostas para a reestruturação das áreas.

sociedade, além da manutenção das informações no *site* e junto ao serviço de atendimento ao cidadão.⁵

1.5. A divulgação dos resultados da Prova Brasil

Este é o ponto-chave deste estudo de caso: a análise da política e do material de divulgação dos resultados das avaliações, notadamente as da Prova Brasil. A questão reside justamente em descrever e analisar esses elementos do contexto atual do sistema de disseminação dos resultados. A compreensão daquilo que esses resultados representam em termos de qualidade educacional, o uso que se faz do material que traz os dados e a promoção de mudança de comportamento que impulse a elevação dessa qualidade, bem como o favorecimento de um debate de toda a sociedade em prol dessa elevação, norteiam a linha de investigação adotada nessa pesquisa.

A divulgação dos resultados da Prova Brasil/Saeb também fica sob a responsabilidade do Inep e é gerida pela Daeb, como já exposto, mais especificamente pela Coordenação 3, que faz todo o processo de organização das bases de dados, extração das informações, sistematização e preparação para divulgação.

1.5.1. A Coordenação responsável pela disseminação dos resultados

Como mencionado pelo diretor da Daeb, a área passa por um processo de reorganização. Em entrevista, o Coordenador da equipe responsável pela disseminação dos resultados do Saeb/Prova Brasil, relatou que, inicialmente, a proposta era a criação de duas coordenações gerais para cuidar do processo de divulgação.

Um dessas coordenações teria como objetivo principal sistematizar, avaliar e supervisionar as informações das avaliações para a disseminação, sendo responsável por validar e gerenciar as bases de dados; divulgar as informações para

⁵ Ver nota 4.

a sociedade; dar agilidade e precisão às informações divulgadas; atualizar as informações disponibilizadas. A outra teria como finalidade coordenar a análise e a produção de documentos relacionados às avaliações, sendo responsável por atividades como produção dos relatórios pedagógicos; elaboração e revisão dos questionários socioeconômicos; desenvolvimento de pesquisas e estudos relacionando os dados dos questionários aos resultados dos testes; elaboração de sinopses estatísticas; entre outras.⁶

Por essa divisão, nota-se que haveria uma separação de atribuições, com uma coordenação cuidando da produção de materiais para a divulgação dos resultados e outra pensando nas estratégias de disseminação desses materiais, juntamente com os dados produzidos. No entanto, segundo o coordenador, houve uma fusão entre as duas coordenações: “Atualmente a gente coordena os dois processos: o processo de disseminação de dados e o que seria de estudos e pesquisas” (Coordenador 3).

Como toda a Daeb é organizada por processos e não por exames, esta coordenação é responsável não só pela disseminação dos resultados do Saeb/Prova Brasil, mas também de outros dados da avaliação da educação básica. O coordenador aponta que não subdivide a equipe, trabalhando “num esquema muito colaborativo de coordenação” (Coordenador 3).

Com relação ao Saeb/Prova Brasil, especificamente, as atividades desta coordenação têm início bem antes de o processo de disseminação acontecer. O trabalho começa no ano anterior ao da realização da prova, com a participação na elaboração do projeto básico, no qual serão estabelecidas as condições de execução do exame que deverão ser atendidas pela empresa contratada para este fim. Já em abril do ano de realização das provas, a coordenação trabalha com o plano amostral, o qual define, por sorteio, escolas que farão as provas da Aneb, que posteriormente serão contatadas e avisadas sobre o sorteio. Além desse trato com a parte amostral, ocorre a publicação de uma portaria comunicando a participação das escolas na Prova Brasil, de adesão compulsória e censitária. Essa etapa do trabalho termina com o envio à empresa gráfica que imprimirá as provas da base de dados contendo informações sobre o público participante do exame.

⁶ Ver nota 4.

Esta coordenação volta a atuar acompanhando o treinamento dos aplicadores das provas, em parceria com a Unidade de Operações Logísticas (UOL), como já mencionado anteriormente. Esse processo de capacitação é bem detalhado, porque, diferentemente de outros exames, não é o aluno que vai até a prova, é a prova que vai ao aluno, com o aplicador entrando nas escolas.

O trabalho recomeça quando voltam as bases de dados, depois da aplicação. É um processo demorado, que, de acordo com o coordenador, leva três meses, no mínimo, devido ao detalhamento com que é feito.

E aí vem a parte mais dura, porque você prepara uma base de dados para a aplicação das provas, quem eram os alunos, onde eles estariam. Isso sai do controle do Inep e vai para campo. E nesse campo você tem perdas, tem erros de aplicação [...]. Quando a base de dados volta, a gente vai tentar casar: aquele aluno que eu tirei aqui do Censo e pedi para fazer a prova, foi ele mesmo que fez a prova? Então a gente consegue fazer esse batimento, essa consistência por aluno. (Coordenador 3).

O cálculo da proficiência é feito pela Coordenação 2 e, paralelamente, é realizado também pela empresa contratada para organizar o exame, para posteriormente haver uma conferência dos dados. Com a proficiência de cada aluno, a Coordenação 3 calcula as médias por escola, município, estado e unidade da federação e também por estratos: público-privado, capital-interior, rural-urbano. Essa etapa dura, em média, um mês.

Tem início, então, a fase de disseminação dos resultados propriamente dita. Na edição de 2011, o resultado foi divulgado preliminarmente apenas para os gestores educacionais, que tiveram condições de analisar e interpor recursos se não estivessem de acordo. Mais tarde, ocorreu a divulgação aberta, para toda a sociedade, mediante um sistema *on-line* específico para a consulta aos resultados.

O passo seguinte consiste na elaboração e/ou atualização de um *kit*, descrito mais detalhadamente no subitem 1.5.5., enviado às escolas e secretarias municipais e estaduais de educação com informações mais específicas sobre o contexto em questão.

1.5.2. As escalas de proficiência

Para que possam ser divulgados, após a aplicação e o tratamento dos desempenhos, as médias das avaliações são posicionadas nos níveis de uma escala de proficiência onde estão descritas as competências e habilidades que se espera que os alunos desenvolvam nas áreas de língua portuguesa e matemática avaliadas nas provas. As médias não são a somatória da quantidade de acertos dos alunos, mas uma medida que revela as competências que o aluno já tem, ou seja, aquilo que ele já é capaz de fazer. Quanto mais o aluno avança nessa escala, maior o nível de habilidades que ele já desenvolveu. Cada nível de desempenho relaciona as habilidades que o percentual de alunos nele alocado já demonstra ter adquirido, além das constantes dos níveis anteriores.

A escala utilizada para relacionar o resultado do desempenho dos alunos em todas as séries avaliadas vai de 0 a 500, é única (uma para língua portuguesa e outra para matemática) e vai acumulando as competências apresentadas; os níveis, em geral, estão divididos de 25 em 25 pontos. Nesse sentido, a lógica é que quanto mais os alunos progredam nos anos de escolaridade, mais a frente eles se posicionem na escala de proficiência.

Ao receber uma determinada média como resultado, é preciso posicioná-la no nível correspondente da escala para que seja possível entender que habilidades os alunos avaliados já dominam e, conseqüentemente, quais ainda necessitam desenvolver. A posição em um dos níveis da escala significa que as habilidades e competências daquele nível e também as dos níveis anteriores já foram assimiladas pelo público avaliado.

É importante ressaltar que a interpretação da escala é cumulativa, ou seja, as habilidades apresentadas em um nível são válidas para os níveis mais altos da escala. Assim, o que o aluno no nível 250 sabe, ou é capaz de fazer, está descrito na interpretação deste nível e nos níveis anteriores (225, 200, 175, 150, 125). (BRASIL, 2003, p. 62).

Uma das dificuldades de compreensão e utilização dos resultados pode começar aí. A cultura escolar brasileira condicionou estudantes, professores, pais e comunidade em geral a usar uma escala aditiva que geralmente vai de 0 a 10 ou de 0 a 100, tendo como referencial de desempenho satisfatório o alcance de pelo menos 50% desses valores.

Como a escala não é aditiva, o entendimento pode se tornar confuso quando da interpretação dos índices que a compõem, pois não há um referencial explícito

daquilo que seria considerado satisfatório para o desempenho da instituição dentro de determinado ano de escolaridade. Ao se dizer, por exemplo, que a escola X alcançou uma proficiência de 180 pontos em língua portuguesa no ensino médio, a comunidade escolar, e até mesmo os professores, podem ficar sem um parâmetro que permita determinar se 180 pontos é um resultado satisfatório ou não para aquela etapa de ensino, caso não saibam como posicionar esse valor na escala e compreender o que ele significa em termos de aprendizagem.

Então, qualquer que sejam os valores atribuídos aos níveis da escala de proficiência, estes não teriam significado isoladamente, exigindo um exercício de análise e reflexão sobre o estágio de desenvolvimento das competências dos alunos. Portanto, sem o conhecimento adequado da escala de proficiência não é possível saber com clareza o quanto a instituição ou rede de ensino progrediu ou regrediu apenas com a análise de um número que, em si mesmo, não oferece uma compreensão exata.

1.5.3. Os resultados apresentados ao longo dos últimos anos

O Saeb/Prova Brasil pretende realizar um diagnóstico do sistema educacional, como modo de aferir a qualidade do ensino oferecido nas escolas. Tal objetivo se torna possível a partir do momento em que se conhecem os resultados do desempenho dos alunos nas avaliações de língua portuguesa e matemática e das informações produzidas pelos questionários socioeconômicos aplicados a alunos, professores e gestores. Os resultados permitem saber, por exemplo, em que redes, unidades da federação e disciplina houve avanços ou retrocessos. A seguir (Tabela 2), há um demonstrativo de como os resultados se comportaram desde 2005, ano em que o sistema foi reformulado, com a incorporação da Prova Brasil.

Tabela 2: Evolução das Notas do Saeb/Prova Brasil no Ensino Fundamental – Brasil – 2005-2011

Ano	Anos iniciais		Anos finais	
	Média em matemática	Média em língua portuguesa	Média em matemática	Média em língua portuguesa
2005	182,38	172,31	239,52	231,82
2007	193,48	175,77	247,39	234,64
2009	204,30	184,29	248,74	244,01
2011	209,63	190,58	252,77	245,20

Fonte: Elaboração própria com base nos dados do Inep.

Os dados da Tabela 2 mostram que houve uma melhoria no desempenho dos alunos do ensino fundamental nas avaliações, sendo o maior aumento observado nos anos iniciais, em que a média de matemática subiu 27,27 pontos e a de língua portuguesa 18,27 pontos na escala. Nos anos finais, as médias aumentaram 13 pontos, entretanto de 2009 a 2011, em língua portuguesa, o acréscimo foi de apenas 1,19 pontos. De acordo com o Compromisso Todos pela Educação, a média mínima para os anos iniciais é de 200 pontos em língua portuguesa e 225 em matemática, o que significa que o Brasil já superou as estimativas adequadas para essa etapa de ensino. Já para os anos finais do ensino fundamental, as médias mínimas devem ser de 275 em língua portuguesa e 300 em matemática, estando ainda longe de serem atingidas.

Entretanto, fazendo uma análise do desempenho demonstrado pelos dados da Tabela 2, ao se considerar os níveis em que se divide a escala de proficiência, nota-se que a evolução em termos de níveis foi pequena. Nos anos iniciais, em 2005, em matemática, o desempenho apresentado situava-se no nível 3, o qual corresponde ao intervalo que vai de 175 a 200 pontos. Esse mesmo nível foi alcançado em 2007, somente sendo superado em 2009, quando o País atingiu o nível 4 da escala, compreendendo o intervalo de 200 a 225. O posicionamento nesse intervalo manteve-se também no ano de 2011. Neste nível, como habilidades mais avançadas, os alunos:

- calculam resultado de uma adição com números de três algarismos, com apoio de material dourado planejado;
- localizam informação em mapas desenhados em malha quadriculada;
- reconhecem a escrita por extenso de números naturais e a sua composição e decomposição em dezenas e unidades, considerando o seu valor posicional na base decimal;
- resolvem problemas relacionando diferentes unidades de uma mesma medida para cálculo de intervalos (dias, semanas, horas e minutos). (BRASIL. INEP, 2009a, p. 23).

Nos anos finais, também o desempenho subiu apenas um nível entre 2005 e 2011: em 2005, 2007 e 2009, manteve-se no nível 5, situando-se no intervalo de 225 a 250 pontos; já em 2011, atingiu o nível 6, entre 250 e 275 pontos. Neste nível 6, os alunos:

- identificam planificações de uma figura tridimensional;
- resolvem problemas: estabelecendo trocas entre cédulas e moedas do sistema monetário brasileiro, em função de seus valores, envolvendo diferentes significados da adição e subtração; envolvendo o cálculo de área de figura plana, desenhada em malha quadriculada;
- reconhecem a decomposição de números naturais nas suas diversas ordens;
- identificam a localização de números racionais representados na forma decimal na reta numérica;
- estabelecem relação entre unidades de medida de tempo;
- leem tabelas comparando medidas de grandezas;
- identificam propriedades comuns e diferenças entre figuras bidimensionais pelo número de lados e pelos tipos de ângulos;
- reconhecem a composição e decomposição de números naturais em sua forma polinomial.
- reconhecem as representações decimais dos números racionais como uma extensão do sistema de numeração decimal, identificando a existência de “ordens” como décimos, centésimos e milésimos;
- identificam a localização de números inteiros na reta numérica. (BRASIL. INEP, 2009a, p. 24).

Vale destacar que, somente as duas últimas competências são exclusivas dos anos finais, sendo as demais esperadas, também, para alunos dos anos iniciais.

Quando se analisa o desempenho em língua portuguesa, observa-se que, tanto nos anos iniciais quanto nos anos finais, não houve mudança no nível de desempenho dos alunos dentro da escala de proficiência. Isso significa que não ocorreu avanço no nível nas quatro últimas edições do sistema.

Nos anos iniciais, de 2005 a 2011, o desempenho oscilou no nível 3, de 175 a 200 pontos. Em termos de competências, os alunos brasileiros do 5º ano, desde 2005, no máximo:

- interpretam, a partir de inferência, texto não verbal (tirinha) de maior complexidade temática;
- identificam o tema a partir de características que tratam de sentimentos do personagem principal;
- reconhecem elementos que compõem uma narrativa com temática e vocabulário complexos. (BRASIL. INEP, 2009a, p. 20).

Já nos anos finais, o desempenho estacionou no nível 5, que vai de 225 a 250, demonstrando que, como competências mais avançadas, os alunos do 9º ano:

- identificam o efeito de sentido decorrente do uso da pontuação (reticências);
- inferem a finalidade do texto;
- distinguem um fato da opinião relativa a este fato, numa narrativa com narrador personagem;
- distinguem o sentido metafórico do literal de uma expressão;
- reconhecem efeitos de ironia ou humor em textos variados;
- identificam a relação lógico-discursiva marcada por locução adverbial ou conjunção comparativa;
- interpretam texto com apoio de material gráfico;
- localizam a informação principal.
- inferem o sentido de uma palavra ou expressão;
- estabelecem relação causa/consequência entre partes e elementos do texto;
- identificam o tema de textos narrativos, argumentativos e poéticos de conteúdo complexo;
- identificam a tese e os argumentos que a defendem em textos argumentativos;
- reconhecem o efeito de sentido decorrente da escolha de uma determinada palavra ou expressão. (BRASIL. INEP, 2009a, p. 20).

Ressalte-se que apenas as cinco últimas competências são exclusivas do 9º anos, sendo as outras esperadas, também, para alunos de 5º ano.

Com relação ao desempenho demonstrado pelos alunos de ensino médio, observe a Tabela 3.

Tabela 3: Evolução das Notas do Saeb/Prova Brasil no Ensino Médio – Brasil – 2005-2011

Ano	Média em matemática	Média em língua portuguesa
2005	271,29	257,60
2007	272,89	261,39
2009	274,72	268,83
2011	274,83	268,57

Fonte: Elaboração própria com base nos dados do Inep.

As informações revelam que ao longo de quatro edições do sistema as médias do ensino médio apresentaram uma melhoria mais modesta que as do ensino fundamental, principalmente em se tratando da disciplina de matemática, que em seis anos aumentou apenas 3,57 pontos e permaneceu no mesmo nível, inclusive o primeiro da escala do ensino médio: de 250 a 300. Isso quer dizer que, ao final do ensino médio, os alunos: “utilizam o conceito de progressão aritmética (PA); e interpretam tabelas de dupla entrada com dados reais”.⁷

O mesmo ocorreu em língua portuguesa, em que, embora o aumento tenha sido maior, de 10,97 pontos, houve um momento no qual o desempenho caiu, entre 2009 e 2011, diminuindo 0,26 pontos. Assim, nos quatro ciclos de avaliação, o nível atingido foi o mesmo, de 250 a 300. Neste os alunos:

- inferem o sentido de palavras de uso cotidiano em provérbios, notícias de jornal;
- inferem o sentido de expressões de maior complexidade, pelo grau de abstração;
- inferem o sentido em textos narrativos simples (relatos jornalísticos, histórias e poemas);
- inferem o sentido de texto recorrendo a estruturas gramaticais (apelo no uso imperativo);
- identificam informação implícita em textos narrativos simples;
- identificam o tema de textos narrativos, informativos e poéticos;
- interpretam texto publicitário com auxílio gráfico, correlacionando-o com enunciados verbais;
- interpretam texto de jornal, com informações em gráficos (boletins meteorológicos);
- estabelecem relações entre tese e argumentos em pequenos textos jornalísticos de baixa complexidade;

⁷ Disponível em: <<http://sistemasprovabrazil2.inep.gov.br/resultados/>>. Acesso em 30 out. 2012.

- identificam efeito da exploração de recursos ortográficos/morfossintáticos como a repetição de estrutura sintática e a composição de palavras.⁸

Diante do quadro apresentado, uma das estratégias para a melhoria do desempenho dos alunos pode ser a proposição de novas alternativas para a política e o material de divulgação dos resultados, numa tentativa de fazer com que estes sejam compreendidos e empregados pelos profissionais da educação de maneira a contribuir para a melhoria da prática docente e da proficiência dos alunos em edições futuras.

1.5.4. O processo de divulgação dos resultados

Até o ano de 2005, a divulgação dos resultados do Saeb acontecia basicamente mediante a elaboração e a publicação de relatórios pedagógicos. Essa política de divulgação era considerada reducionista, já que apresentava elementos técnicos. Geralmente, os relatórios expunham dados relacionados aos resultados das redes de ensino e informações sobre o próprio sistema e as provas aplicadas.

Na edição de 2005, foram introduzidas modificações nessa política de divulgação, impulsionadas, principalmente, pela incorporação da Prova Brasil, o que acabou por gerar um novo modelo de disseminação. A divulgação dessa edição ocorreu em julho de 2006, e o material de divulgação da Prova Brasil era composto por “dois cartazes e um informativo que foram disponibilizados na internet e encaminhados a cada escola participante” (OLIVEIRA, 2011, p. 129). Um dos cartazes continha informações autodeclaradas pelas escolas e o outro “apresentava os resultados das escolas em uma escala de desempenho, bem como trazia informações sobre as médias alcançadas pelas escolas das redes municipal, estadual e federal” (OLIVEIRA, 2011, p. 130). Além disso, elaboraram-se planilhas e tabelas com os resultados para disseminação junto a órgãos ligados à educação (OLIVEIRA, 2011).

O material produzido era bem mais didático que os relatórios publicados até então – principalmente os cartazes – e apresentava uma linguagem simples, possibilitando uma leitura mais fácil por parte de professores, gestores e demais profissionais da educação e, conseqüentemente, colaborando com as decisões para

⁸ Disponível em: <<http://sistemasprovabrazil2.inep.gov.br/resultados/>>. Acesso em 30 out. 2012.

a melhoria das unidades. Em contrapartida essa evolução trouxe como efeito colateral o início do estabelecimento de *rankings* e comparações entre as escolas, principalmente por parte de matérias veiculadas pela mídia (OLIVEIRA, 2011).

Em 2007, foi criado o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb), um indicador de qualidade que varia entre 0 e 10 pontos e associa o desempenho observado nas avaliações da Prova Brasil/Saeb e dados do fluxo escolar. A criação do Ideb proporcionou uma maior importância à Prova Brasil e à necessidade de melhoria no resultado das avaliações por parte das escolas.

Nessa edição, o processo de divulgação ocorreu de forma semelhante ao de 2005, com a elaboração de dois cartazes e um boletim informativo destinados às escolas e a disseminação no *site* do Inep, trazendo como mudança a incorporação do resultado do Ideb aos dados. “Além disso, o livreto informativo passou a contar com uma indicação de como fazer a leitura e análise da escala de desempenho de língua portuguesa e matemática”. (OLIVEIRA, 2011, p. 176). A mídia também participou do processo de divulgação.

No ano de 2009, novamente foram produzidos instrumentos de disseminação para as escolas. Esse material consistia basicamente no que havia sido elaborado para as duas edições anteriores, contanto com a atualização do livreto e dos cartazes.

Para a edição de 2011, a política de disseminação dos resultados segue os mesmos moldes adotados para as anteriores. Nessa última edição, segundo o diretor da Daeb, o primeiro movimento para a divulgação dos resultados consiste em “elaborar um conjunto de resumos das redes no País e nas unidades da federação”. É feita uma análise básica de como foi o processo e são apresentados os níveis de escalas e outros dados, como o número de participantes e as ocorrências registradas. Depois, é elaborado sumário executivo com as médias do País e dos estados por rede e dependência administrativa, nas áreas de língua portuguesa e matemática.

De acordo com o diretor da Daeb, a coordenação responsável pela disseminação planeja a estratégia de divulgação para as escolas e as redes de ensino e prepara relatórios que são disponibilizados no *site* do Inep e informações qualificadas impressas a serem enviadas para cada escola: “basicamente temos dois canais de distribuição de informação – o *site* do Inep e os materiais que são distribuídos para as escolas –, além dos meios de comunicação, que acabam sendo

um forte canal de disseminação das informações”. Todos esses meios contribuem, em certa medida e de modos distintos, para a disseminação de informações.

Nota-se que, desde a criação da Prova Brasil em 2005, o processo de divulgação para as escolas e a sociedade vem sendo conservado, sofrendo poucas alterações ao longo dos anos. O Diretor comentou que é importante buscar canais e estratégias de disseminação, tendo em vista que, atualmente, a Prova Brasil começa a ganhar mais relevo na comunidade, principalmente com a instituição do Ideb. Para ele, as pessoas começam a entender o que é o Ideb, começam a perceber que há uma prova envolvida no cálculo do índice, e é preciso construir meios de comunicação cada vez mais diretos com a sociedade:

o que um pai e uma mãe de um estudante de uma escola que tem uma Prova Brasil no 5º ano [com resultado] 250 precisa saber? [...] Quais são as informações importantes para esse pai poder exercer um papel ativo na sua escola e qualificar a discussão da qualidade do ensino que ele quer para o seu filho? (Diretor da Daeb).

O *kit* de divulgação, exposto mais detalhadamente na próxima seção, é um instrumento usado para informar professores, gestores e profissionais da educação, pois é dedicado exclusivamente às escolas, mas exige análise, uso e interpretação adequada dos dados. Os livretos são mais voltados para profissionais e os cartazes têm a intenção de informar toda a comunidade escolar, incluindo pais e alunos.

Na disseminação via internet, os dados ficam todos disponíveis no *site* do Inep, podendo ser consultados por qualquer cidadão. No *site*, há informações sobre o País, as unidades da federação, os municípios e as escolas, divididas por rede de ensino e dependência administrativa. É possível consultar os resultados atuais e de edições anteriores dos exames, quase sempre mediante planilhas e tabelas, que estão disponíveis a qualquer pessoa interessada em conhecer as informações.

Há uma página própria⁹ para a consulta dos últimos resultados, cujo sistema permite a busca por unidade federativa – trazendo desde os resultados nacionais até as médias por escola –, dependência administrativa e localização. Esses dados também estão disponíveis em planilhas no formato Excel, geralmente junto a outras informações ou indicadores educacionais, como o Ideb, por exemplo. A divulgação para a sociedade em geral é feita ainda pelos meios de comunicação.

⁹ A consulta aos resultados do Saeb pode ser realizada no endereço: <<http://sistemasprovabrasil2.inep.gov.br/resultados/>>. Acesso em 05 out. 2012.

Os resultados do Saeb/Prova Brasil 2011 puderam ser consultados anteriormente, em uma versão preliminar, pelos gestores educacionais, mediante um sistema *on-line*. Estes, ao conhecerem os resultados de suas escolas e redes, tiveram a oportunidade de interpor recursos junto ao Inep, em caso de dúvidas ou discordância.

A divulgação definitiva aconteceu em agosto de 2012, ao mesmo tempo que a divulgação do Ideb. Os dados finais ficam disponíveis na internet e também no *kit* de divulgação enviado às escolas, que contém informações mais detalhadas sobre o processo e os resultados apresentados pelas instituições.

1.5.5. O *kit* de divulgação

Desde a sua criação em 2005, a Prova Brasil tem como principal material de disseminação de seus resultados à comunidade escolar um *kit* de divulgação. Naquela primeira edição, foi elaborado um livreto que continha informações básicas sobre o sistema e o seu processo de execução. Na “Apresentação”, ressaltava-se a importância da atuação de professores e gestores, no sentido de interpretar e usarem de forma eficiente os dados apresentados:

Os resultados da Prova Brasil são informações qualificadas postas à disposição de educadores e gestores, a quem compete a reflexão sobre o panorama educacional e a tomada de decisões a respeito tanto do fortalecimento de medidas que se mostraram eficazes na melhoria da qualidade educacional quanto das mudanças que se acreditam necessárias para aprimorar o desenvolvimento da aprendizagem. (BRASIL. INEP, 2005a).

Havia breves textos explicativos a respeito da Prova Brasil, que tencionavam esclarecer os leitores, os quais se intitulavam: O que é; Abrangência; O que a Prova Brasil avaliou; Como são as provas; O que informam os questionários do aluno; Informações produzidas; e Como são apresentados os resultados. O livreto terminava com a apresentação das escalas de proficiência.

Em 2007, o livreto passou por algumas alterações que o aproximaram muito da versão que se analisa neste estudo – 2009 – mantendo elementos como a capa, as cores, o projeto gráfico, as ilustrações e a disposição das informações em textos

e tabelas. Nessa edição, também há uma Apresentação, que faz uma introdução ao novo indicador educacional – o Ideb:

O PDE dispõe de um instrumento denominado Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb), para identificar quais são as redes de ensino municipais e as escolas que necessitam de maior atenção e apoio técnico-financeiro. O Ideb pretende ser o termômetro da qualidade da educação básica em todos os Estados, municípios e escolas no Brasil. (BRASIL. INEP, 2007, p. 1).

Os textos que seguem, dos quais a maioria se mantém na publicação de 2009, estão distribuídos nos seguintes títulos: O que é a Prova Brasil?; O que a Prova Brasil avalia?; Como as matrizes de referência estão organizadas?; Como são as provas e os questionários?; e Como entender os resultados?. Termina com os níveis das escalas de desempenho de Língua Portuguesa e Matemática.

O último *kit* de divulgação dos resultados produzido e enviado para as escolas – edição de 2009¹⁰ – segue o mesmo padrão do anterior e é composto basicamente de um livreto explicativo, no qual constam informações sobre as provas, o Ideb, as matrizes de referência e as escalas de proficiência e uma pequena parte relacionada à interpretação dos resultados. Compõem ainda o *kit* três cartazes, um com os resultados da escola, outro com o Ideb e outros indicadores da instituição e o último com os percentuais de alunos situados em cada nível das escalas, como será exposto adiante. Como se pode observar, o material é praticamente o mesmo desde 2005, somente tendo sido feitas alterações nos textos e, obviamente, nos dados.

O livreto conta com 32 páginas e inicia-se com uma apresentação que, além de mencionar o Plano de Desenvolvimento da Educação e o Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação, expõe o material de divulgação da seguinte maneira:

Este material, que compõe o *kit* de divulgação da Prova Brasil, tem por objetivo fornecer informações técnicas e pedagógicas a toda comunidade escolar a fim de que sejam compreendidas as particularidades da Prova Brasil e de seus resultados. Junto a este livreto, o Inep envia dois cartazes: o primeiro, com os resultados obtidos pela escola na Prova Brasil; o segundo, com o resultado do Ideb e outros indicadores que podem contextualizar o desempenho de cada escola. (BRASIL. INEP, 2009a, p. 3).

¹⁰ No momento de realização deste estudo, esta era a última edição para a qual havia sido produzido e divulgado o *kit*. Portanto, é sobre esta edição (2009) que recai a análise.

Na sequência, “O que é o Ideb?” explica em que consiste o Ideb, citando superficialmente como o índice é calculado, os indicadores envolvidos nesse cálculo e a meta estabelecida para o ano de 2022 (6,0) e explicitando que mesmo escolas com índice satisfatório devem continuar a progredir. O texto menciona, também, o apoio do Ministério da Educação na redução de desigualdades.

Num segundo momento, é aberto espaço à Prova Brasil. “O que é a Prova Brasil?” explica os objetivos, o público-alvo, a periodicidade e as matérias avaliadas. Em seguida, aparece um tópico relacionado às matrizes de referência: “O que a Prova Brasil avalia?”, no qual há explicações sobre as disciplinas avaliadas – Língua Portuguesa e Matemática – e o processo de construção das matrizes de referência. Esse item é complementado logo a seguir, com o tema: “Como as matrizes de referência estão organizadas?”, que reproduz as matrizes do 5º e do 9º anos do ensino fundamental, com seus tópicos e as habilidades/descriptores.

O texto “Como são as provas?” cita, resumidamente, o processo de elaboração das provas e de montagem dos cadernos. Nesse ponto, faz uma breve menção à Teoria de Resposta ao Item, sem dar maiores detalhes sobre o assunto. O título seguinte, “Como são os questionários?”, fala sobre os questionários socioeconômicos aplicados juntamente com as provas.

“A escala da Prova Brasil” traz informações sobre as escalas de proficiência nas quais se situam os resultados e os níveis e habilidades que as compõem. Há uma apresentação de uma escala de desempenho de Língua Portuguesa com dados fictícios, com o intuito de explicar aos professores e demais profissionais como fazer a leitura interpretar os resultados.

O título “Como entender os resultados?” objetiva preparar os professores para compreender os dados dos cartazes que acompanharão o livreto nos quais constam os resultados específicos da escola. Segundo esse trecho da publicação, esses resultados “devem ser utilizados como instrumento para mobilizar a criação de espaços de diálogo e reflexão em busca de melhores estratégias de ensino e aprendizagem, com vistas à elevação da qualidade do ensino no âmbito de cada escola e rede” (BRASIL. INEP, 2009a, p. 18). O material se encerra com as escalas de proficiência, trazendo os níveis e as habilidades que os alunos já desenvolveram em cada um deles.

Os cartazes – que também constam do *kit* – são elementos que aparentemente têm um alcance maior que o livro. Isso porque informam não só

professores e gestores, mas também toda a comunidade escolar. Na edição de 2005, a primeira da Prova Brasil, os cartazes eram estruturados na forma de tabelas e usavam desenhos que remetiam ao cotidiano escolar, como a figura de crianças, lousas e alguns objetos. Um dos cartazes trazia dados gerais sobre a realização do exame, como o número de participantes por redes e escolas, e indicadores educacionais relacionados ao Censo Escolar.



Figura 1: Exemplo de Cartaz 1 da Prova Brasil Enviado à Escola – 2005

Fonte: BRASIL. INEP/PROVA BRASIL, 2005b.

O outro cartaz continha informações do desempenho observado no teste, partindo dos resultados nacionais até chegar aos da escola, distribuídas em tabelas do lado direito. Apresentava duas escadas com crianças posicionadas nos degraus que representavam a média da escola: uma menina para Língua Portuguesa e um menino para Matemática. Observe a Figura 2:

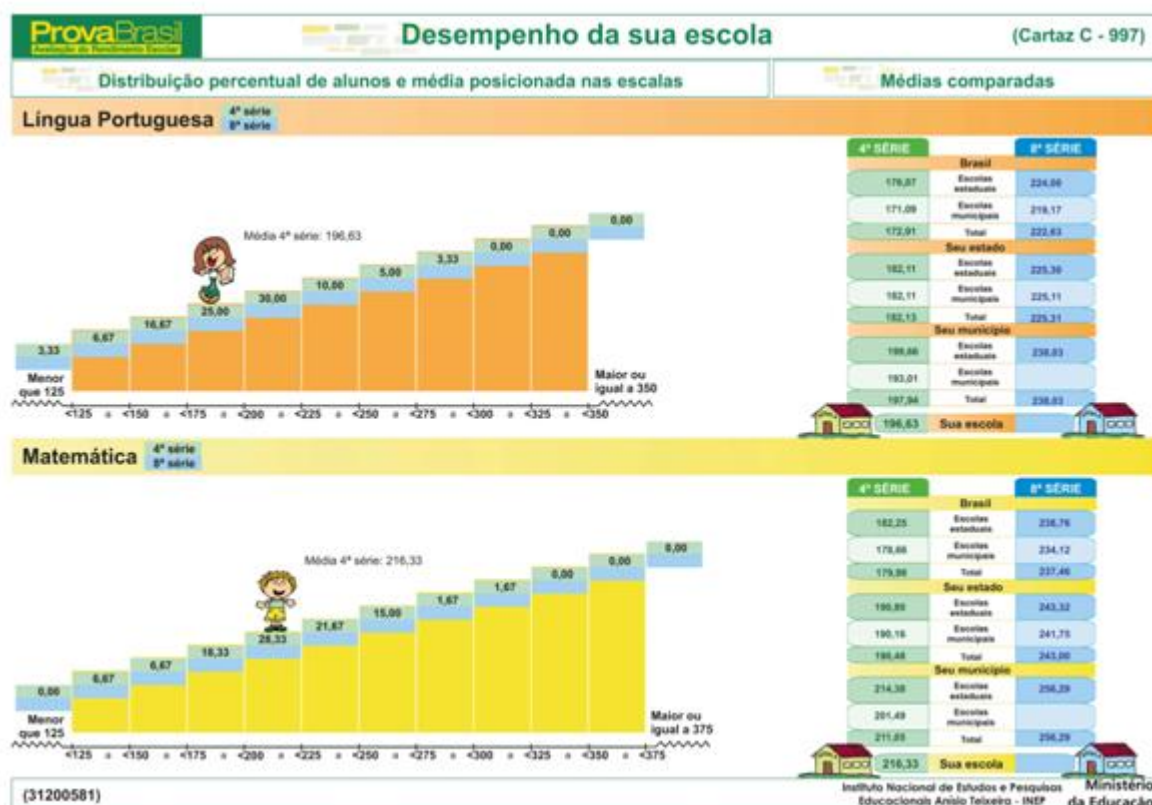


Figura 2: Exemplo de Cartaz 2 da Prova Brasil Enviado à Escola – 2005

Fonte: BRASIL. INEP/PROVA BRASIL, 2005b.

Para o ano de 2007, foram mantidos os mesmos modelos de cartaz, porém com a incorporação de referências ao resultado do Ideb, divulgado pela primeira vez nessa edição. Houve uma menção ao resultado, que apareceu como indicador educacional no cartaz 1, ao lado de outros dados do Censo, e um destaque no cabeçalho, como se pode notar na Figura 3. O outro cartaz, com o desempenho observado no exame, seguiu o mesmo padrão de 2005.

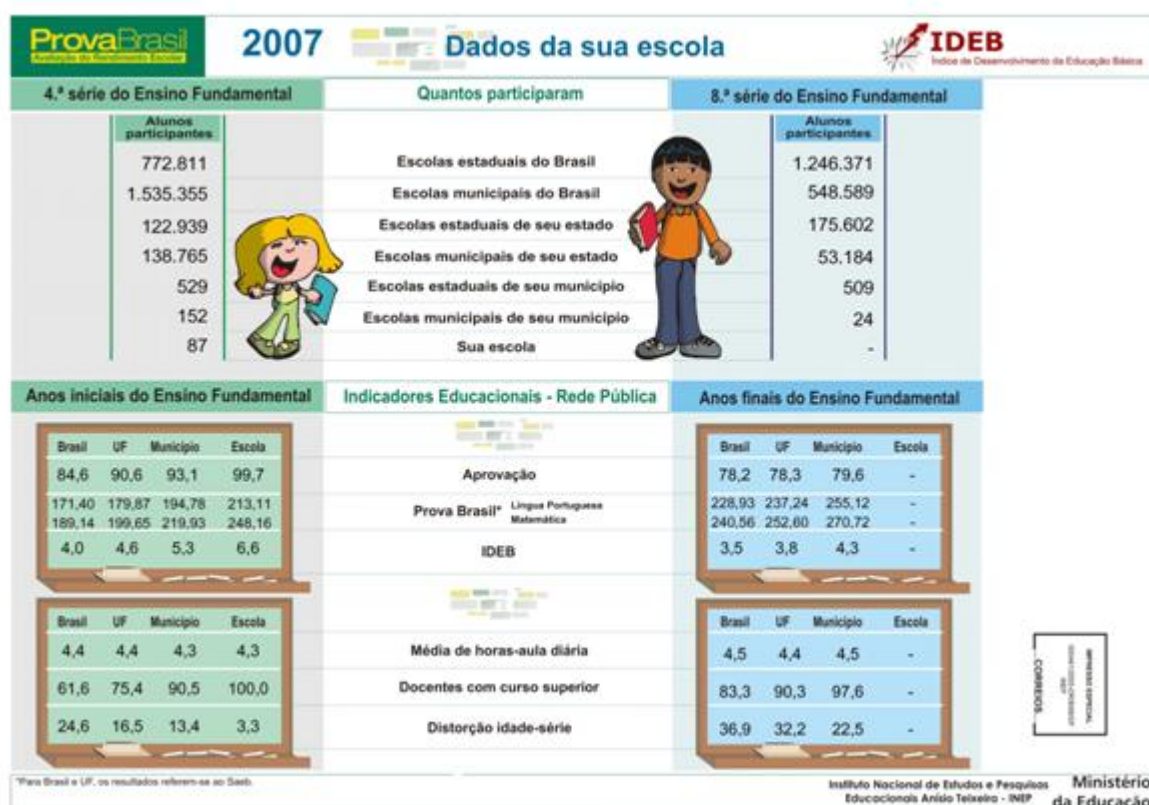


Figura 3: Exemplo de Cartaz 1 da Prova Brasil Enviado à Escola – 2007

Fonte: BRASIL. INEP/PROVA BRASIL, 2007.

Em 2009, os cartazes passaram por algumas alterações mais significativas. Foram incorporados pequenos textos explicativos sobre a Prova Brasil e o Ideb, tendo este último indicador adquirido maior destaque nessa edição do que na de 2007.

O primeiro cartaz é inteiramente dedicado à Prova Brasil, com um texto de introdução comentando elementos do exame, dados da edição e as médias de proficiência de redes, unidades administrativas e da própria escola. Nele são mantidas as ilustrações com crianças e os dados continuam sendo distribuídos em forma de tabelas.

A Prova Brasil é uma avaliação nacional que tem como objetivo a produção de informações sobre os níveis de aprendizagem em Língua Portuguesa, com ênfase em leitura, e em Matemática, na resolução de problemas. Os resultados de desempenho são expressos em uma escala de proficiência por disciplina.

Na escala de Língua Portuguesa existem dez níveis para explicar o desempenho dos estudantes e na de Matemática treze níveis. O detalhamento das habilidades de cada nível e a interpretação pedagógica das escalas podem ser consultados no livreto que acompanha este cartaz. Veja abaixo os resultados da sua escola.

Anos Iniciais - Ensino Fundamental		Quantos participaram		Anos Finais - Ensino Fundamental	
Estudantes participantes				Estudantes participantes	
704.597		Escolas estaduais do Brasil		1.224.856	
1.591.646		Escolas municipais do Brasil		613.511	
101.071		Escolas estaduais de seu estado		159.957	
130.309		Escolas municipais de seu estado		55.946	
495		Escolas estaduais de seu município		539	
119		Escolas municipais de seu município		45	
85		Sua escola		-	

Anos Iniciais - Ensino Fundamental		Proficiências Médias		Anos Finais - Ensino Fundamental	
Língua Portuguesa	Matemática			Língua Portuguesa	Matemática
		Brasil			
186,22	207,12	Escolas estaduais		239,74	242,87
181,38	201,39	Escolas municipais		236,30	239,19
179,58	199,52	Total		236,96	240,29
		Seu Estado			
202,66	227,75	Escolas estaduais		251,17	258,82
197,18	221,71	Escolas municipais		246,35	253,71
199,57	224,35	Total		249,95	257,54
		Seu Município			
220,07	254,62	Escolas estaduais		269,96	281,26
212,17	239,39	Escolas municipais		267,02	281,85
218,54	251,66	Total		269,73	281,31
224,67	260,72	Sua Escola		-	-

* Os resultados informados referem-se apenas à Rede Pública.

Para saber mais acesse: provabrazil.inep.gov.br.

INEP

Ministério da Educação

PROVA BRASIL

Figura 4: Exemplo de Cartaz 1 da Prova Brasil Enviado à Escola – 2009

Fonte: BRASIL. INEP/PROVA BRASIL 2009b.

O segundo cartaz é voltado ao Ideb, com um gráfico que mostra a evolução do índice na escola em relação ao anterior e uma meta projetada para ser alcançada na edição futura. Além disso, traz os resultados do índice nas unidades federativas e um texto que expressa os elementos envolvidos no cálculo do indicador, bem como a meta projetada para o Brasil em 2022.

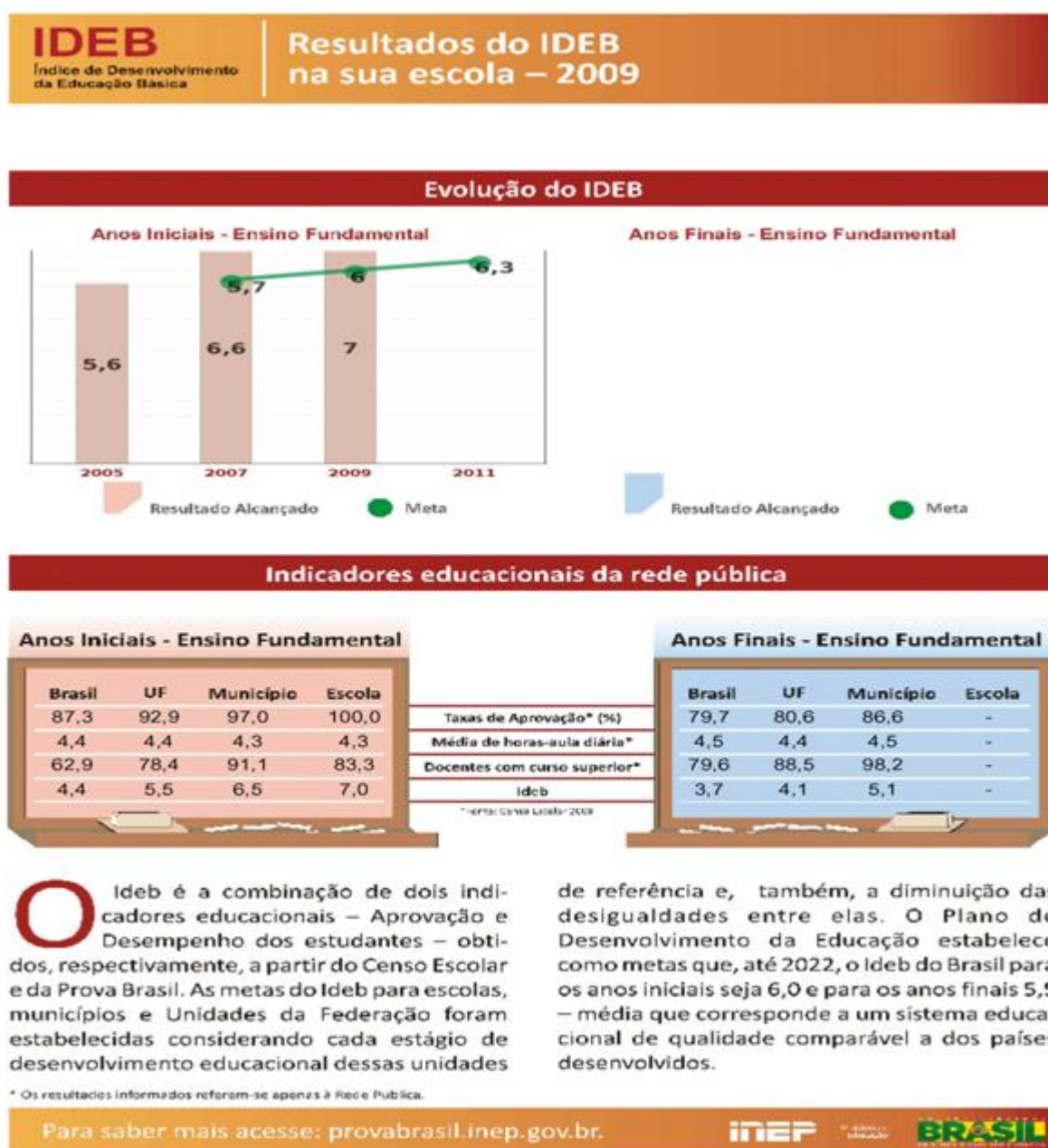


Figura 5: Exemplo de Cartaz 2 da Prova Brasil Enviado à Escola – 2009

Fonte: BRASIL. INEP/PROVA BRASIL 2009b.

Para finalizar, o último cartaz apresenta uma disposição do percentual de alunos da escola situado em cada um dos níveis de proficiência da escala, tanto em Língua Portuguesa quanto em Matemática. Essa é também uma mudança em relação aos cartazes de edições anteriores.

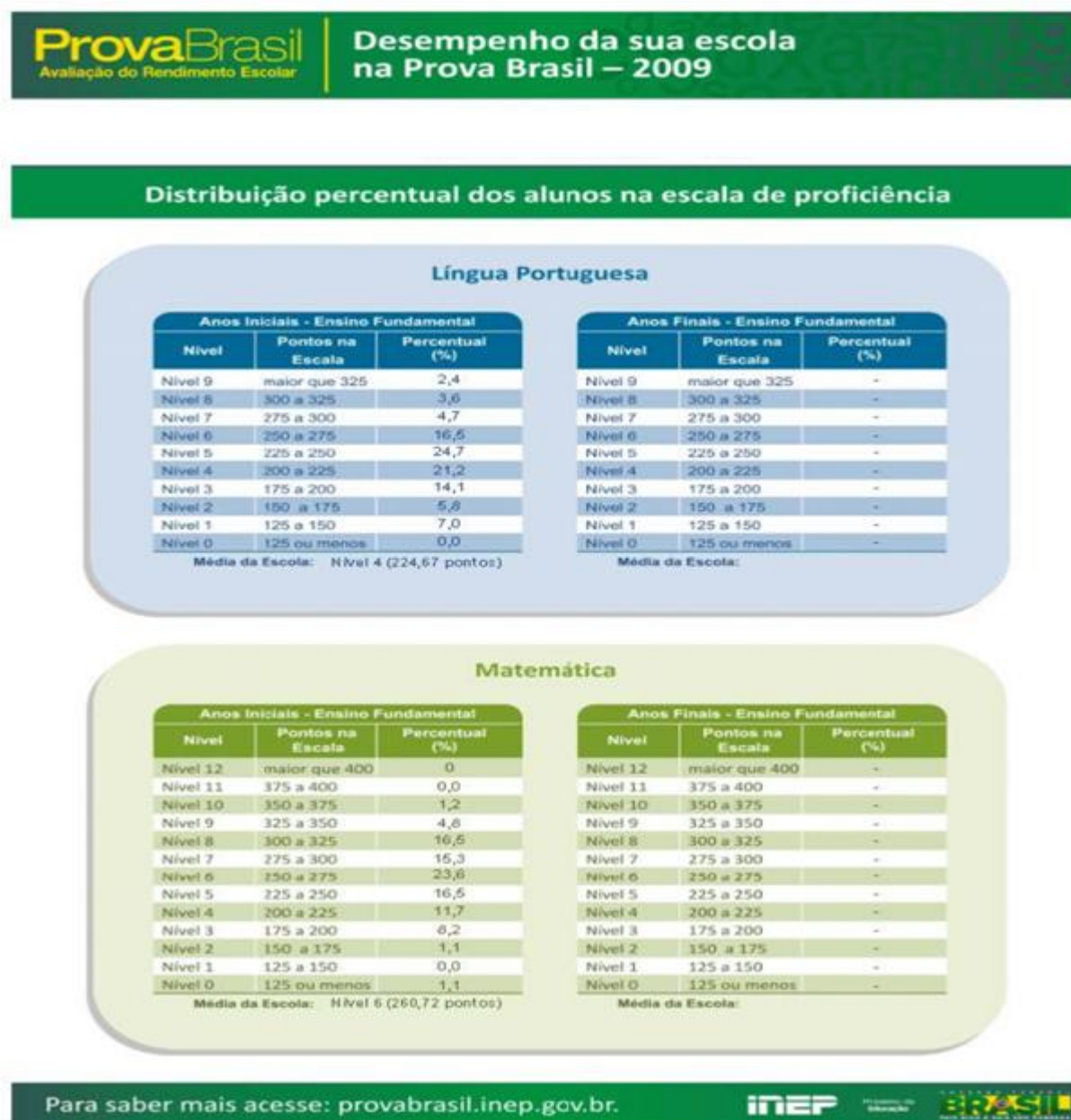


Figura 6: Exemplo de Cartaz 3 da Prova Brasil Enviado à Escola – 2009

Fonte: BRASIL. INEP/PROVA BRASIL 2009b.

A seguir, serão apresentados os desdobramentos analíticos desta investigação que contemplam, além da discussão teórica acerca da divulgação de resultados de avaliações em larga escala, a análise da política e do material de

disseminação dos resultados da Prova Brasil da perspectiva de gestores dos sistemas estaduais de avaliação, propondo-se, resguardados os limites, uma comparação e uma avaliação que venham subsidiar uma proposta de refinamento nessa política.

2. ANÁLISE DA POLÍTICA E DO MATERIAL DE DISSEMINAÇÃO DOS RESULTADOS DA PROVA BRASIL

A técnica do estudo de caso, adotada neste trabalho, se configura como

uma pesquisa de base empírica que consiste em selecionar um objeto de pesquisa, que pode ser um fato ou um fenômeno, estudado nos seus vários aspectos. Nesse tipo de pesquisa, o pesquisador e o participante representante da situação-problema cooperam mutuamente com o estudo. (REIS, 2010, p. 63).

Os procedimentos metodológicos desempenham importante papel na pesquisa, pois são instrumentos que indicam o caminho para a obtenção de respostas aos problemas e às hipóteses levantadas. A escolha de um plano adequado para conduzir a investigação é fator determinante para o sucesso do estudo realizado.

O estudo em tela se apresenta, quanto à abordagem e análise dos dados, como uma pesquisa de natureza mista – tanto qualitativa quanto quantitativa. A abordagem qualitativa se faz presente na descrição, interpretação, análise e compreensão do problema e dos aspectos a ele relacionados. Já a abordagem quantitativa se expressa na coleta e no tratamento de dados traduzidos em números (REIS, 2010).

Para a coleta de informações, foram realizadas pesquisa bibliográfica, entrevistas de roteiro semiestruturado e aplicação de questionários. A pesquisa bibliográfica, técnica que explica um problema por meio de contribuições secundárias, foi usada para obter o posicionamento de autores acerca do processo de divulgação dos resultados de avaliações externas.

Foram realizadas duas entrevistas de roteiro semiestruturado com dois profissionais responsáveis pela política de disseminação de resultados da Prova Brasil: o diretor da Daeb e o coordenador da área de disseminação de resultados. A entrevista é um método permite “captar reações, sentimentos, hábitos do entrevistado e possibilita que o entrevistador esclareça alguma pergunta ou terminologia não compreendida pelo entrevistado” (CUNHA, 1982 apud BAPTISTA; CUNHA, 2007, p. 179). O uso desse método foi motivado pela possibilidade de se

conhecer processos inerentes à política em questão que não estão registrados em documentos oficiais.

Por fim, para uma validação mais empírica do estudo, foram aplicados questionários a profissionais que trabalham com a gestão das avaliações externas em alguns estados brasileiros, no intuito de que estes fizessem uma apreciação do modelo e do material utilizados na divulgação do resultado da Prova Brasil e ao mesmo tempo trouxessem sugestões e contribuíssem com a experiência dos respectivos sistemas estaduais de avaliação. O questionário é um método bastante empregado em pesquisas e entre suas vantagens estão possibilidade de ausência do pesquisador no momento da coleta, rapidez, baixo custo, possibilidade de se atingir população dispersa, maior liberdade aos respondentes, entre outros (CUNHA, 1982 apud BAPTISTA; CUNHA, 2007, p. 177-178).

Os questionários, cujo modelo consta no Anexo I, foram aplicados nos meses de março e abril de 2013 via *e-mail* a gestores (coordenadores, assessores, gerentes, etc.) da área de avaliação educacional em larga escala de 13 estados brasileiros, representativos de todas as regiões do País: um no Sudeste, dois no Sul, seis no Nordeste, dois no Centro-Oeste e dois no Norte. Foi contatado um número maior de gestores, sem, no entanto, obter-se um retorno positivo ao apelo para a pesquisa. Dos participantes, nove estados possuem sistema de avaliação próprio e quatro não possuem.

Este capítulo dedica-se, primeiramente, à análise da política e do material de disseminação dos resultados da Prova Brasil, adotado desde a criação da Prova em 2005. Em seguida, expõem-se elementos que caracterizam a importância de uma eficiente política de divulgação dos resultados das avaliações externas, etapa considerada por alguns autores e estudiosos como a mais relevante de todo o processo.

Dando continuidade, há a análise das respostas aos questionários pelos gestores, iniciada com um breve comentário sobre o processo usado para a coleta das informações. A seguir, discutem-se elementos como o calendário de divulgação da Prova Brasil e do Ideb, realizado em um único momento, e o papel dos demais meios de divulgação.

Abordam-se, ainda, os seguintes tópicos contemplados pelo questionário: o modelo de disseminação adotado, o material usado no processo de disseminação – com ênfase no *kit* de divulgação dos resultados, um dos elementos que informam as

escolas sobre o desempenho observado nos testes – e as contribuições que podem ser trazidas pelos sistemas de avaliação estaduais.

2.1. A importância e os desafios da divulgação dos resultados de avaliações externas

O ciclo de avaliação da Prova Brasil/Saeb, que acontece a cada dois anos, passa por diversas etapas, como já exposto no item 1.4.5., as quais compreendem desde a construção dos itens que comporão a prova, passando por todo um processo de logística de elaboração e aplicação, até a divulgação dos resultados das avaliações.

A Prova Brasil produz informações a respeito da qualidade do ensino público nos municípios e em cada unidade escolar. Essa avaliação fornece aos gestores públicos, à comunidade escolar e à sociedade detalhes a respeito da qualidade da educação oferecida pelas redes de ensino. (BRASIL. INEP, 2009a, p. 5).

Dentre todas as fases, a disseminação dos resultados é apontada por alguns autores como sendo a mais importante. Se não for bem planejada e executada, pode por todo o trabalho a perder, na medida em que não concorrer para o alcance dos objetivos pretendidos com a avaliação, uma vez que “a produção de informação é uma etapa do processo avaliativo, mas esse só se realiza quando, a partir de informações, ocorrerem julgamento, decisão e ação” (SOUSA; OLIVEIRA, 2010, p. 818). Logo, a avaliação só fará sentido a partir do momento em que os dados produzidos forem compreendidos e transfigurados em elementos que sirvam de norte para orientar o trabalho daqueles que fazem a educação, em seus mais diversos níveis, dentre os quais o da escola.

Conforme aponta Oliveira (2011, p. 171), é

fundamental o estabelecimento de um fluxo de informação que possibilite [...] às equipes escolares conhecerem os objetivos, estrutura e procedimentos metodológicos da avaliação e, sobretudo, saber operar com os dados produzidos para a gestão da rede de ensino e do trabalho pedagógico.

A etapa de divulgação dos resultados, objeto deste estudo, é realmente bastante significativa dentro do processo, pois consiste na devolução à comunidade escolar e à sociedade do maior propósito de todo o esforço empreendido para a realização do ciclo de avaliação: os dados que traduzem o desempenho dos estudantes nos testes aplicados. Em referência a esta etapa, Fontanive, Elliot e Klein (2007, p. 1) consideram que

um dos desafios enfrentados pelos profissionais que conduzem os processos de avaliação de sistemas escolares é o de desenvolver estratégias de apresentação dos resultados capazes de facilitar a compreensão e a apropriação desses resultados pelas diferentes equipes das Secretarias de Educação, gestores das escolas, professores e demais membros da comunidade.

Para Castro (2009), o modelo de avaliação em larga escala já ocupou seu lugar na educação brasileira, mas ainda pode se desenvolver bastante no quesito disseminação e apropriação dos resultados. A autora afirma que

se é verdade que o Brasil avançou na montagem e consolidação dos sistemas de avaliação, é também verdade que ainda não aprendemos a usar, de modo eficiente, os resultados das avaliações para melhorar a escola, a sala de aula, a formação de professores. Este, aliás, é um dos grandes desafios das políticas educacionais, sem o qual o objetivo principal da política de avaliação perde sentido para os principais protagonistas da educação: alunos e professores. (CASTRO, 2009, p. 7).

Silva, Garcia e Bicalho (2010, p. 11) também usam a palavra “desafio” ao se referirem ao processo de disseminação e uso dos resultados das avaliações educacionais. Reconhecem que os esforços empreendidos trouxeram avanços, entretanto consideram que “apropriação, compreensão, análise contextual e o uso pedagógico dos resultados educacionais ainda constituem partes dos grandes desafios do processo de avaliação em larga escala”.

Outro autor que entra nessa discussão é Soligo (2010, p. 3), ao apontar que

o grande motivador das avaliações em larga escala está vinculado a necessidade de dados concretos para a elaboração e execução de políticas educacionais. No entanto, os dados coletados pelos testes e demais mecanismos de coleta constituem possibilidades que chegam as escolas e por vezes não são adequadamente utilizados. Isso ocorre por inúmeros motivos. Entre eles a falta de treinamento no

manuseio dos materiais que chegam as instituições. Para reverter este quadro há a necessidade de repensar projetos e técnicas pedagógicas.

Não se pode correr o risco de que todo o esforço despendido na execução de avaliações em larga escala, que envolve uma gama de recursos físicos, materiais e financeiros, fique prejudicado devido ao não aproveitamento ou ao subaproveitamento das informações geradas, principalmente por falta de mecanismos que propiciem o contato direto e a interpretação adequada destas pelos profissionais responsáveis. Cotta (2001 apud BECKER, 2010, p. 6) cita que

o principal motivo pelo qual a avaliação geralmente não corresponde às expectativas que gera é a presunção de que as condições para o aproveitamento deste tipo de informação estão dadas. Segundo a autora, ocorre justamente o contrário: a avaliação é uma atividade que, por suas próprias características, exige que essas condições sejam intencionalmente criadas.

Indo ao encontro do que colocam os autores, é necessário, portanto, que se esteja sempre em busca de novos mecanismos de disseminação de dados das avaliações, já que estes consistem na finalidade maior de se realizar o processo.

O artigo 3º da Portaria 931 aponta que compete ao Inep “definir as estratégias para disseminação dos resultados” (BRASIL. MEC, 2005). Essas estratégias já estão traçadas e são executadas como parte do ciclo avaliativo, o que não impede que possam ser revistas e refinadas para tornar mais eficiente o processo. Aliás, esse é o grande objetivo deste estudo de caso.

No entanto, não se pode desconsiderar a responsabilidade dos demais profissionais da educação no processo. Há que se entender que gestores de redes e de unidades escolares, bem como equipes pedagógicas e de professores, precisam também traçar estratégias que possibilitem a apropriação e a utilização dos dados das avaliações em larga escala recebidos. Sem uma vontade das equipes educacionais em estudar e compreender os seus próprios desempenhos, fica difícil pensar em como os resultados podem concorrer para a melhoria da qualidade da educação, pois o diagnóstico trazido pelos dados precisa conduzir uma tomada de decisão, uma intervenção, com vistas ao redimensionamento do planejamento, da prática docente e dos processos formativos da escola, mesmo que haja uma revisão no material e nas estratégias de divulgação dos resultados.

Sousa e Oliveira (2010, p. 803) também lançam um olhar sobre a relevância dos resultados das avaliações, ao afirmarem que

os objetivos da avaliação, declarados nos documentos oficiais, tendem a afirmar como expectativa que a avaliação venha a subsidiar os diferentes níveis do sistema na tomada de decisões com vistas à melhoria da qualidade do ensino. Desse modo, espera-se que os resultados da avaliação venham a ser apropriados pelos gestores e equipes centrais e regionais das Secretarias de Educação bem como pelas escolas.

Bauer (2010) destaca que o problema com a disseminação das informações também acontece em outros países latino-americanos. A autora, ao citar Iaies (2003), expõe que “segundo esse autor, [...] as equipes técnicas se ocupam mais na produção da informação, obtida mediante os instrumentos utilizados, do que na exploração do potencial das informações para a mudança educativa” (BAUER, 2010, p. 337).

Diante do exposto, depreende-se que as informações produzidas devem ser tratadas e disponibilizadas de modo que os profissionais envolvidos tenham condições de conhecer o resultado de suas respectivas unidades, mas estes precisam saber fazer uso delas no sentido de melhorar o trabalho docente e, conseqüentemente, o desempenho dos alunos. Uma compreensão limitada por parte desses profissionais pode trazer conseqüências como a subutilização dos dados produzidos e a sobreposição de algumas ideias à realidade do que os dados realmente dizem.

2.2. Avaliação do *kit* e das estratégias de divulgação da Prova Brasil: o questionário aplicado aos gestores dos sistemas estaduais de avaliação

O questionário que auxilia na validação desta pesquisa foi dividido em quatro blocos de questões acerca dos temas tratados: Bloco I – Livreto do *kit*; Bloco II: Cartazes do *kit*; Bloco III – Estratégias de divulgação da Prova Brasil; e Bloco IV – Sistema estadual de avaliação. Cada um desses blocos traz questões abertas e de múltipla escolha que buscam, mediante subsídios presentes nas respostas dos

investigados, a proposição de novas alternativas para o processo de disseminação dos resultados da Prova Brasil.

O Bloco I propõe uma avaliação geral sobre o livro enviado às escolas no *kit* de divulgação, mediante a classificação de elementos do leiaute geral da publicação; das informações textuais; da abordagem dos temas; e da aplicabilidade do livreto no cotidiano escolar. O Bloco II é direcionado à apreciação dos cartazes que acompanham o livreto, destacando também o leiaute geral; as informações textuais e os dados; e a aplicabilidade no cotidiano escolar.

O Bloco III traz indagações sobre as estratégias adotadas para divulgar a Prova Brasil, como a indicação dos pontos positivos do material e do que precisa ser reelaborado, a exposição de outros materiais produzidos pelas Secretarias Estaduais ou que elas julgam necessário ser acrescentados ao *kit* de divulgação, os aspectos da divulgação concomitante da Prova Brasil e do Ideb, entre outros. O Bloco IV é voltado aos sistemas estaduais de avaliação, no intuito de conhecer outros métodos e materiais de divulgação, bem como experiências e sugestões que possam ser incorporados ao atual modelo de disseminação da Prova Brasil. Destaque-se que em todos os temas abordados os gestores tiveram a oportunidade de fazer sugestões quanto a aspectos que considerassem necessários.

2.3. Os meios de divulgação

Em todo processo de divulgação, seja ele de produtos, serviços, informações, etc., os meios de comunicação são determinantes no alcance dos objetivos pretendidos, não sendo diferente a influência destes na disseminação da Prova Brasil.

Como já comentado, do ponto de vista pedagógico, o principal meio de disseminação consiste no *kit* de divulgação enviado às escolas e Secretarias. Além desse, outros canais, elencados a seguir, também contribuem na disseminação e apresentam suas peculiaridades.

A internet, embora acessível a um grande número de pessoas, não está disponível para todos. Além disso, a consulta via internet precisa ser tão motivada

quanto a leitura do *kit*, pois os dados estão ali, entretanto deve haver algo que impulse a pesquisa.

Por exemplo, ao serem questionados sobre o meio de divulgação da Prova Brasil que tem maior alcance junto aos profissionais da educação, nenhum gestor respondeu que é a internet, mostrando que, apesar da evolução das tecnologias, este ainda é um meio de informação limitado junto aos professores, quando se trata de conhecer os resultados da Prova Brasil.

Em contrapartida, a televisão foi citada por quatro respondentes (30,8%), representando ser este um veículo de disseminação que apresenta maior alcance junto aos profissionais, o que pode se configurar tanto como ponto positivo quanto como negativo. Isso porque proporciona o acesso de muitas pessoas aos dados, mas faz a sua própria leitura do sistema, produzindo, muitas vezes, reportagens sensacionalistas baseadas em ranqueamento e comparação de escolas. Não se pode desconsiderar que a formação de *rankings* é passível de ser realizada, porém tal fato acaba por promover uma competição entre as instituições, as quais passam a estar preocupadas somente com o número final divulgado.

As notícias veiculadas sobre resultados de avaliações em larga escala, principalmente nos jornais,

se limitam a ressaltar unidimensionalmente os produtos finais destes processos – a saber, os resultados enquanto pontuação – e a organizá-los em um esquemático *ranking* de países ou tipos de estabelecimento, suprimindo toda referência ao contexto onde estes resultados se obtêm. Com isso, se banaliza a informação que aportam os estudos nacionais e internacionais de medida do rendimento escolar e, o que é mais grave, se distorce a opinião pública e se limitam seus efeitos. (BRUNNER, 2003 apud BAUER, 2010, p. 338).

Oliveira (2011, p. 177), destaca em seu estudo, a questão da disseminação dos resultados da Prova Brasil pela mídia, mediante depoimentos de profissionais da educação, dentre os quais aparece o relato de que ficar sabendo do resultado pela televisão, junto com toda a sociedade seria um erro, já que estes deveriam ter o direito de serem os primeiros informados.

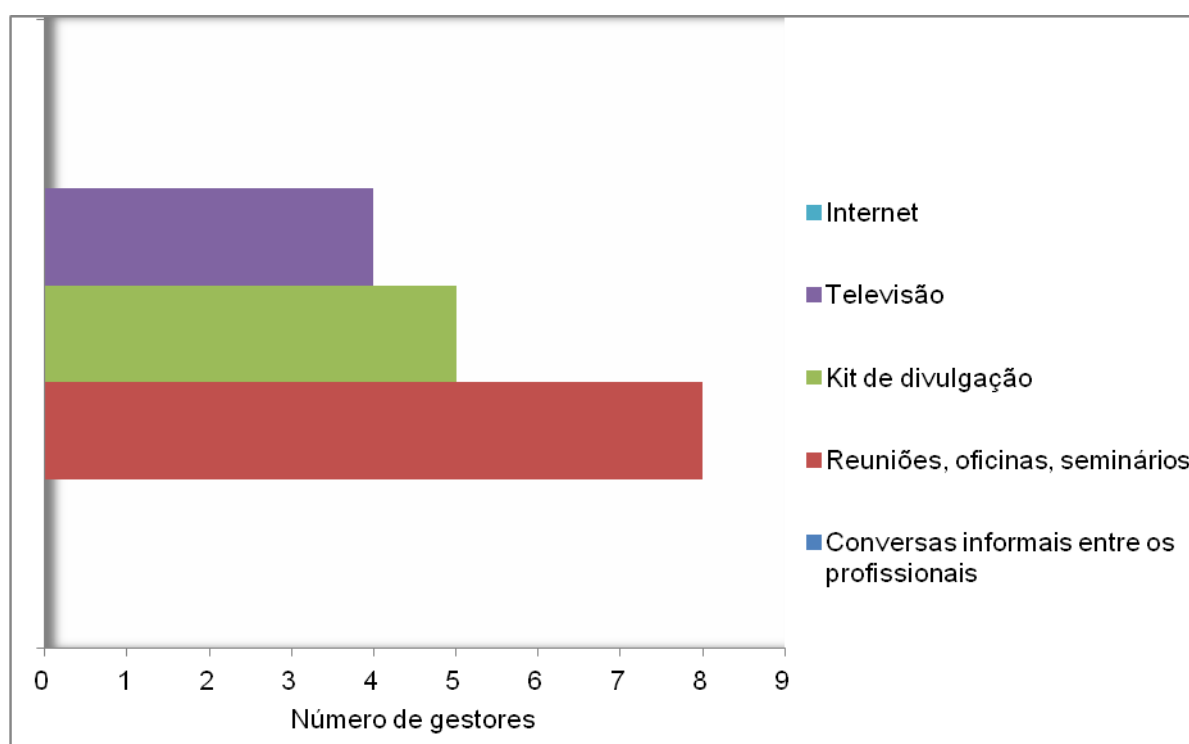
Como já comentado no Capítulo I, o ranqueamento estabelecido pelos meios de comunicação teve início justamente com a divulgação de resultados por

municípios e unidades de ensino, já que as informações são obtidas mediante os meios oficiais.

O que se pode fazer então é pensar em outras estratégias que diminuam o impacto das reportagens na formação de opinião dos profissionais, evitando que estes se deixem levar pelo reducionismo com que, às vezes, as informações são colocadas e estejam aptos a interpretá-las de modo crítico.

Na opinião dos gestores, os outros principais meios de divulgação dos resultados consistem em reuniões no local de trabalho, oficinas e seminários, apontados por oito deles (61,5%) e o próprio *kit* de divulgação, mencionado por cinco (38,5%). Cumpre ressaltar que alguns respondentes escolheram mais de uma opção.

Gráfico 1: Meio de Divulgação da Prova Brasil com Maior Alcance junto aos Profissionais da Educação



Fonte: Elaboração própria, com base nas respostas aos questionários.

Tem-se que a maioria dos profissionais toma conhecimento ou em reuniões ou com o *kit*, demonstrando que a escola é, e não poderia deixar de ser, o local privilegiado de acesso a essa informação.

2.4. O calendário de divulgação: Prova Brasil *versus* Ideb

O Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb), um indicador educacional que congrega dados sobre o fluxo escolar e o desempenho estudantil e é usado para mensurar a qualidade da educação ofertada, é divulgado juntamente com os resultados da Prova Brasil.

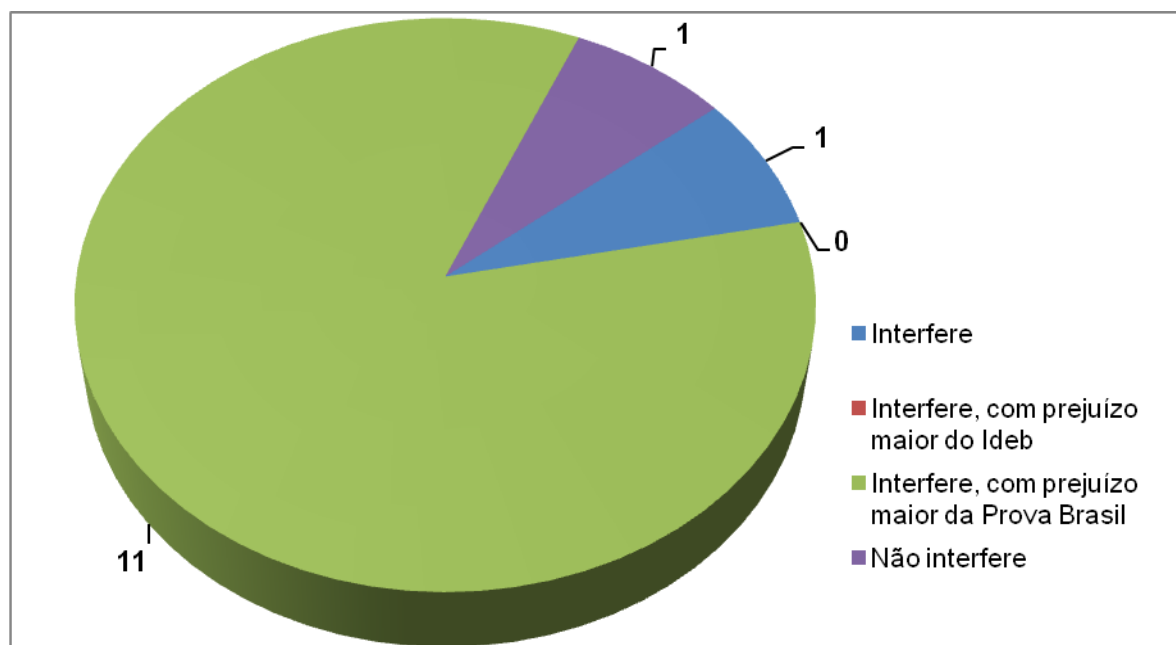
Vieira (2011, p. 77) aponta em seu estudo – “Formação dos gestores escolares no contexto das políticas de avaliação da aprendizagem” – como uma desvantagem a divulgação simultânea, pois, com relação à Prova Brasil, “ofusca os resultados da avaliação, restringindo as possibilidades de sua leitura pedagógica”.

A fim de trazer à tona essa discussão em torno da divulgação concomitante, na qual o Ideb pode ofuscar o resultado da Prova Brasil/Saeb e desviar a atenção dos profissionais, o questionário aplicado indagou sobre o risco de sobreposição da importância de um ao de outro.

Para confirmar essa suspeita, perguntou-se aos gestores se na divulgação concomitante da Prova Brasil/Saeb e do Ideb o resultado de um indicador se sobrepõe ao do outro, ao que 12 (92,3%) disseram que sim e apenas um (7,7%) que não. O Gestor 7 inclusive comentou que “tanto a escola quanto a SED focam mais o Ideb justamente por tratar com médias, deixando de lado as proficiências e o que elas significam”. Começa-se a ter, então, ideia de que a disseminação concomitante pode trazer dificuldades para o tratamento com os indicadores. Na sequência, foram questionados se os resultados da Prova Brasil/Saeb e os do Ideb têm tratamento diferenciado dentro da Secretaria, tendo 11 (84,6%) afirmado que sim e dois (15,4%) que não.

Indo além, um dos itens do questionário interrogou se a divulgação concomitante da Prova Brasil/Saeb e do Ideb interfere no processo de apropriação dos resultados desses indicadores. Apenas um gestor respondeu que não interfere, tendo todos os outros 12 respondido que sim. A grande maioria, formada por 11 gestores (84,6%), revelou ainda que essa situação traz um prejuízo maior à Prova Brasil.

Gráfico 2: Opinião dos Gestores quanto à Interferência da divulgação Concomitante da Prova Brasil e do Ideb no Processo de Apropriação dos Resultados desses Indicadores



Fonte: Elaboração própria, com base nas respostas aos questionários.

Para não restarem dúvidas, na questão que abordava se o resultado do Ideb tem maior repercussão do que o da Prova Brasil/Saeb na Secretaria, novamente 12 gestores (92,3%) declararam que sim e apenas um (7,7%) que não.

A questão é que ao anunciar os dois resultados ao mesmo tempo, um dos índices pode adquirir maior destaque que o outro, como ficou evidenciado na pesquisa. Isso pode ocorrer devido ao fato de que a comunidade escolar fica sem um momento exclusivo para observar, assimilar e discutir separadamente os dados do Ideb e da Prova Brasil, analisando cada fator que concorreu para o resultado obtido e buscando formas de corrigir falhas e solucionar problemas.

Também é notório que o Ideb adquire cada vez mais relevância no cenário educacional brasileiro e o público, em geral sem um conhecimento mais profundo do tema, pode acabar interpretando parcialmente os dados disseminados, considerando que o Ideb seja uma medida apenas do desempenho dos alunos, sem saber que, no entanto, a taxa de aprovação das escolas – que contempla o componente fluxo – também faz parte do cálculo do indicador. Ao se veicular, por exemplo, que o Ideb está aumentando, o público pode não entender se essa

melhoria é consequência da elevação do desempenho dos alunos na Prova Brasil/Saeb ou das taxas de aprovação escolar.

É importante pensar em momentos distintos para a disseminação dos dados do Ideb e da Prova Brasil, pois cada um tem sua relevância no campo educacional e suas especificidades, que precisam ser refletidas pela comunidade escolar e pela sociedade em geral. A questão do rendimento, representada pelas informações da Prova Brasil, merece ter seu momento próprio de discussão para que contribua de forma mais significativa para o aprimoramento da prática docente.

Além disso, pode-se ir mais longe, instituindo-se um momento específico para que escolas e Secretarias façam um estudo dos dados produzidos pela avaliação. Os gestores estaduais se manifestaram a respeito, ao serem indagados se, em seus estados, há um momento ou data específica para que os profissionais estudem os resultados da Prova Brasil. A maior parte, oito respondentes (61,5%), disse que há um momento específico e os outros cinco (38,5%) declararam que não. No entanto, entre os que afirmaram haver uma data definida, notaram-se respostas evasivas, como no “início do ano letivo e no decorrer dele”, “nas formações continuadas e nas reuniões pedagógicas”, “após a divulgação dos resultados [em] encontros com o propósito de discutir os resultados com as Secretarias Municipais e com as escolas”. Apenas o Gestor 8 citou uma data bem específica: “Dia 11 de agosto, o dia D”.

Diante do exposto, uma vez que parte das Secretarias têm momentos para estudar os resultados, mas não definidos claramente, é interessante que, ao divulgar os dados para estas e para as unidades escolares, seja proposta uma data predeterminada, um “Dia D”, como mencionou o Gestor 8, para que todos estejam empenhados e envolvidos em conhecer, assimilar e buscar alternativas de uso dos resultados apresentados, gerando uma mobilização semelhante à que acontece na aplicação da prova.

2.5. Kit de divulgação da Prova Brasil: apreciação dos gestores dos sistemas estaduais de avaliação

Até o ciclo avaliativo de 2005 do Saeb, o principal material didático de divulgação dos resultados consistia num relatório pedagógico que trazia informações

sobre a aplicação e os resultados das provas. A partir da edição de 2005, o instrumento chave na disseminação dos resultados para as escolas e a comunidade escolar passou a ser o *kit* de divulgação.

Conforme já abordado neste estudo e ratificado pela opinião dos gestores estaduais, o *kit* de divulgação é um dos principais meios de informação para profissionais da educação. É enviado para as escolas geralmente depois da divulgação via internet, consistindo o elemento mais pedagógico de disseminação dos dados produzidos. O *kit* representa, de certo modo, uma evolução significativa em relação aos relatórios técnicos que eram produzidos nas edições anteriores à de 2005.

Por esses motivos, um dos blocos de análise deste estudo recai justamente sobre este *kit*, abordando separadamente a percepção de gestores educacionais sobre o livreto e os cartazes, bem como sobre aspectos que dizem respeito à eficiência deste enquanto estratégia de disseminação.

2.5.1. Análise do livreto da Prova Brasil

Conforme aponta Vianna (2005 apud OLIVEIRA, 2011, p. 171) “os projetos de avaliação externa devem prever uma ampla disseminação de resultados, com materiais específicos para cada público interessado nos dados produzidos pelas avaliações”. O livreto da Prova Brasil é direcionado a professores, gestores e equipes pedagógicas de escolas e secretarias estaduais, pois estes constituem o público que terá acesso ao material e poderá utilizá-lo como instrumento de estudo e apropriação dos resultados. Diante da importância que tem esse instrumento, os gestores estaduais avaliaram-no quanto ao leiaute geral da publicação, às informações trazidas, à abordagem dos temas e à aplicabilidade no cotidiano escolar.

O leiaute diz respeito à apresentação gráfica geral do livreto, incluindo a composição, a disposição das informações, as figuras, as cores, entre outros aspectos visuais. O primeiro elemento analisado foi a capa, constituída pelo desenho de uma escola com quatro crianças a sua frente, sorrindo e carregando materiais escolares. O título está sobreposto à escola e, acima deste, aparece o logotipo da Prova Brasil: o mapa do Brasil desenhado com letras e números, em verde. Há também um pano de fundo em azul com inscrições de letras e números na

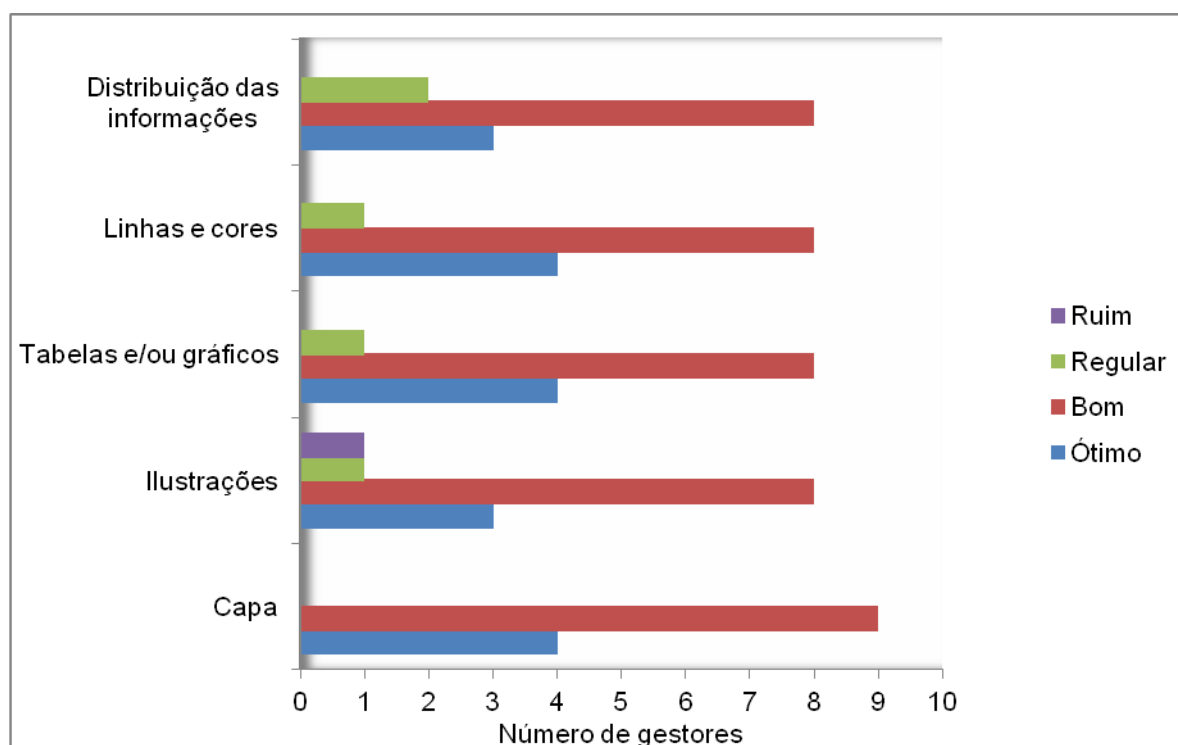
cor branca. Todos os gestores avaliaram positivamente a capa: nove (69,2%) classificaram-na como boa e quatro (30,8%) como ótima.

Em seguida, questionou-se sobre as ilustrações presentes no livreto – as quais são compostas basicamente da repetição das figuras da capa e do logotipo do exame – ao que três (23,1%) disseram ser ótimas, oito (61,5%) boas, um (7,7%) regulares e um (7,7%) ruins. Quanto às tabelas e aos gráficos presentes na publicação, que trazem informações sobre as matrizes de referência, a composição das provas, os níveis das escalas de proficiência e a descrição das habilidades e de exemplos da distribuição dos alunos na escala, quatro (30,8%) apontaram que são ótimos, oito (61,5%) que são bons e um (7,7%) que são regulares. Nenhum gestor classificou-os como ruins.

Em relação às linhas e cores adotadas no livreto, o resultado observado foi o mesmo que o das tabelas e gráficos: quatro (30,8%) avaliaram como ótimas, oito (61,5%) como boas e um (7,7%) como regulares. A cor de fundo do livreto é azul, os títulos e intertítulos estão escritos em branco com contorno azul e o texto em preto. Nas tabelas são usados tons de laranja, verde ou azul.

Para encerrar a avaliação do leiaute, a questão abordou a distribuição de informações, em que cada bloco ocupa entre uma e duas páginas do material, ocupando maior espaço somente as matrizes e as escalas de proficiência. Os apontamentos foram semelhantes aos anteriores: três (23,1%) responderam que é ótima, oito (61,5%) boa e somente dois (15,4%) regular. A seguir, o Gráfico 3 traz uma visão global das respostas.

Gráfico 3: Apreciação dos Gestores acerca de Elementos do Leiaute Geral do Livreto da Prova Brasil



Fonte: Elaboração própria, com base nas respostas aos questionários.

Fazendo um apanhado das respostas dos gestores, tem-se que estes avaliam, em sua maioria, positivamente o leiaute geral da publicação. Houve somente uma classificação “ruim” no item ilustrações. As sugestões apresentadas estão relacionadas às ilustrações e cores, mas não há consenso, conforme se observa nos apontamentos a seguir:

Menos infantilização; trabalhar mais cores nas páginas e pôr mais hipertextos. (GESTOR 1).

Quanto às imagens que remetem aos estudantes, sugiro colocar sem cores ou em cores mais leves e procurar representar mais a diversidade brasileira ou retirar as imagens. (GESTOR 4).

Embora esteja muito bom, sugiro que haja mais cores no livreto. Para nós, as cores constituem uma estratégia pedagógica muito forte: chama a atenção, destaca pontos que devem ser observados, envolve os protagonistas escolares. (GESTOR 5).

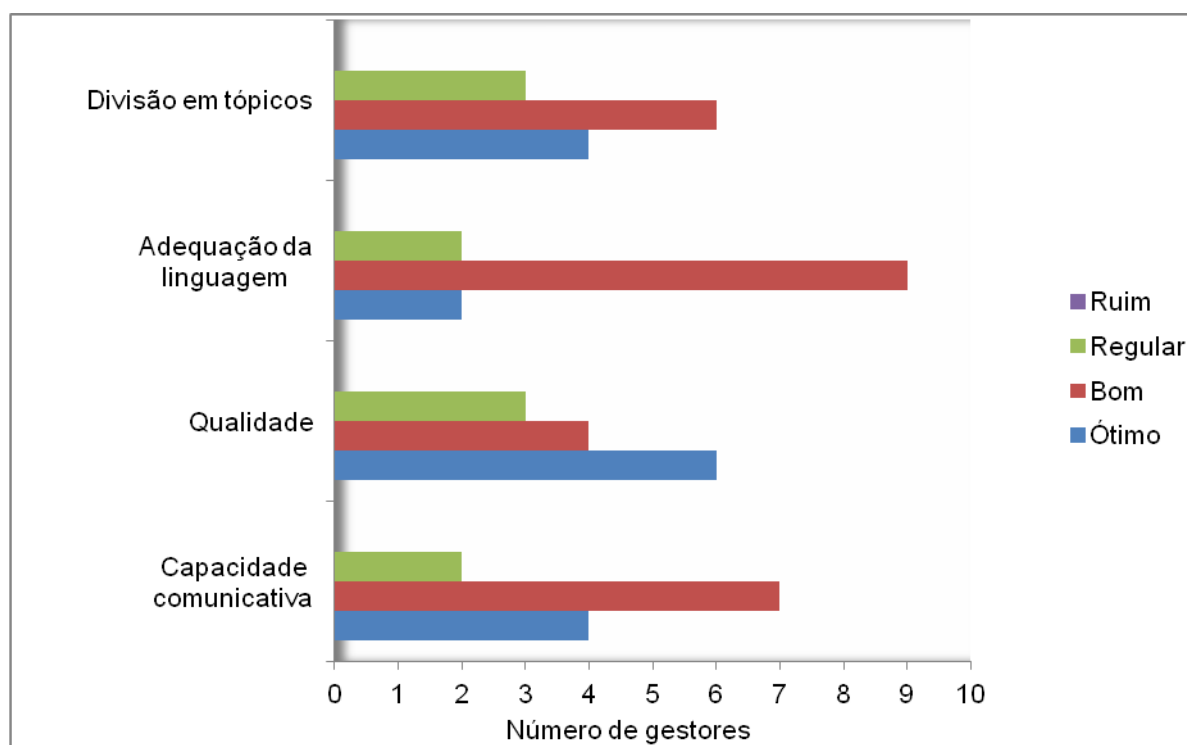
Melhorar basicamente as ilustrações e as cores. É preciso que o material chame atenção e que não seja monótono. (GESTOR 7).

O próximo elemento avaliado refere-se às informações textuais da cartilha, aspecto muito importante em se tratando de um material que tem a função de ser explicativo, sendo apreciadas a capacidade comunicativa dos textos, a qualidade das informações, a adequação da linguagem ao público-alvo e a divisão do texto em tópicos.

Quanto à capacidade de comunicação dos textos, quatro (30,8%) declararam ser ótima, sete (53,8%) boa e dois (15,4%) regular, não tendo nenhum gestor declarado ser ruim. Sobre a qualidade das informações, característica muito relevante, seis gestores (46,2%) responderam que é ótima, quatro (30,8%) boa e três (23,1%) regular. No tocante à adequação da linguagem ao público-alvo, constituído basicamente por professores e profissionais das equipes pedagógicas das escolas e das Secretarias Estaduais de ensino, a maioria dos respondentes informou que é ótima ou boa: dois e nove gestores respectivamente (15,4% e 69,2%,). Somente outros dois (15,4%) disseram que é regular.

A última questão dessa seção estava relacionada à divisão do texto em tópicos, que, como já descrito no item 1.5.5., está organizado em: Apresentação; O que é o Ideb?; O que é a Prova Brasil?; O que a Prova Brasil avalia?; Como as matrizes de referência estão organizadas?; Como são as provas?; Como são os questionários?; A escala da Prova Brasil; Como entender os resultados?; Descrição dos níveis da escala de desempenho de Língua Portuguesa; e Descrição dos níveis da escala de desempenho de Matemática. Para esta questão, quatro (30,8%) afirmaram que a divisão é ótima, seis (46,2%) boa e três (23,1%) regular. Essas opiniões quanto às informações textuais do livreto estão representadas no Gráfico 4:

Gráfico 4: Apreciação dos Gestores sobre as Informações Textuais Presentes no livreto da Prova Brasil



Fonte: Elaboração própria, com base nas respostas aos questionários.

Em relação às informações textuais da cartilha, a avaliação dos gestores foi positiva: não apareceu nenhuma vez o conceito “ruim” entre as respostas. Percebe-se que esse também não é um ponto essencial a ser modificado para as próximas edições. Entre as sugestões, a maioria está relacionada à leitura dos resultados:

São temas que não fazem parte da rotina dos educadores o que exige que os manuais além das informações técnicas apresentem pontos que auxiliem o professor a entender os resultados e a melhorar sua prática pedagógica. (GESTOR 7).

Deveria ser dada maior ênfase a leitura pedagógica da Prova Brasil, que possibilitasse ao professor elucidar a escala de proficiência. (GESTOR 9).

Aparece também um elogio, quando o Gestor 11 comenta que as informações “estão muito bem escritas. Claras e sucintas”. Entretanto, o comentário é exatamente o contrário do que diz o Gestor 1: “Textos muito longos. A sugestão é que sejam mais diretos e com exemplificações”.

Outros comentários parecem estar além do que propõe o livreto de divulgação dos resultados, mencionando um nível de profundidade que dificilmente o material poderia alcançar:

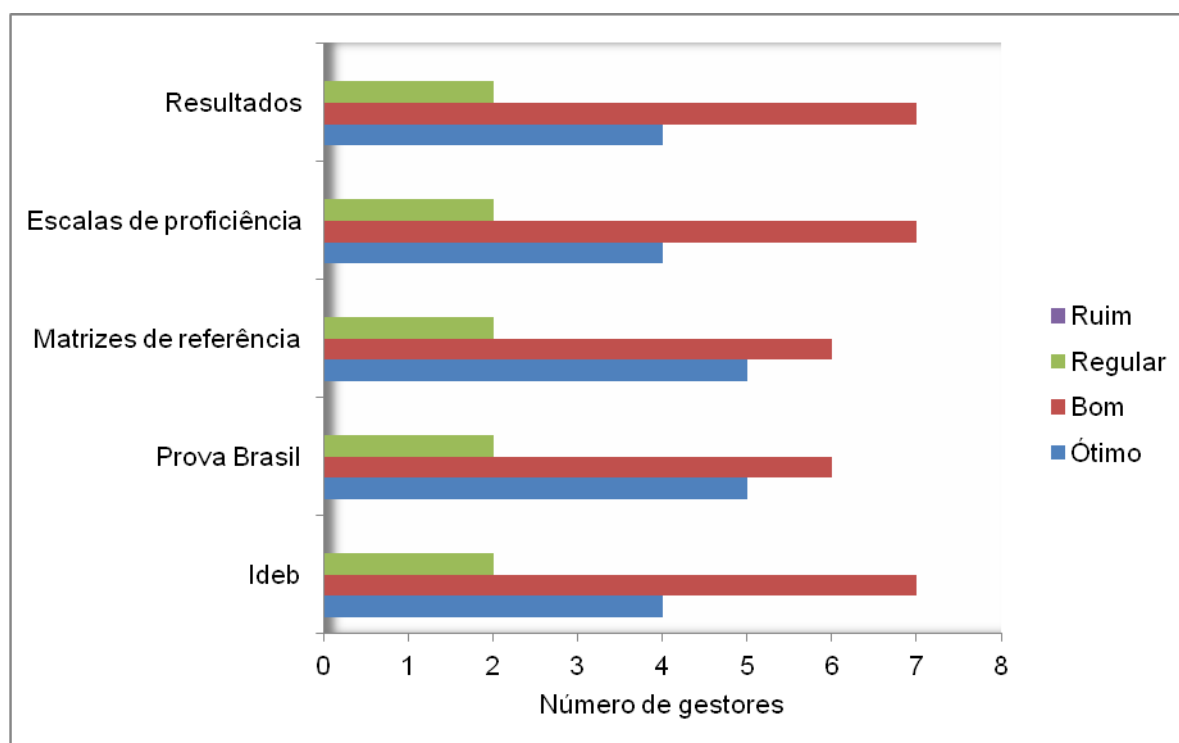
Faltam informações sobre como calcular a média de cada escola, em que ponto da escala esses estudantes avaliados deveriam estar [...]. Que olhar a escola deve ter para a média e o que ela representa. [...] Poderia ser incluído um tópico com o que ser feito pela escola para reverter o problema. (GESTOR 4).

A questão seguinte faz referência à abordagem dos temas apresentados na cartilha: Ideb, Prova Brasil, matrizes de referência, escalas de proficiência e resultados. Em nenhum desses temas a abordagem foi considerada ruim pelos investigados.

Com relação ao Ideb, um assunto afeto à Prova Brasil tratado logo no início do livreto, quatro gestores declararam que a abordagem desse tema é ótima (30,8%), sete que é boa (53,8%) e dois que é regular (15,4%). Quando o assunto é o tratamento da Prova Brasil em si, com informações sobre o que é o exame, seus objetivos, periodicidade e público-alvo, cinco classificaram-no como ótimo (38,5%), seis como bom (46,2%) e novamente dois como regular (15,4%).

No tocante às matrizes de referência, que norteiam a elaboração das questões que compõem a prova, o resultado foi o mesmo que o observado anteriormente, na Prova Brasil: cinco pesquisados exprimiram que a abordagem é ótima (38,5%), seis boa (46,2%) e dois regular (15,4%). O tratamento do tema das escalas de proficiência, que descrevem os níveis em que estão posicionados os alunos e as habilidades que estes já desenvolveram, foi considerado por quatro (30,8%) ótimo, por sete (53,8%) bom e por dois (15,4%) regular. Finalmente, a abordagem do tema referente aos resultados foi apontada como ótima por quatro gestores (30,8%), como boa por sete (53,8%) e como regular por dois (15,4%). Essa avaliação pode ser visualizada no Gráfico 5:

Gráfico 5: Avaliação dos Gestores quanto à Abordagem dos Temas no Livroto da Prova Brasil



Fonte: Elaboração própria, com base nas respostas aos questionários.

Dentre as poucas sugestões relativas à abordagem dos temas, uma é bastante significativa:

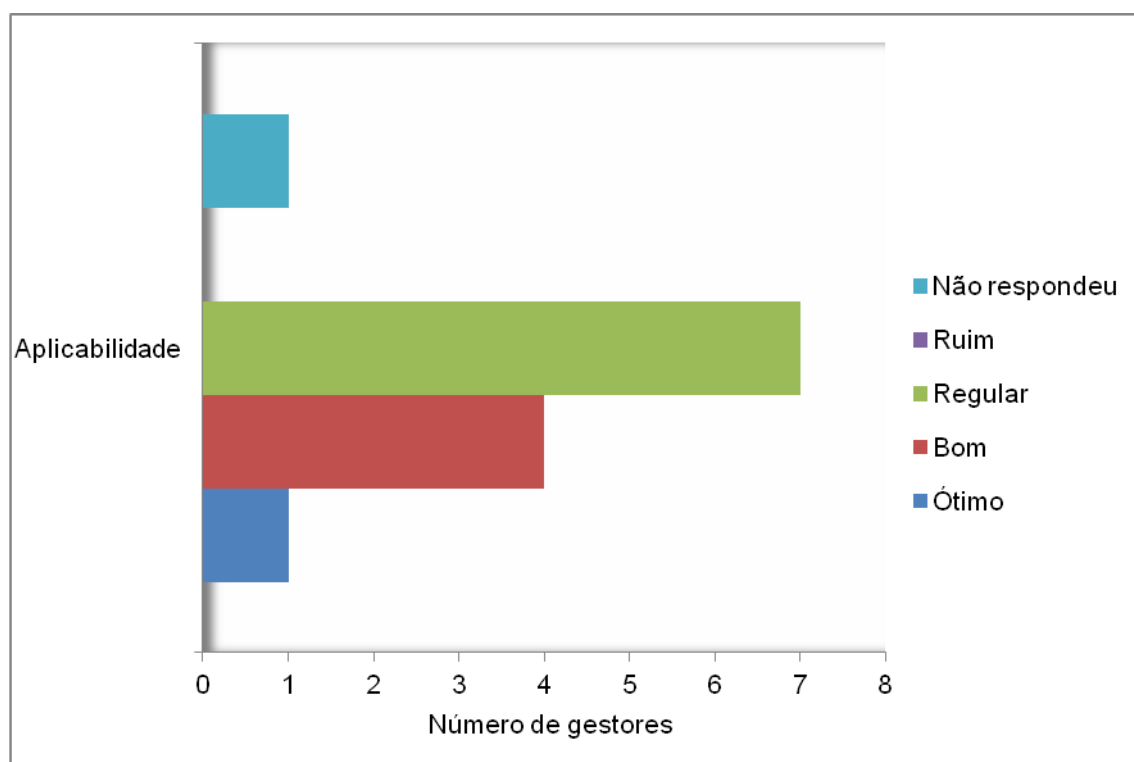
Poderia existir um glossário com termos específicos da avaliação externa e de outros utilizados no livroto. Sobre a Matriz de Referência, acrescentar texto que a diferencie de Matriz Curricular. Falar também sobre o porquê de se construírem itens a partir de habilidade e de como o professor pode utilizar isso na prática. Na parte de resultados, incluir chamada para elaboração de um plano de intervenção, a partir dos resultados da unidade escolar. (GESTOR 4).

A chamada para a elaboração de um plano de intervenção, como sugere o gestor, pode ser uma das atividades tratadas com a criação de um dia específico para se analisar os resultados em cada unidade de ensino, como já discutido anteriormente.

Finalizando esse bloco, os gestores foram interrogados acerca da aplicabilidade do livroto no cotidiano escolar. Como um instrumento direcionado principalmente a professores e equipes pedagógicas, espera-se que este sirva de suporte para atividades e reflexões no interior das escolas. A grande parte das

respostas – sete gestores (53,8%) – demonstrou que a aplicabilidade do livreto é regular. Outros quatro (30,8%) apontaram que é boa e um (7,7%) indicou que é ótima. Cumpre destacar que nem todos os gestores responderam.

Gráfico 6: Avaliação dos Gestores quanto à Aplicabilidade do Livreto da Prova Brasil no Cotidiano Escolar



Fonte: Elaboração própria, com base nas respostas aos questionários.

Esse é um dos pontos que merece destaque, pois foi a primeira vez que um item foi considerado regular por mais da metade dos gestores. Nas poucas justificativas apresentadas, encontram-se os relatos:

A aplicabilidade é regular por conta da pouca utilização pelas unidades escolares. (GESTOR 4).

Todo material de divulgação deve ser acompanhado por momentos práticos, por exemplo, promoção de oficinas pedagógicas. (GESTOR 10).

Nota-se, portanto, que a questão da aplicabilidade é uma das mais urgentes de serem resolvidas. Para tanto, fazem-se necessários a promoção de momentos específicos para o estudo desse material, bem como o incentivo ao uso por parte

dos profissionais. Outros elementos, como a introdução de um glossário no livreto, o tratamento com as cores e ilustrações e um destaque maior a informações sobre como ler e analisar os resultados, também devem ser levados em consideração.

2.5.2. Análise dos cartazes de divulgação da Prova Brasil

Além do livreto, o *kit* é composto ainda por três cartazes, apresentados no item 1.5.5., dedicados à abordagem da Prova Brasil e do Ideb e à distribuição do percentual de alunos de cada escola nas escalas de proficiência. Esses também têm uma grande importância no processo de divulgação dos resultados, já que seu alcance pode ir além do público formado por profissionais da educação, chegando a pais, alunos e demais membros da comunidade escolar. No entanto, não se deve inferir que apenas a fixação do cartaz em local visível signifique que o dever esteja cumprido, sendo mais uma vez necessárias, além de uma estruturação adequada por parte de quem o elabora, a análise e a compreensão do sentido que as informações e os dados transmitem.

Para proceder a uma avaliação geral dos cartazes, os questionários aplicados aos gestores estaduais trouxeram um bloco direcionado ao tema. Nele os gestores puderam externar suas opiniões sobre o layout geral, as informações textuais e os dados e a aplicabilidade dos cartazes no cotidiano escolar.

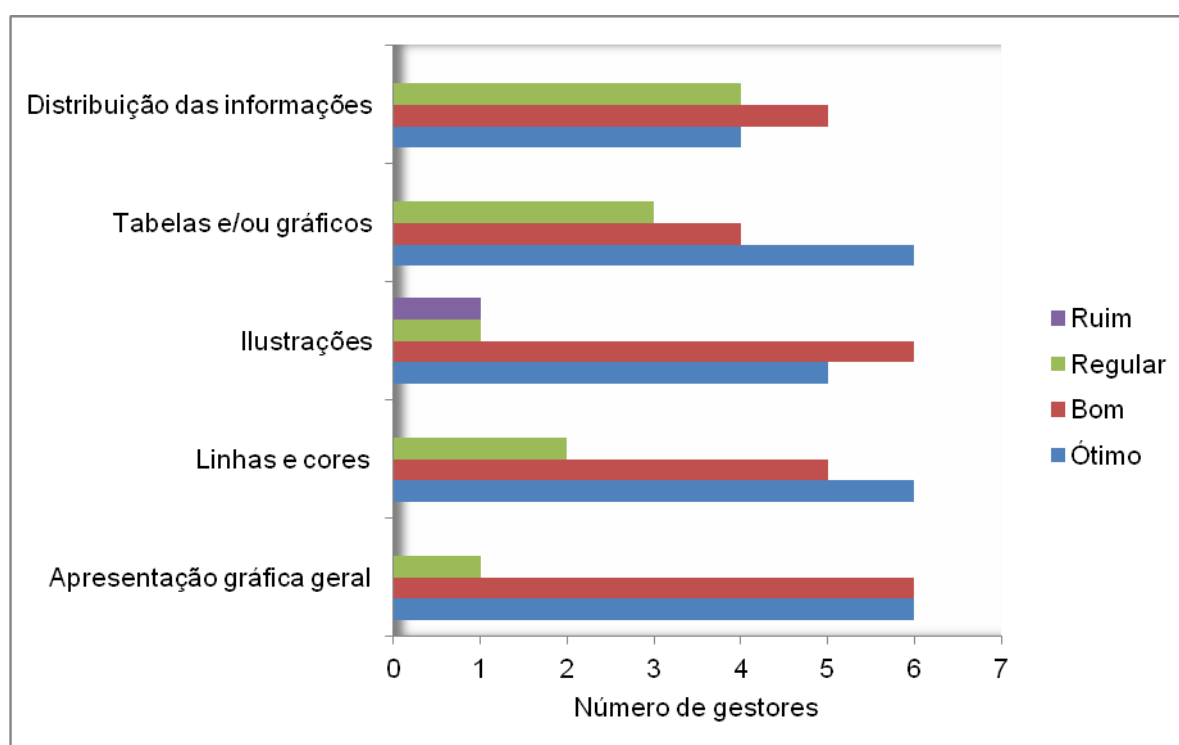
No que concerne ao layout geral – elemento relevante por se tratar de cartazes, justamente pelo caráter visual que estes possuem – o qual pode ser observado nas Figuras 1 a 6, no Capítulo I, a primeira apreciação recaiu sobre a apresentação gráfica geral, ao que seis relataram ser ótima (46,2%), seis boa (46,2%) e apenas um (7,7%) regular. Com relação às linhas e cores utilizadas, seis gestores consideraram-nas ótimas e cinco boas (46,2% e 38,5%, respectivamente). Apenas dois consideraram regulares (15,4%).

Outro quesito avaliado foram as ilustrações, geralmente compostas por crianças, quadros-negros e materiais escolares, em que apareceu pela primeira vez nesse bloco o conceito ruim, atribuído por um gestor (7,7%). Dos demais, cinco as conceituaram como ótimas (38,5%), seis como boas (46,2%) e um como regulares (7,7%). As tabelas e os gráficos, itens também bastante explorados nos cartazes, devido à forma pela qual se expõem os dados, foram avaliados da seguinte maneira:

ótimos por seis gestores (46,2%), bons por quatro (30,8%) e regulares por três (23,1%).

Para encerrar o bloco, questionou-se sobre a distribuição das informações, apontada por quatro respondentes como ótima (30,8%), por cinco como boa (38,5%) e por quatro como regular (30,8%). Os dados da avaliação do leiaute dos cartazes estão expostos no Gráfico 7.

Gráfico 7: Avaliação dos Gestores quanto ao Leiaute Geral dos Cartazes da Prova Brasil



Fonte: Elaboração própria, com base nas respostas aos questionários.

Nota-se que a apreciação geral foi positiva: em todos os quesitos um percentual bem superior a 50% avaliou os elementos gráficos dos cartazes como ótimos ou bons. Nas sugestões apresentadas, algumas estão relacionadas à grande quantidade de informações:

Como se trata de um cartaz, deve ser mais visual. Há excesso de informação. O cartaz deveria apontar os resultados e *linkar* com as informações constantes no livreto. (GESTOR 1).

Apresentar um número menor de informações, privilegiando as mais relevantes. (GESTOR 6).

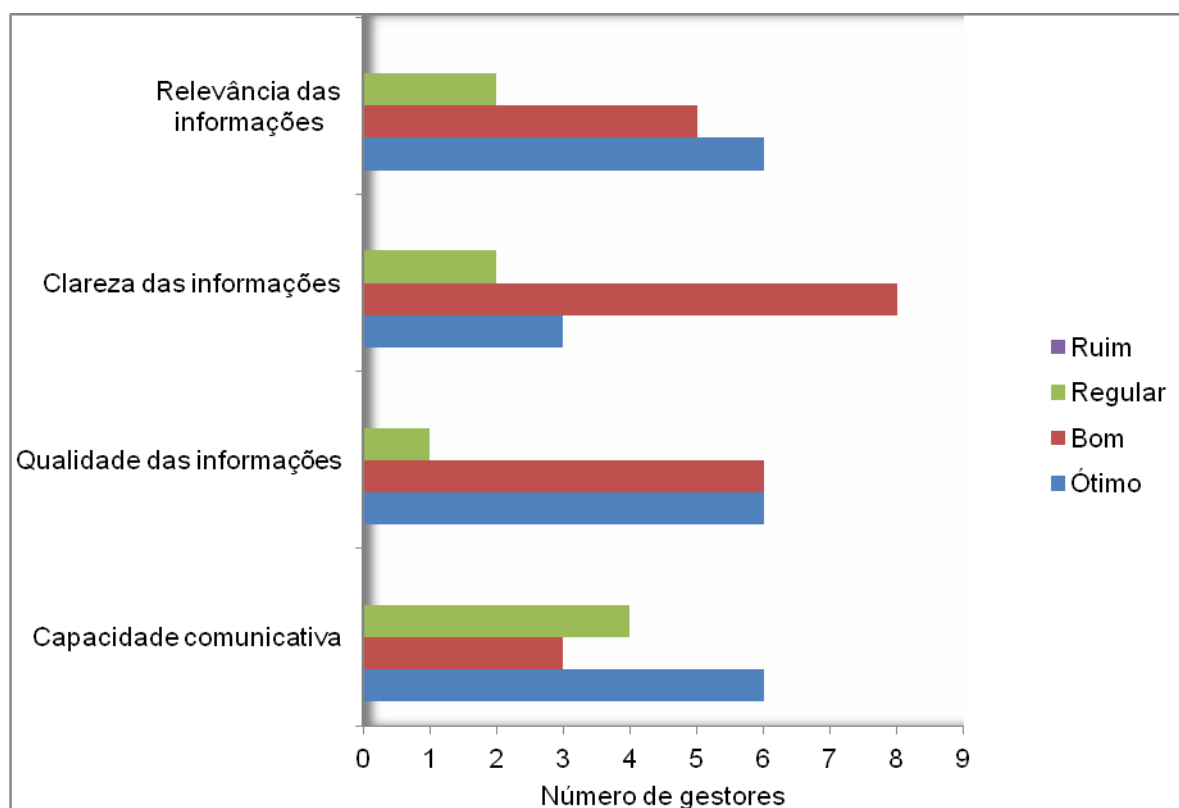
Embora tenham informações importantes, os cartazes ficaram muito carregados e se faz necessário selecionar o que realmente é importante: resultados, gráficos. As explicações já estão nos manuais. (GESTOR 7).

A próxima avaliação se concentra nas informações textuais e nos dados apresentados nos cartazes. Os dados precisam estar claros e ser de fácil visualização, pois se configuram como a essência da divulgação dos resultados, expondo qual a situação da instituição naquela edição do exame.

Iniciou-se com o julgamento sobre a capacidade comunicativa dos textos que acompanham os dados, tendo seis gestores (46,2%) julgado-a ótima, três (23,1%) boa e quatro (30,8%) regular. Passou-se, então, à qualidade das informações, questão que seis (46,2%) responderam como ótima, novamente seis (46,2%) como boa e apenas um (7,7%) como regular. Depreende-se do resultado que a qualidade da informação não consiste em um problema dos cartazes enviados às escolas.

Dando continuidade, apreciou-se a clareza das informações, determinantes para facilitar a compreensão de todos os interessados no processo. A maior parte dos gestores afirmou que as informações são claras: três (23,1%) conceituaram o atendimento ao quesito clareza como ótimo, oito (61,5%) como bom e dois (15,4%) como regular. Encerrou-se com uma questão sobre a relevância das informações, a qual a maioria dos gestores – seis e quatro, respectivamente, – classificou como ótima ou boa (46,2% e 38,5%) e somente dois como regular (15,4%). O Gráfico 8 mostra com nitidez as repostas:

Gráfico 8: Apreciação dos Gestores quanto às Informações Textuais e aos Dados dos Cartazes da Prova Brasil



Fonte: Elaboração própria, com base nas respostas aos questionários.

As proposições dos gestores quanto às informações textuais e aos dados são poucas. Chama a atenção o relato do Gestor 2 que propõe algo extremamente difícil de ser executado e até diverso daquele que seria o objetivo da Prova Brasil: ele sugere “inserir resultados de proficiência não somente por escola, mas por turma e aluno”. Deve-se salientar que a Prova Brasil visa a um diagnóstico da educação como um todo e não a avaliação individual do aluno.

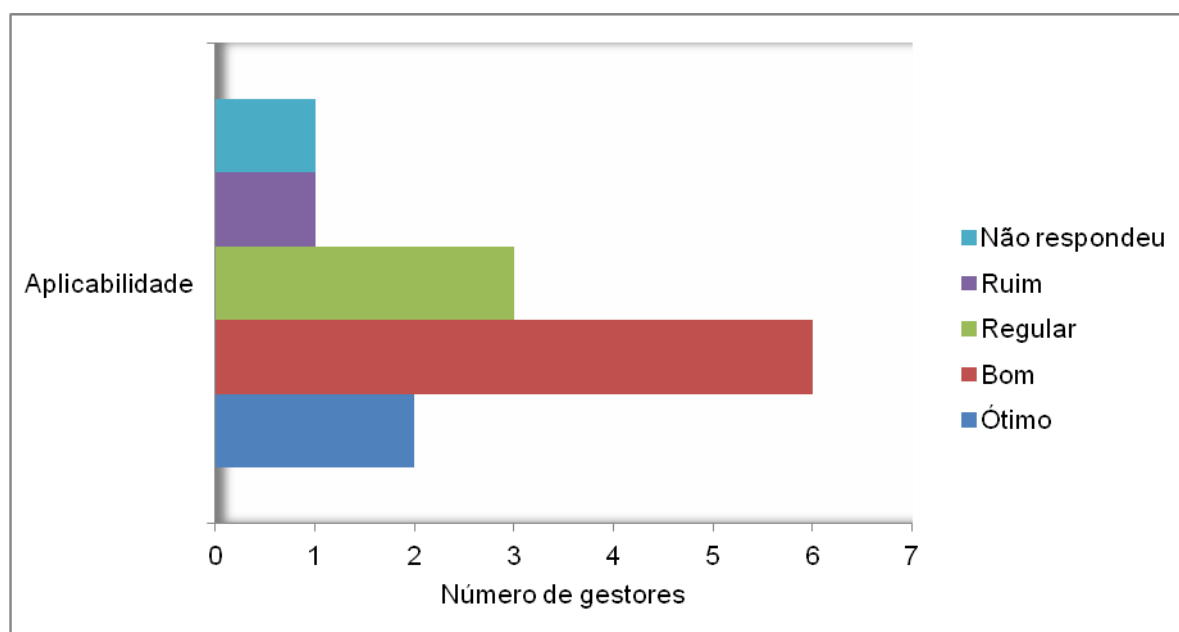
Outra sugestão gira em torno de algo já apontado: a quantidade de informações presentes: “o cartaz é para comunicação rápida e com essa quantidade enorme de informações acaba não chamando tanto atenção das pessoas, pois fica cansativo” (GESTOR 7).

Curiosamente, um gestor comenta que “o problema está na apropriação e responsabilidade dos municípios, estados e escolas” (GESTOR 8), corroborando o fato de que, mesmo que o material seja bom, é necessário um esforço de instâncias e profissionais da área educacional para que os resultados se configurem em

mudança de comportamento e tomada de decisão que venham a contribuir para elevar a qualidade da educação.

Finalizando o bloco sobre os cartazes, levantou-se a questão acerca da aplicabilidade destes no cotidiano escolar, ao que a maioria disse ser ótima ou boa – dois (15,4%) e seis (46,2%), respectivamente. Do restante, três (23,1%) declararam ser regular e um (7,7%) ruim. Nem todos responderam a questão. Observe o Gráfico 9.

Gráfico 9: Opinião dos Gestores quanto à Aplicabilidade dos Cartazes da Prova Brasil no Cotidiano Escolar



Fonte: Elaboração própria, com base nas respostas aos questionários.

A única sugestão acerca da aplicabilidade dos cartazes aponta para a necessidade de se trabalhar junto aos professores mecanismos de leitura e interpretação dos dados, pois, segundo o Gestor 4, “a aplicabilidade é ruim por conta da pouca utilização pelas unidades escolares e da falta de conhecimentos prévios para leitura de tabelas e gráficos pela comunidade escolar”. Este é o ponto que teve a avaliação menos favorável pelos gestores, merecendo atenção especial, juntamente com os relatos sobre o excesso de informações presentes nos cartazes.

2.6. Apreciação do modelo de disseminação da Prova Brasil pelos gestores estaduais de avaliação

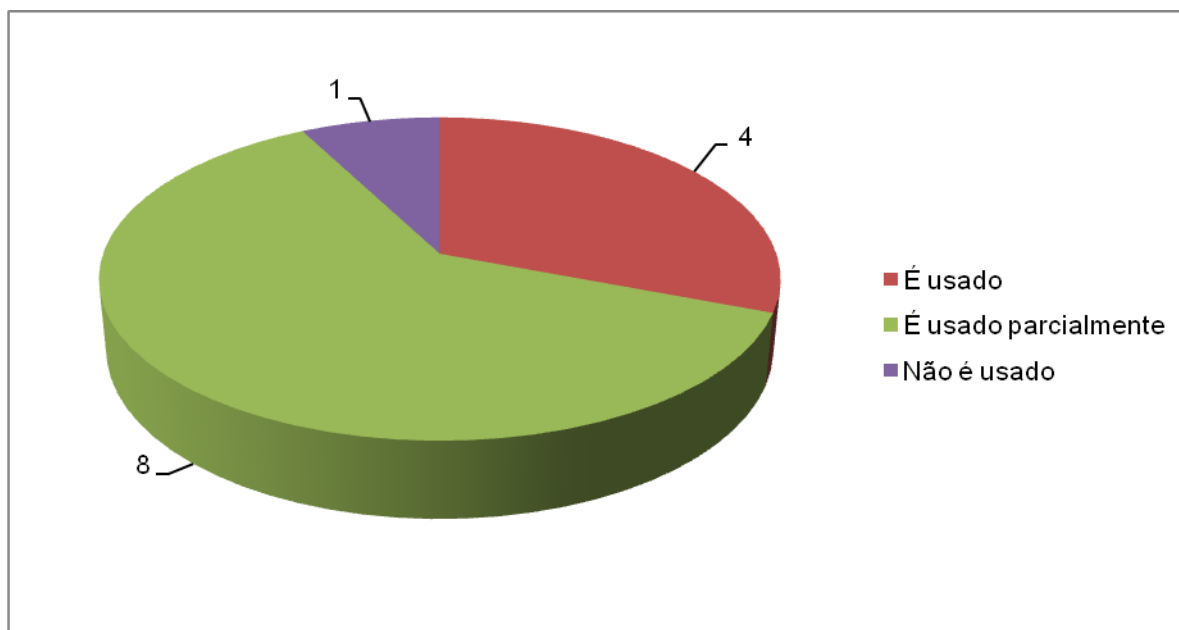
Dando continuidade a esta investigação, após serem apreciadas separadamente características de apresentação visual e de adequação e redação textual do livreto e dos cartazes da Prova Brasil, serão expostas a avaliação dos gestores estaduais sobre as estratégias de disseminação do exame como um todo e sugestões desses sujeitos sobre melhorias ou novas possibilidades de disseminação.

O primeiro elemento dessa investigação diz respeito ao alcance, à importância e à usabilidade do material de divulgação junto a professores e demais profissionais. Como já dito anteriormente, o *kit* foi apontado por cinco gestores (38,5%) como o principal meio de divulgação da Prova Brasil.

Os gestores foram indagados no sentido de saber se o *kit* é usado em sua Secretaria como instrumento de suporte em reuniões, seminários e oficinas. Enquanto elementos informativos, o livreto e os cartazes podem ser utilizados para subsidiar estudos e discussões para a apropriação e o emprego dos resultados de escolas e redes.

A grande parte, oito gestores (61,5%), relatou que o *kit* é usado apenas parcialmente como suporte, enquanto quatro (30,8%) apontaram que sim e um (7,7%) que não. Ainda que de forma parcial, a maioria dos gestores afirmou que o *kit* está presente nos eventos das Secretarias.

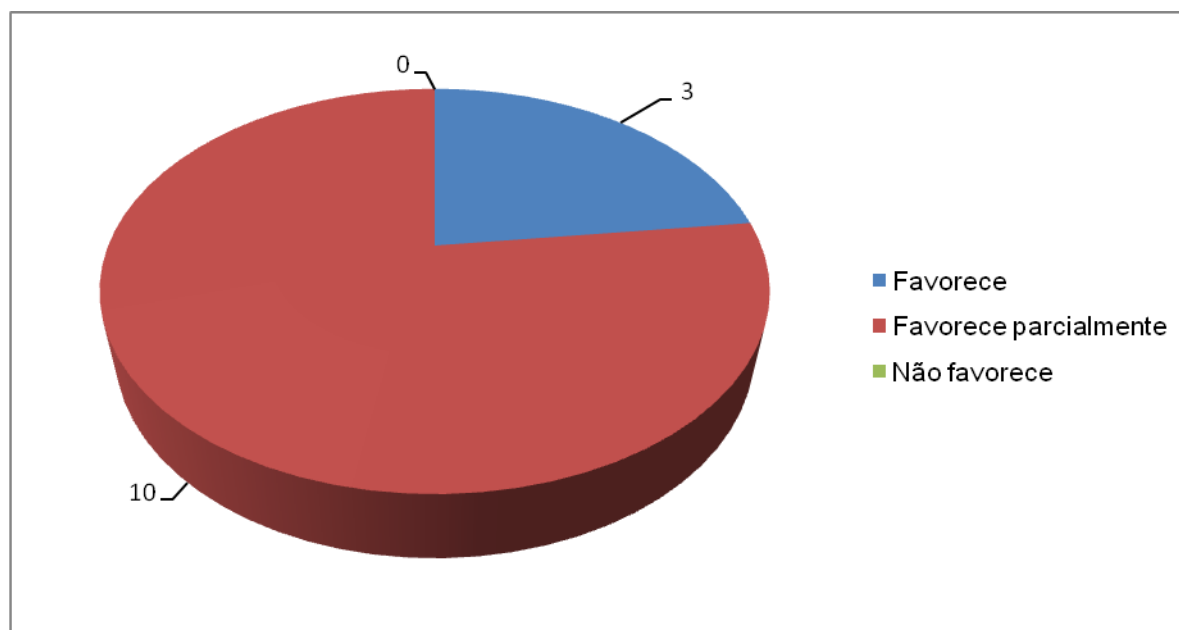
Gráfico 10: Opinião dos Gestores quanto ao Uso do *Kit* de Divulgação em Eventos das Secretarias Estaduais



Fonte: Elaboração própria, com base nas respostas aos questionários.

Perguntou-se, também, se o *kit* de divulgação favorece o entendimento e a apropriação dos resultados por parte dos docentes e dos demais profissionais da educação. Nenhum gestor respondeu que não há favorecimento; entretanto, a maioria, dez deles (76,9%), apontou que favorece apenas parcialmente, tendo os demais três (23,1%) respondido que sim.

Gráfico 11: Opinião dos Gestores quanto à Capacidade do *Kit* de Divulgação em Favorecer o Entendimento e a Apropriação dos Resultados por Parte dos Profissionais da Educação



Fonte: Elaboração própria, com base nas respostas aos questionários.

É um fator positivo nenhum gestor ter respondido negativamente, todavia preocupa saber que o favorecimento do entendimento e da apropriação dos resultados acontece de forma parcial, visto que o *kit* é o elemento mais pedagógico de divulgação dos resultados, aquele que está mais próximo dos profissionais da escola.

Essa avaliação dos gestores pode ser mais bem compreendida mediante a indicação do ponto alto do material de divulgação e também do que precisa ser reelaborado. Ao serem questionados sobre aquilo que seria o ponto alto do material, os gestores puderam expressar suas opiniões, dentre as quais algumas giram em torno da apresentação gráfica e do material usado na confecção, como se observa nestes relatos:

Apresentação gráfica e a linguagem clara. (GESTOR 5).

A qualidade da impressão e material usado para confecção. (GESTOR 9).

Outras opiniões estão relacionadas ao alcance do *kit*:

O alcance desse material. Chega a todas as escolas. (GESTOR 1).

O fato de chegar a todas as escolas. (GESTOR 8).

Aparecem ainda comentários relacionados às informações trazidas, ressaltando aspectos como a clareza, a objetividade, a capacidade de síntese e a concisão.

A iniciativa de tentar simplificar todas as informações em um *kit* é positiva, uma vez que um material mais denso pode não despertar o interesse pela leitura. (GESTOR 4).

A objetividade, concisão e clareza das informações, além do leiaute do material que desperta o interesse pela sua leitura. (GESTOR 11).

Clareza das informações e a possibilidade da escola se perceber a partir delas. (GESTOR 12).

A clareza das informações, o leiaute do cartaz. (GESTOR 13).

Mesmo que o questionamento feito versasse sobre o ponto alto do material de divulgação, dois comentários chamam a atenção. Em um deles, o Gestor 7 relata que “o livreto é pouco utilizado”, e em outro o Gestor 3 aponta que, em seu estado, “ainda é muito tímido o trabalho de divulgação e de apropriação do tema em tela”. Tem-se, então, que é preciso um esforço de conscientização e divulgação do próprio material de divulgação, a fim de que este seja mais utilizado e aproveitado nas escolas, cumprindo sua função informativa.

A apreciação seguinte elucidou o que precisa ser reelaborado no material. Nesse quesito, algumas repostas chegam a contradizer o que foi mencionado no item anterior. Por exemplo, enquanto um gestor diz que entre os pontos altos está a objetividade, outro aponta que “o texto deve ser mais objetivo” (GESTOR 1).

Muitas opiniões referem-se ao acréscimo de informações, notadamente ligadas ao tema Ideb.

Apresentar informações sobre o período de aplicação da avaliação, sobre o que a escola precisa fazer para participar da avaliação – critérios de participação –, tornar clara a importância da qualidade da informação ao Censo. (GESTOR 4).

Entendo que quanto à apresentação do Ideb, poderia ser feito um esforço de tornar ainda mais didático o modo de abordar as informações. É importante que todos os professores da Educação Básica consigam entender a lógica desse indicador e, sobretudo,

comprem a ideia da relevância do mesmo para a escola. Quanto mais didática for a apresentação, maior será a compreensão do professor. (GESTOR 5. Grifo do gestor).

Certamente, o Ideb é um indicador de grande relevância na educação brasileira, porém não se pode desprezar o fato de que o material em análise deve estar mais voltado aos resultados da Prova Brasil.

Foi relatada, também, a questão da leitura dos resultados e de indicações para uma melhor compreensão destes, visando a um conseqüente aumento do desempenho da escola.

Apresentar maiores elucidações/aplicabilidade pedagógicas. (GESTOR 7).

Há necessidade de balancear os resultados com sugestões de metodologias a serem trabalhadas. (GESTOR 9).

Orientação para leitura do resultado pela escola, com exemplo. (GESTOR 13).

Outro gestor aponta como sugestão de melhoria a incorporação de novos instrumentos, fato que será tratado posteriormente com mais detalhes: “Precisamos de mais material impresso e vídeo para uma extensão maior sobre o conhecimento deste tema” (GESTOR 3). Por fim, aparece novamente a ideia de que a divulgação traga dados por turma e por aluno, a qual já foi discutida anteriormente e foge do propósito de avaliação da Prova Brasil: “Especificar os resultados de proficiência por turma e aluno” (GESTOR 2).

Os apontamentos feitos pelos gestores levam à conclusão de que se devem buscar mecanismos para que o material seja mais utilizado, para que informações mais pedagógicas de leitura e aplicação dos resultados sejam acrescentadas e para que novos instrumentos sejam agregados aos que já existem.

A respeito da adição de novos instrumentos ao *kit*, já que este conta somente com o livreto e os cartazes, os gestores foram questionados sobre a necessidade de se expandi-lo, agregando outros materiais. As respostas foram variadas e o mesmo respondente pôde indicar mais de uma alternativa.

Todos os gestores apontaram a necessidade de acréscimo de pelo menos um elemento. A maioria, nove (69,2%), revelou a vontade de se ter um vídeo no *kit* de divulgação. As demais indicações foram a agregação de revistas por quatro

respondentes (30,8%), de outros cartazes por três (23,1%) e de manuais por um (7,7%). Outros instrumentos sugeridos foram:

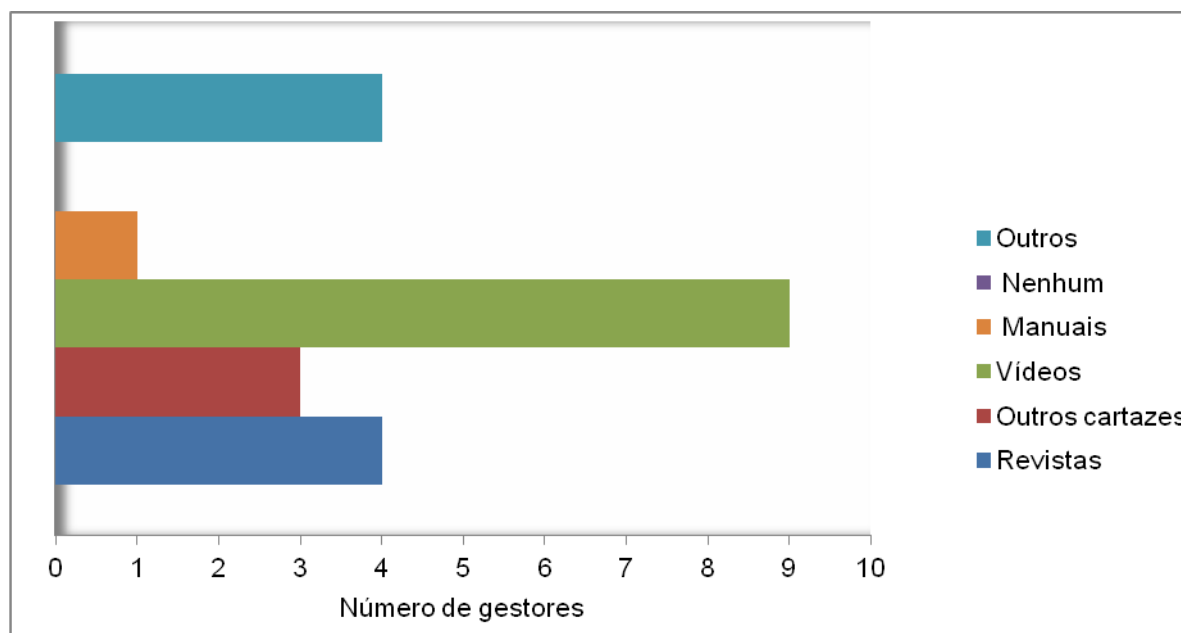
Volumes com orientações para o professor tanto de Língua Portuguesa quanto de Matemática. (GESTOR 7).

Um formulário ou um *link* em que a escola deixasse registradas as metas e ações desenvolvidas pela escola em relação à Prova Brasil e Ideb. (GESTOR 8).

Videoconferências. (GESTOR 10).

Folder para a comunidade. (GESTOR 12).

Gráfico 12: Material que Deve Ser Acrescentado ao Kit de Divulgação da Prova Brasil



Fonte: Elaboração própria, com base nas respostas aos questionários.

Observando as respostas, conclui-se que um instrumento que poderia vir a ser acrescentado ao *kit* é um vídeo, o qual apresenta muitas potencialidades, que vão desde a possibilidade de uma explicação aos profissionais sobre o que significam os indicadores expostos no livreto e nos cartazes até a demonstração prática de como se fazer a leitura dos resultados. Uma revista com artigos sobre os temas abordados no *kit* e ideias inovadoras de como facilitar a interpretação e o uso dos dados também não está descartada.

A fim de consolidar a necessidade de outros materiais de divulgação, investigou-se junto aos gestores a produção de outros instrumentos pela Secretaria para facilitar o processo de disseminação das informações. Nove gestores (69,2) apontaram a produção de um material diferente daquele recebido para a divulgação, em complementação ao *kit*, tendo dois (15,4%) relatado a construção de mais de um instrumento. Por outro lado, quatro (30,8%) disseram que não produzem nenhum material adicional. As respostas para esse item também foram bem diversas: três (23,1%) apontaram a elaboração de revistas ou boletins, três (23,1%) de outros cartazes e um (7,7%) de manuais. Outros materiais elaborados são:

Folder, relatório, CD, painel. (GESTOR 2).

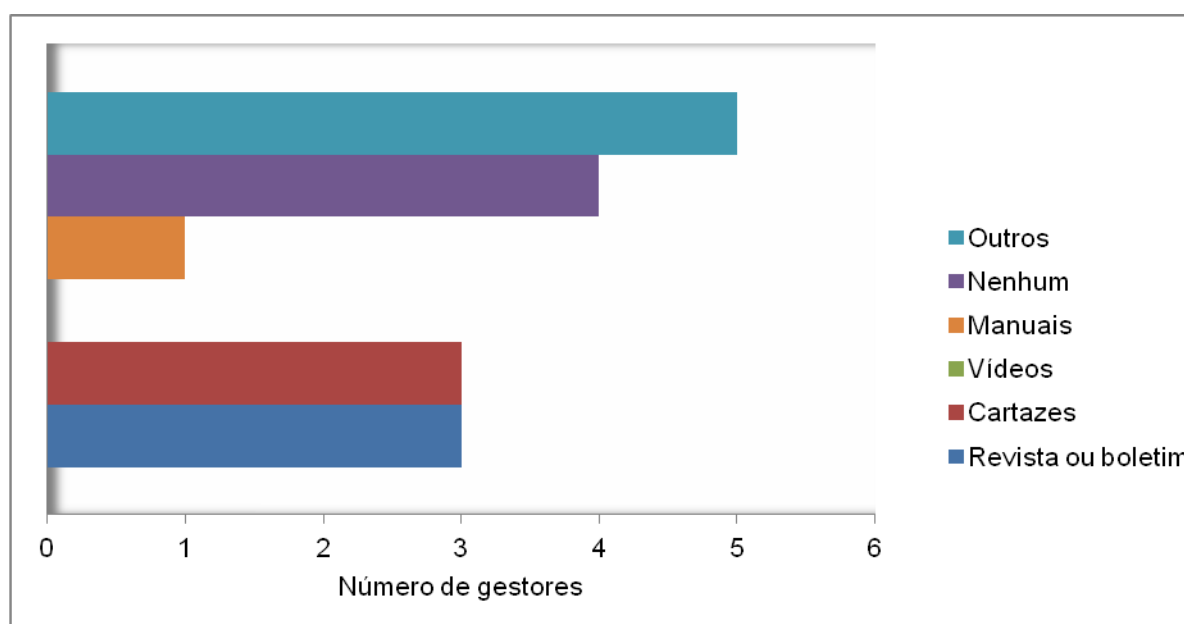
Slides. (GESTOR 3).

Tutorial para acesso aos resultados na Internet. (GESTOR 4).

Quadro demonstrativo de resultados para cada Gerência Regional de Educação. (GESTOR 10).

Folder e informativos na *web*. (GESTOR 12).

Gráfico 13: Outros Materiais para Divulgação dos Resultados da Prova Brasil Produzidos pelas Secretarias Estaduais



Fonte: Elaboração própria, com base nas respostas aos questionários.

Curiosamente, mesmo que a maioria dos gestores queira contar com um vídeo figurando entre os instrumentos de disseminação dos resultados da Prova Brasil, nenhuma Secretaria relatou sua produção como material complementar, o que reforça a necessidade de que ele já esteja presente no *kit* que é enviado para as escolas.

Outro ponto recai sobre as estratégias que são utilizadas para a disseminação dos resultados da Prova Brasil. O *kit* enviado é comum a todas as escolas e Secretarias de Educação e esta consiste em uma das principais estratégias do Inep no processo de divulgação. Porém, espera-se que as secretarias promovam suas próprias estratégias de disseminação, fazendo com que os profissionais estudem e reflitam sobre os resultados obtidos.

Alguns gestores apontaram que suas Secretarias promovem mais de uma ação para a divulgação dos resultados, mas chama a atenção o fato de um gestor ter respondido que em sua Secretaria não é realizada nenhuma atividade de disseminação. Entre os apontamentos, há dez relatos de que são executadas reuniões para a discussão sobre os dados (76,9%). Oficinas e cursos de capacitação, bem como grupos de estudos, foram indicados por cinco respondentes (38,5%), em ambos os casos, e seminários foram citados por um (7,7%). Outros apontamentos dos gestores foram a realização de:

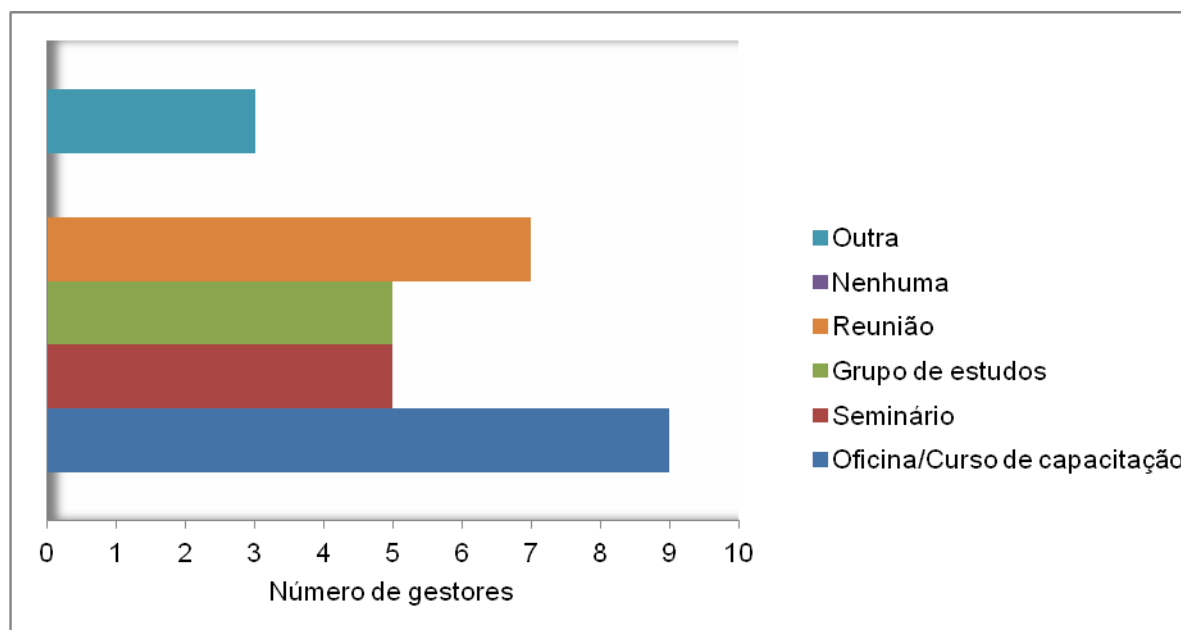
Videoconferência com os dirigentes regionais. [...] A Secretaria desenvolveu um projeto [...] que tinha como objetivo disseminar a cultura de avaliação nas escolas, com a proposta de tornar públicos os dados, dialogar com a comunidade sobre eles e decidir sobre as ações necessárias. Todas as discussões consideravam o Ideb das escolas, a sua composição, a análise dos resultados da Prova Brasil e a elaboração de uma proposta de intervenção. (GESTOR 4).

Encontros com as Coordenadorias Regionais. (GESTOR 5).

[...] estudos na SED entre os gestores e técnicos focados nas leituras dos resultados. Entendo que a melhor alternativa é fazer com que os técnicos sejam multiplicadores nas formações e nas unidades escolares. (GESTOR 7).

Monitoramento. (GESTOR 10).

Gráfico 14: Estratégias Usadas pelas Secretarias para Promover a Apropriação e a Utilização dos Resultados da Prova Brasil por Professores e Demais Profissionais



Fonte: Elaboração própria, com base nas respostas aos questionários.

Os comentários dos gestores inspiram a possibilidade de que o *kit* de divulgação seja acompanhado de um plano que oriente e incentive a promoção de momentos próprios em cada unidade educacional para “tornar públicos os dados, dialogar com a comunidade sobre eles e decidir sobre as ações necessárias” (GESTOR 4). Essas atividades, além de um trabalho mais efetivo com os resultados das escolas, podem auxiliar na promoção de uma cultura avaliativa mais consciente, já que em algumas ocasiões os gestores mencionaram a falta de conhecimento de aspectos relacionados a esse tema por parte dos professores.

Pensando em buscar alternativas de melhoria no processo, a pesquisa abriu espaço para que os gestores pudessem expressar os fatores que cada um considera facilitadores ou dificultadores da apropriação e da utilização dos resultados da Prova Brasil. A questão era aberta e cada respondente poderia citar tantos fatores quantos julgasse necessários.

As respostas foram bem distintas, englobando desde fatores relacionados à logística e a recursos disponíveis nas escolas até a questão da cultura avaliativa de cada estado. Tentou-se agrupar os comentários por assunto abordado para facilitar a análise das respostas.

Como facilitadores, encontram-se os elementos relacionados ao material de divulgação disponibilizado pelo Inep, como se percebe nos comentários:

Disponibilidade dos resultados no *site* e material de divulgação dos resultados. (GESTOR 2).

O bom material de divulgação e a formação nas Secretarias das equipes de avaliação. (GESTOR 7).

Todas as pesquisas existentes e a divulgação delas. Também o material elaborado pelo Inep. (GESTOR 8).

Os mecanismos de divulgação dos resultados já existentes. (GESTOR 12)

Os Cartazes. A divulgação no *site* do Inep, com acesso para todas as escolas. (GESTOR 13).

Outros depoimentos são permeados pela questão da compreensão adequada do próprio propósito da avaliação, dos resultados e dos fatores relacionados pelos profissionais:

Compreensão do contexto para repassar para os alunos. (GESTOR 3).

Em termos do meu Estado, o desenvolvimento da cultura de avaliação, em que gestores e professores vêm refletindo bastante sobre os resultados da avaliação e utilizando-os para lançar luzes sobre o planejamento escolar e sobre o fazer pedagógico do professor, é um componente facilitador. Isso minimiza resquícios de resistências por parte de escolas e de professores no que diz respeito à reflexão, apropriação e utilização dos resultados da Prova Brasil. (GESTOR 5).

Dois gestores trazem o argumento do apoio das Secretarias Estaduais e da promoção de atividades de apropriação dos resultados:

Reuniões realizadas pela Secretaria envolvendo as unidades escolares, com foco na divulgação e apropriação dos resultados. (GESTOR 4).

Apoio técnico permanente à escola, na leitura e interpretação dos resultados. (GESTOR 6).

Disseminação dos resultados a partir de Oficinas Pedagógicas. (GESTOR 10).

Mais dois gestores expõem a vinculação de projetos aos resultados observados nas unidades educacionais como fator facilitador:

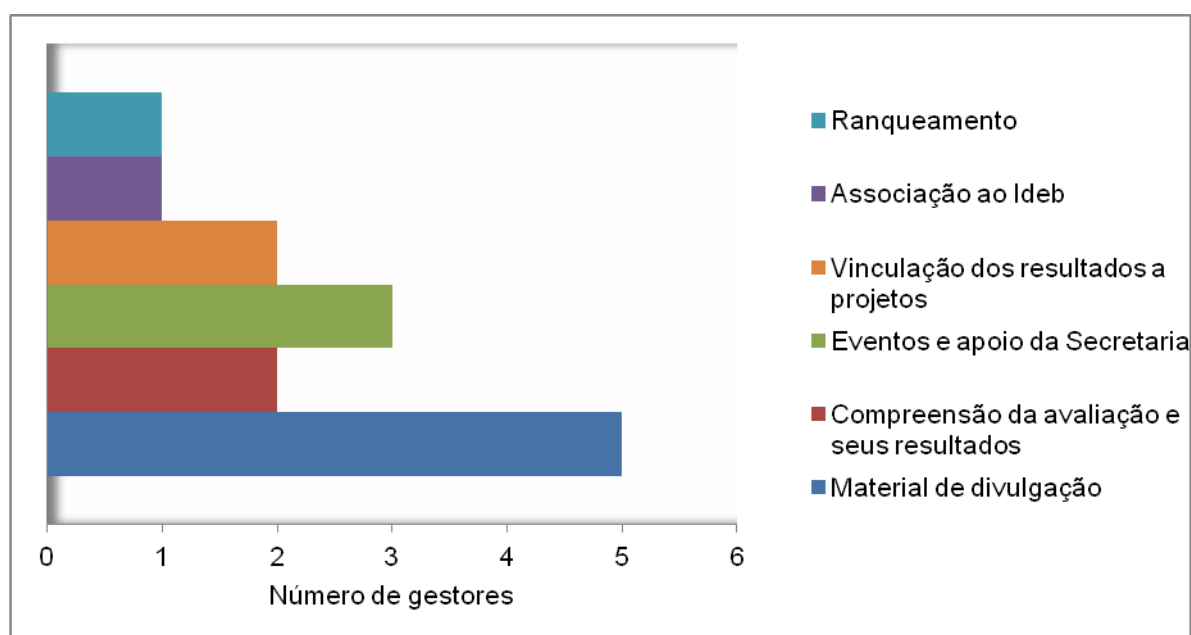
Financiamento de projetos do FNDE atrelados ao indicador, fazendo com que a comunidade educacional tenha o mínimo de leitura sobre o assunto. Reconhecimento através de premiações às unidades que obtiveram crescimento nos indicadores. (GESTOR 9).

A vinculação das políticas federais aos resultados. (GESTOR 12).

Outros gestores mencionam argumentos curiosos em seus depoimentos. Um expõe que “o que facilita a apropriação é o atrelamento dos resultados da Prova Brasil ao Ideb” (GESTOR 1); entretanto, diz que sua opinião parece paradoxal, pois este também se constitui um dificultador da apropriação, na medida em que se sobressai ao resultado da Prova.

Já o Gestor 11 remete a outro fator: “A divulgação na mídia das escolas com melhor desempenho e também pela Seduc dos resultados, incentivando as escolas a fazer uso destes para a reflexão sobre sua atuação”. O Gráfico 15 elenca os facilitadores mais expressivos no processo de apoderamento e uso dos dados da Prova Brasil.

Gráfico 15: Fatores que Facilitam a Apropriação e o Uso dos Resultados da Prova Brasil pelos Profissionais da Educação



Fonte: Elaboração própria, com base nas respostas aos questionários.

Quanto aos elementos que trazem dificuldades à apropriação e utilização dos resultados, a dinâmica foi a mesma: os gestores puderam expressar livremente suas opiniões, as quais são apresentadas a seguir, na forma de blocos que tentam agrupá-las de acordo com a questão levantada. Vale ressaltar que também nesse quesito os comentários foram bem variados, mas com alguns pontos comuns.

Alguns gestores apontaram fatores relacionados à falta de conhecimentos sobre a avaliação e seus aspectos correlatos, como as matrizes de referência e as escalas de proficiência, e dificuldades na leitura e no entendimento dos resultados. Nesse bloco, os principais dificultadores apresentados foram:

Apropriar-se de conhecimentos sobre esta avaliação. (GESTOR 3).

Desconhecimento sobre os objetivos da avaliação, sobre o que é avaliado, sobre como se constrói um item e o que ele avalia. (GESTOR 4).

Baixa capacidade dos professores em associar as habilidades a serem desenvolvidas com os conteúdos a serem trabalhados. (GESTOR 6).

Entendimento das matrizes de referência da Prova Brasil [e da] relação entre os níveis de desempenho dos estudantes e a escala de proficiência. (GESTOR 10).

Outro elemento que dificulta a apropriação e uso dos resultados, na opinião dos gestores, é a divulgação simultânea do Ideb e da Prova Brasil, em que um indicador acaba se sobrepondo ao outro, conforme já tratado anteriormente. Seguem os comentários dos gestores acerca da concomitância da divulgação como um problema:

A divulgação massiva do Ideb. O problema é que este se sobressai na divulgação nos meios de comunicação de massa. (GESTOR 1).

A divulgação do Ideb quase que paralela à divulgação da Prova Brasil ofusca consideravelmente a visibilidade que merecia ser dada aos resultados da Prova Brasil. As evidências mostram que, quando sai o resultado do Ideb, todos os holofotes voltam-se somente para esse resultado. As escolas e os professores, indiscutivelmente, passam a dar atenção maior também ao Ideb. (GESTOR 5).

Com a divulgação do Ideb simultaneamente ao da Prova Brasil e o *ranking* feito pela mídia, a comunidade escolar foca apenas no resultado do Ideb. (GESTOR 13).

Carências no material de divulgação e até mesmo o processo logístico de entrega deste às escolas, bem como falta de recursos das instituições são mencionados por alguns respondentes:

A logística de entrega do *kit* e cartazes e o acesso à internet nos municípios. (GESTOR 2).

Ausência de relatórios pedagógicos por parte do Inep, quantidade de materiais distribuídos nas escolas, ausência dos resultados dos fatores associados. (GESTOR 9).

Falta de divulgação dos resultados dos questionários socioeconômicos [e de] orientações pedagógicas para interpretação dos resultados. (GESTOR 13)

Alguns apontamentos referem-se, ainda, a ausência não só de políticas, recursos e setores específicos para tratar a avaliação nas Secretarias, mas também de profissionais com capacitação no assunto:

A ausência de setor de avaliação em todas as Secretarias Estaduais, bem como uma política pública voltada à análise dos resultados, com capacitação para as equipes das Secretarias e para as escolas. Os resultados não podem ser ignorados. Para se fazer a ponte entre avaliação e ação, as Secretarias precisam de equipes capacitadas e com dotação orçamentária para trabalhar os resultados. (GESTOR 8).

Oferta mínima de cursos que trabalhem o tema. (GESTOR 9).

O fato da SED não ter uma política de apropriação ou de divulgação junto aos professores da rede e a rotatividade de profissionais que nem sempre se vinculam com a escola. (GESTOR 12).

Merece atenção a quantidade de depoimentos que expõem como um dos maiores problemas da apropriação e do uso dos resultados a falta de envolvimento e conscientização dos profissionais para o trabalho com a avaliação e seus dados:

Ausência de envolvimento com a avaliação externa por parte dos professores, descompromisso com os resultados das avaliações externas. (GESTOR 4).

Faltam cultura, envolvimento e entendimento na prática. As pessoas ainda não veem nestes indicadores os resultados de seus trabalhos. Em educação, falar em metas, indicadores, reforça competitividade e muitos educadores acham que isso não condiz com educação. (GESTOR 7).

Relutância das instituições formadoras em adequar seus planos de formação com tópicos sobre o assunto. (GESTOR 9).

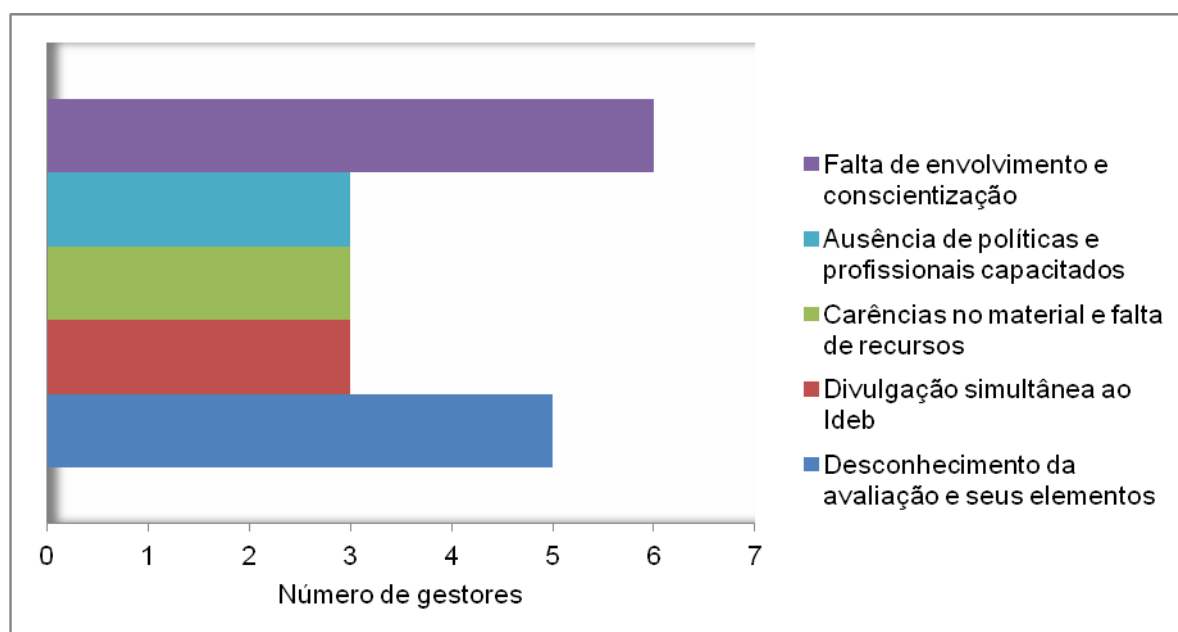
Ainda falta conscientização por parte de muitos professores da importância de analisar os resultados para se adotarem estratégias de intervenção para as prováveis correções. (GESTOR 11).

Aceitação da avaliação em larga escala pelos profissionais da educação em nosso Estado, inclusive da universidade. (GESTOR 13).

Indo ao encontro desses depoimentos, está o comentário do Gestor 13, o qual aponta que sendo “apenas duas disciplinas avaliadas, os demais professores não compreendem como uma avaliação da escola como um todo”, reforçando a necessidade de se promover uma maior conscientização e se buscar um maior entendimento junto aos professores dos propósitos e sentidos da Prova Brasil.

Reunindo as opiniões por tema abordado, as maiores dificuldades para o apoderamento e utilização dos dados da Prova Brasil estão expressas no Gráfico 16.

Gráfico 16: Fatores que Dificultam a Apropriação e o Uso dos Resultados da Prova Brasil pelos Profissionais da Educação



Fonte: Elaboração própria, com base nas respostas aos questionários.

Com relação aos aspectos que facilitam e aos que dificultam o apoderamento e o uso dos resultados da Prova Brasil, pode-se destacar alguns elementos. O primeiro diz respeito a divulgação simultânea da Prova Brasil e do Ideb, que deve

ser reorganizada a fim de que cada indicador tenha o seu momento específico. O segundo passa por alguns ajustes no material de divulgação, tentando a incorporação de mecanismos que facilitem a leitura e a compreensão dos dados por parte dos profissionais, mesmo sendo este apontado por alguns gestores como elemento facilitador.

O terceiro consiste em se incentivar as Secretarias a promoverem mecanismos próprios de disseminação, com eventos para a discussão e o estudo do tema e dos resultados. Por último, e como estratégia de grande importância, mas também dificuldade, deve-se motivar profissionais para que estes se conscientizem e se envolvam com o resultado da avaliação, de maneira coordenada, mediante a implementação, por exemplo, de datas específicas para a análise dos dados da avaliação e do próprio sistema avaliativo, se for o caso.

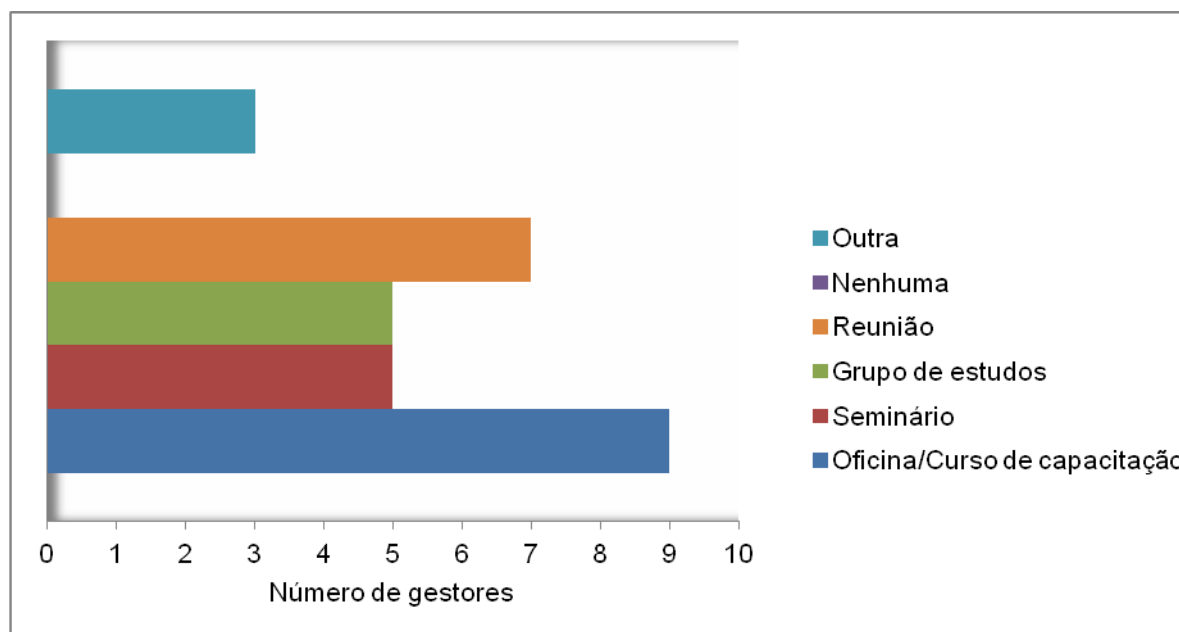
2.7. As lições dos sistemas estaduais de divulgação e as sugestões dos gestores

Como já mencionado, dos treze estados que participaram desta pesquisa, nove possuem sistema estadual próprio de avaliação e quatro não possuem. Desses quatro, um estado já iniciou as ações no sentido da implementação de seu sistema. Como a maioria dos estados já tem um sistema consolidado, um bloco do questionário foi dedicado a conhecer as estratégias e o material usado na disseminação dos resultados, a fim de que a experiência desses estados possa trazer contribuições ao modelo de divulgação da Prova Brasil.

Nesse sentido, perguntou-se aos gestores que estratégias são adotadas para disseminar os resultados do sistema de avaliação do respectivo estado. A maioria dos gestores de estados com sistema próprio de avaliação apontaram três estratégias diferentes de disseminação, tendo os nove (100%) relatado a promoção de oficinas ou cursos de capacitação para a divulgação dos resultados. Reuniões também são estratégias frequentes, apontadas por sete pesquisados (77,8%). Seminários e grupos de estudos foram ações de disseminação citadas por cinco gestores (55,6%), em ambos os casos. Outras estratégias apontadas consistem na

realização de “videoconferência” (GESTOR 4) e na “divulgação em encontros regionais [e] em encontros de formação com os professores” (GESTOR 5).

Gráfico 17: Estratégias Adotadas para Disseminar os Resultados do Sistema de Avaliação Próprio dos Estados



Fonte: Elaboração própria, com base nas respostas aos questionários.

Das estratégias apontadas, pode-se concluir que são necessários eventos para que os profissionais se apoderarem dos resultados das avaliações. Infere-se que a produção e a entrega de material de divulgação em escolas e Secretarias não seja o suficiente para garantir o sucesso do processo de disseminação. É necessário que os instrumentos elaborados para disseminar os dados estejam acompanhados de sugestões de eventos a serem realizados pelas unidades para análise e busca de alternativas de uso das informações.

Muitas vezes, no dia a dia corrido das escolas, professores e equipes pedagógicas não têm tempo nem condições de pararem para estudar os resultados e os aspectos afetos à Prova Brasil, mesmo tendo à disposição um material que traga esses dados. A destinação de momentos específicos para esse fim pode facilitar expressivamente o processo e esta pode ser uma recomendação presente nos instrumentos de disseminação dos resultados da Prova Brasil. Oficinas, reuniões e seminários atendem a essa finalidade e, como se pode observar nas respostas dos gestores, já são atividades presentes na Secretaria para disseminar os dados de

seus sistemas, podendo ser organizadas, também, para divulgar os dados da Prova Brasil.

Quando a questão trata do material de divulgação que é produzido para disseminar os resultados do sistema estadual de avaliação, todos os gestores relataram a elaboração de uma revista ou um boletim. Dos outros materiais produzidos, cartazes foram indicados por cinco (55,6%), vídeos por quatro (44,4%) e manuais por dois (22,2%). Outros instrumentos apontados constituem:

Folders, CD com resultados por escola, por turma e aluno, painel da escola. (GESTOR 2).

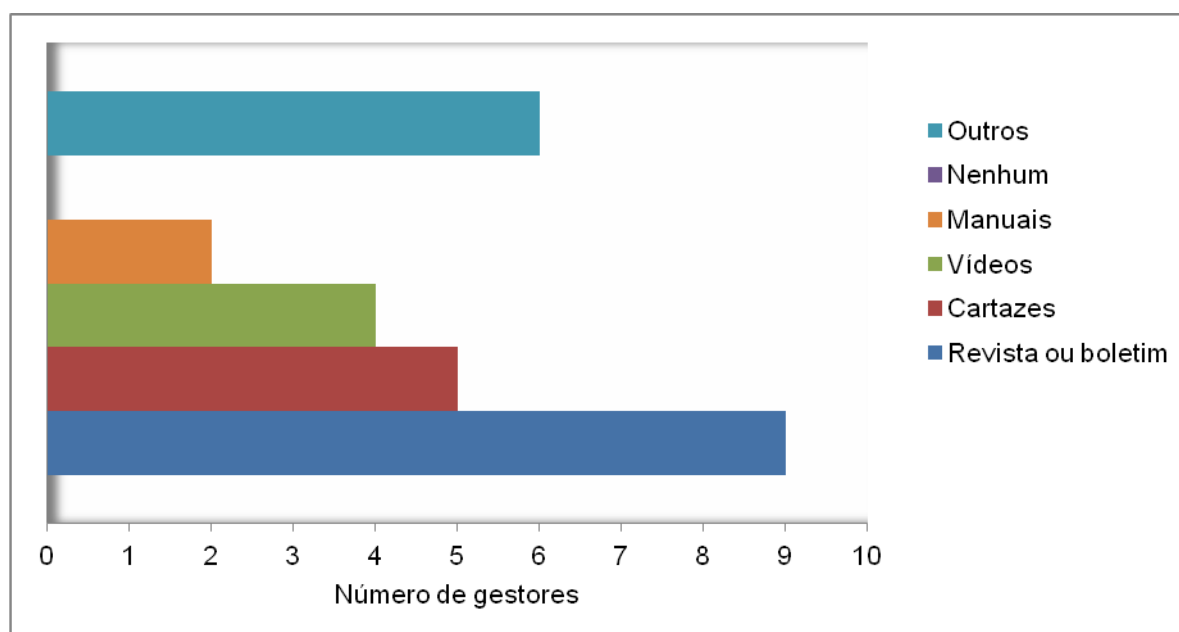
Portal eletrônico da avaliação. (GESTOR 4).

Planilhas para as Superintendências Regionais. (GESTOR 6).

Site. (GESTOR 7).

Portal *on-line*. (Gestor 10).

Gráfico 18: Materiais de Divulgação Produzidos para Disseminar os Resultados dos Sistemas Estaduais de Avaliação



Fonte: Elaboração própria, com base nas respostas aos questionários.

Entre os materiais elaborados, merece destaque a produção de uma revista, a qual pode trazer artigos esclarecedores sobre os temas e as áreas avaliadas. Outro instrumento de relevo é o vídeo, que com o poder da comunicação audiovisual pode

contribuir sobremaneira, principalmente para a interpretação dos resultados. Dos demais materiais citados pelos gestores, quase todos já fazem parte do processo de disseminação da Prova Brasil.

Os gestores foram solicitados também a comentar as contribuições que o modelo e o material adotados por suas Secretarias para a divulgação dos resultados do sistema estadual de avaliação poderiam trazer ao processo de disseminação de resultados da Prova Brasil. Nessa questão, aberta, os gestores puderam fazer livremente seus relatos, entre os quais os mais significativos são apresentados a seguir, agrupados segundo a referência feita na sugestão.

Este primeiro bloco de relatos diz respeito a inclusões no material de divulgação. Os gestores acreditam que revistas como as que são produzidas em seus estados e a incorporação de análises mais pedagógicas possam facilitar o processo:

A elaboração dos Cadernos Pedagógicos, que trazem uma análise quantitativa e qualitativa dos resultados, fazendo referências bibliográficas e apontando diretrizes pedagógicas para superar as dificuldades apresentadas. (GESTOR 1).

As revistas pedagógicas, organizadas por área de conhecimento e por segmento avaliado. (GESTOR 4).

Incorporação de exemplos de itens e análise pedagógica mais profunda dos resultados. (GESTOR 6).

O material impresso com uma apresentação mais detalhada dos resultados. (GESTOR 11).

Outro apontamento está relacionado a uma maior ênfase na disseminação dos resultados, fator que poderia motivar a comunidade escolar para o estudo e o uso desses. Segundo os dirigentes, é uma excelente ideia o empreendimento de esforços mais significativos na divulgação dos resultados, com maior destaque para essa etapa do processo de avaliação, o que, no entanto, por si só não garante que os profissionais se sintam mais estimulados a participar. Essa vertente passa, também, pela atuação direta das Secretarias Estaduais.

O nosso movimento de disseminação dos resultados [do sistema estadual] é bem intenso. [...] A ênfase dada à divulgação pela instituição responsável, a energia empreendida no processo, é percebida por todos. Isso contagia as escolas e os professores. Se a

divulgação é tímida e sem grande expressividade, a escola pode captar uma mensagem diferente da que se gostaria que ela captasse. (GESTOR 5).

No depoimento do Gestor 7, é posta uma questão que tangencia a anterior, qual seja o envolvimento dos profissionais com o processo de divulgação:

Adota-se a mesma metodologia [da Prova Brasil] para facilitar a comparação entre os desempenhos. A diferença é que na divulgação dos resultados das avaliações da SED há maior envolvimento dos técnicos, pois cabe a eles coordenar as oficinas de divulgação junto às escolas. (GESTOR 7).

O Gestor 10 cita que “o Portal *on-line* da avaliação estadual, com senhas de acesso individual para cada escola, dinamiza e torna as informações mais transparentes”. Ressalte-se que a divulgação da Prova Brasil já conta com um portal de divulgação alojado no *site* do Inep, o qual traz os resultados por redes, categorias administrativas, localização e unidades de ensino. Já o Gestor 11 destaca a promoção de “oficinas de apropriação de resultados”.

Aparece mais uma vez nos relatos o tema da divulgação individualizada dos resultados, que foge ao objetivo da Prova Brasil. O Gestor 2 expõe como contribuição do seu sistema o fato de ele “informar os resultados não somente por UF e escola, mais também por turma e alunos” e trazer a “análise dos descritores, relatórios pedagógicos, níveis de padrão de desempenho”.

Em outro estado, o gestor considera que o sistema ainda está num estágio insipiente, de modo que ele não se sente em “condições de informar quais estratégias apresentaram melhores resultados” (GESTOR 13).

Para se encerrar a análise das contribuições que os sistemas e a experiência dos gestores estaduais de avaliação podem trazer à divulgação dos resultados da Prova Brasil, os respondentes tiveram a oportunidade de expressar sugestões e comentários gerais sobre o modelo e o material de disseminação desse sistema; entretanto nem todos quiseram se manifestar: quatro não deixaram sugestões, enquanto nove se expressaram sobre o assunto.

O Gestor 5 fez uma consideração que vem ao encontro do objetivo principal deste estudo: “o maior ponto de vulnerabilidade da Prova Brasil, em minha opinião, é a disseminação dos resultados”. É justamente a proposição de alternativas de refinamento desse processo que se persegue com a realização desta pesquisa,

pois, como já observado por alguns autores citados neste trabalho, a etapa de disseminação dos resultados consiste em uma das mais importantes de todo o processo.

Alguns comentários enfatizam a importância não só de se contar com materiais adequados, mas também de que estes se façam acompanhar por ações que propiciem sua análise e apropriação. Nesse sentido, sugerem a promoção de atividades voltadas ao estudo e à busca de estratégias de uso dos resultados:

Os materiais por si só não garantem a apropriação dos resultados pelos profissionais da educação; é preciso ação constante, contínua, nas unidades escolares, reuniões periódicas, acompanhamento e realização de oficinas. (GESTOR 4).

A apropriação dos resultados pela escola só é possível se houver apoio constante das unidades centrais e regionais de educação para que as escolas sejam capazes de ler, interpretar e utilizar os resultados das avaliações de sistema no dia a dia. Esse apoio se dá por meio de formação dos profissionais e assessorias diretas às escolas. (GESTOR 6).

O material é vasto e rico, porém há que se realizar mais formação continuada com os professores e envolver maior número de pessoas na divulgação. Há que se pensar em oficinas [...]. Entendo que o foco deve ser o professor. (GESTOR 7).

Paralelo ao material de divulgação, investir em videoconferência, *links* de divulgação em tablets para professores, uso das mídias digitais. (GESTOR 10).

O comentário do Gestor 13 remonta à questão da interpretação dos resultados pelos profissionais, sugerindo que o material traga um detalhamento maior de como entender os resultados e proposta de ações para superação dos problemas detectados.

É necessário trabalhar com exemplos para interpretação dos resultados e também apresentar propostas metodológicas para superação das dificuldades apresentadas, pois nem todos os estados têm profissionais suficientes para desenvolver este trabalho nas Secretarias Estaduais e Municipais. A falta de compreensão dos resultados da Prova Brasil impede o trabalho pedagógico nas escolas, que acabam fazendo apenas a leitura sem análise dos resultados que permitam a revisão no PPP e elaboração de propostas para revisão do Plano de Trabalho Docente. (GESTOR 13).

Já o Gestor 11 sugere que “o Inep poderia fazer a divulgação dos resultados da Prova Brasil utilizando material impresso e promover eventos que orientassem os gestores e professores na apropriação dos resultados”.

Esses dois últimos apontamentos, dos Gestores 13 e 11, apesar de serem significativos, trazem propostas difíceis de concretizar, levando-se em consideração o número de escolas e participantes envolvidos no exame. É possível se pensar, por exemplo, na incorporação de elementos que auxiliem a leitura e a interpretação dos resultados, entretanto fica muito difícil propor soluções para os problemas de cada escola ou rede de ensino individualmente. Do mesmo modo, é exequível a promoção por parte do órgão responsável de eventos com representantes das Secretarias Estaduais, ação que já é executada, para que estes atuem como multiplicadores, pois é árdua a tarefa de atender uma parcela maior de profissionais nessas ocasiões.

As análises e os comentários dos gestores elencados ao longo deste capítulo inspiram a proposição de alternativas para o refinamento do processo e do material de divulgação dos resultados da Prova Brasil. Apesar de a avaliação tanto do livreto quanto dos cartazes ter sido positiva na maioria dos aspectos, há sugestões de modificações, como introdução de um glossário no livreto, tratamento com as cores e ilustrações e destaque maior a informações sobre como ler e analisar os resultados. Aparecem, também, apontamentos relacionados ao acréscimo de novos instrumentos para divulgação aos já existentes – notadamente vídeo e revista –, bem como ao incentivo ao uso desses instrumentos por parte dos profissionais.

Além disso, observou-se pela opinião dos respondentes que a separação dos momentos de divulgação da Prova Brasil e do Ideb, de modo que o tratamento de um indicador não interfira no do outro, e uma maior ênfase no processo de disseminação dos resultados, com uma data específica para estudo e assimilação dos dados, podem contribuir para a melhoria do processo.

Diante do exposto, o Capítulo III deste estudo se dedicará a propor um plano de ações que contemple o refinamento do material e da política de disseminação dos resultados da Prova Brasil, com base no que foi apontado pelos gestores estaduais de avaliação e nos anseios dos estudiosos da área.

3. PROPOSIÇÕES PARA A POLÍTICA DE DISSEMINAÇÃO DOS RESULTADOS DA PROVA BRASIL

A análise do caso apresentado neste trabalho mostrou que a divulgação dos resultados constitui o ápice de um sistema de avaliação externa, etapa em que se materializa o objetivo da avaliação, na qual as estratégias de execução podem facilitar ou comprometer o processo. Ao mesmo tempo, corroborou a necessidade de se promover um refinamento na política de disseminação adotada para a Prova Brasil, especialmente, mediante a opinião de gestores estaduais da área de avaliação em larga escala evidenciada nos questionários aplicados.

A expectativa que foi gerada em torno da criação da Prova Brasil devia-se, em parte, a possibilidade de

que a divulgação de resultados de uma avaliação em larga escala por unidade escolar, pela primeira vez no País, gerasse um maior envolvimento dos gestores públicos, da comunidade escolar, dos pesquisadores e demais atores sociais com as questões atinentes à avaliação. (OLIVEIRA, 2011, p. 172).

As proposições de mudança intencionam ir ao encontro dessa expectativa e se baseiam nos apontamentos dos gestores consultados, citados no Capítulo 2, os quais dimensionaram para aspectos como a simultaneidade de divulgação do Ideb e da Prova Brasil, o acréscimo ou a alteração de informações textuais e de apresentação gráfica no livreto e nos cartazes e a inclusão de novos instrumentos ao *kit* de divulgação, como um vídeo explicativo e uma revista.

Este capítulo apresenta, então, uma proposta de intervenção na política de divulgação dos resultados da Prova Brasil, buscando um refinamento tanto na estratégia quanto no material elaborado para a disseminação dos dados, a partir de aspectos identificados nos estudos e nas opiniões dos gestores como passíveis de melhorias.

Para isso, propõem-se, inicialmente, a separação dos momentos de divulgação dos resultados do Ideb e da Prova Brasil, atualmente disseminados concomitantemente, fato apontado por alguns autores e gestores como prejudicial ao processo, bem como a criação de um dia específico para o recebimento e o estudo dos dados nas escolas: o “Dia D”.

Em seguida, sugerem-se reformulações no material de divulgação já existente, com menção a algumas adequações a serem efetuadas, bem como inclusão de novos instrumentos ao *kit* de divulgação, recomendados como necessários e importantes para melhor utilização e compreensão dos resultados.

São apresentados, também, um plano de atividades a serem desenvolvidas para a execução da proposta e uma conclusão de todo o trabalho que foi feito ao longo da construção deste Plano de Ação Educacional.

3.1. Amparo legal para a proposição do plano

Esta proposta situa-se no âmbito de atuação do Inep, autarquia responsável, conforme o Decreto nº 6.337/2007, artigo 1º, pelo planejamento e execução das ações voltadas à avaliação da educação básica, bem como pela promoção da disseminação dos resultados das avaliações (BRASIL, 2007). Mais especificamente, a portaria que instituiu a Prova Brasil estabeleceu como competência do Inep “definir as estratégias para disseminação dos resultados” (BRASIL. MEC, 2005).

Portanto, o nível estatal em que se dará a intervenção será o federal, pois as ações partirão de uma instituição federal de educação – o Inep. Destaque-se que, embora parta de um único órgão educacional, a intervenção terá uma abrangência significativa, pois são milhares de escolas que se submetem ao exame e, conseqüentemente, recebem o material de divulgação.

As ações sugeridas serão executadas ou coordenadas por setores do Inep e, a princípio, estima-se que haverá necessidade de aumentar a coordenação responsável pela disseminação dos resultados (neste trabalho denominada Coordenação 3) em dois servidores, a fim de que os que já atuam nela não sejam sobrecarregados. Esse acréscimo de novos profissionais não deve encontrar grandes obstáculos, visto que no final de 2012 a autarquia realizou concurso público para provimento de 140 cargos e os aprovados começaram a ser nomeados em março de 2013.¹¹ Além disso, será necessária, também, a contratação de uma empresa que preste serviço de filmagem e edição de vídeos.

¹¹ As informações estão disponíveis em: <<http://portal.inep.gov.br/concurso-2012>>. Acesso em: 25 maio 2013.

Algumas ações não implicarão novas despesas, pois serão executadas por servidores que já trabalham no órgão e inseridas no material já existente. Aquelas que ensejarem novos gastos, como a contratação de empresa de edição de vídeo e a impressão ou produção de novos instrumentos para o *kit*, serão pagas com recursos federais previstos no Orçamento Geral da União, no Programa Temático Educação Básica (Programa 2030).¹²

De acordo com a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) 2013, Anexo II, Inciso XIV, os recursos destinados à produção e disseminação de dados das avaliações da educação básica estão alocados na ação “20RM”, sob o título “Exames e Avaliações da Educação Básica”, unidade orçamentária “26290” – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (BRASIL, 2013).

Essa ação está inserida no objetivo 0599 do Programa 2030:

Fortalecer a gestão e o controle social, a cooperação federativa e intersetorial e as formas de colaboração entre os sistemas de ensino e produzir informações estatísticas, indicadores, estudos, diagnósticos, pesquisas, exames, provas e avaliações. (BRASIL, 2013, Anexo II, Inciso XIV).

A iniciativa que comporta a ação é a 02C6, a qual prevê:

Realização de provas, exames, avaliações nacionais e internacionais, bem como produção de estatísticas, informações, indicadores, estudos e pesquisas que gerem subsídios para a elaboração e a implementação da política pública educacional. (BRASIL, 2013, Anexo II, Inciso XIV).

O Edital de contratação de serviços de impressão de material gráfico referente ao “*Kit Prova Brasil 2011*”, por exemplo, cita que os recursos para custear as despesas de prestação de serviços de impressão de material gráfico do *kit* da Prova Brasil estão previstos e correrão à conta de orçamento do Inep no exercício de 2013 (BRASIL. INEP, 2013).

¹² Ressalte-se que o orçamento é anual e os valores destinados aos programas sofrem alterações. Contudo, todos os anos, os programas, as ações e as iniciativas aqui descritas estão contemplados no orçamento. Obviamente, a execução da proposta depende de disponibilidade orçamentária no ano da implementação.

3.2. A criação de um dia específico para o estudo dos resultados da Prova Brasil: o “Dia D”

A divulgação da Prova Brasil acontece primeiramente via internet, é noticiada pela imprensa e apenas depois é que chegam os *kits* de disseminação nas escolas. Em todos esses momentos, os resultados da Prova Brasil se fazem acompanhar pelos do Ideb, ocasionando que este último, por ser um indicador de grande destaque no meio educacional, acabe por se sobrepor à Prova Brasil, questão abordada por Vieira (2011), que trata essa concomitância como uma desvantagem do Ideb.

A opinião dos gestores educacionais dos estados alinha-se a essa posição de Vieira. Na divulgação simultânea dos dois indicadores, a maioria acredita que o resultado de um se sobrepõe ao outro; que os dados dos dois têm tratamento diferenciado nas Secretarias Estaduais de Educação; que essa coincidência interfere na apropriação dos resultados; e que essa situação provoca prejuízo maior à Prova Brasil.

Tendo em vista essas evidências, os momentos de divulgação, de acordo com este plano de intervenção, serão separados na disseminação via internet e imprensa, acontecendo primeiro a disseminação dos dados de um indicador e depois do outro, a fim de que o impacto do Ideb não relegue a segundo plano o resultado da Prova Brasil. É conveniente que a Prova Brasil seja divulgada primeiro, pois as redes e as escolas precisam voltar seus olhares com mais afinco para as informações referentes ao desempenho de seus alunos. Além disso, fazendo uma análise dessas informações juntamente com as que foram disponibilizadas pelas instituições no preenchimento do Censo Escolar, já se tem uma noção de qual será o resultado do Ideb.

Nesse sentido, propõe-se ainda, em articulação com as Secretarias Estaduais e Municipais de Educação, a criação de um dia específico para o estudo dos dados da Prova Brasil, um dia em que todas as escolas do País dediquem seu trabalho à análise dos desempenhos de seus alunos, dos aspectos estruturantes do exame e dos próprios objetivos da avaliação, bem como à busca por estratégias que lhes permitam maior compreensão e uso dos resultados. O próprio livreto da Prova Brasil traz uma recomendação a esse respeito:

É fundamental que toda a equipe escolar se reúna para discutir e analisar o desempenho da escola, refletindo sobre: o que é preciso fazer para os alunos alcançarem níveis mais elevados de desempenho? Que fatores externos e internos à escola prejudicam ou incrementam o aprendizado das crianças e jovens? (BRASIL. INEP, 2009a, p. 18-19).

Entre todos os gestores que participaram da pesquisa, a maior parte revelou que em suas Secretarias não há uma ocasião definida para o estudo dos resultados da Prova Brasil, tendo apenas um gestor citado um dia específico para este estudo. Tal fato demonstra que os dados são analisados de maneira discricionária pelas escolas, cada uma escolhendo a melhor oportunidade para fazer a leitura. A maioria relatou que são feitas reuniões para a discussão, entretanto não concentradas em dias determinados.

Os sistemas estaduais de avaliação, de acordo com os gestores, promovem diferentes eventos para a divulgação de seus resultados, como cursos, oficinas, grupos de estudos, etc., como forma de garantir a efetividade da apropriação de dados. Essa estratégia, de se realizar diversos eventos, pode ser adotada também para a Prova Brasil, partindo-se de um encontro inicial, uma ocasião de estudo compartilhada pelos profissionais das escolas.

Quando as avaliações da Prova Brasil são aplicadas, com um dia estabelecido para sua realização, nota-se uma grande mobilização de alunos, professores e gestores, fato que não se observa quando os resultados são divulgados, mesmo que este fosse o comportamento esperado, como corrobora Oliveira (2011, p. 172), ao citar que

o documento oficial creditava à Prova Brasil, o papel de promover uma ampla mobilização e conscientização sobre a necessidade de transformar a realidade diagnosticada, a partir de um amplo debate e análise dos resultados alcançados.

Ainda de acordo com a autora, “se todos os atores interessados na educação estivessem envolvidos na busca da qualidade existiria um maior controle social sobre os resultados produzidos” (Oliveira, 2011, p. 172).

A criação de um dia específico proporcionará que todas as instituições e profissionais se sintam no dever de fazer a análise dos dados, além do que oportunizará um tempo dedicado somente a essas atividades, necessário num contexto dinâmico como é o das escolas. Esse dia poderá contar como um dos

chamados “dias escolares” nos estados que os adotam em seu calendário, obrigatórios para o professor, mas que não contam necessariamente com a participação de alunos, ou ser contabilizado conforme a organização do calendário de cada estado.

O “Dia D” de análise das informações da Prova Brasil será previamente afixado pelo Inep e ocorrerá, obviamente, após a chegada dos *kits* de divulgação às escolas, de modo que este material sirva de subsídio ao estudo e às discussões. O Inep se encarregaria de sugerir um cronograma para as ações que serão empreendidas no “Dia D”, o qual pode se basear no quadro abaixo:

Quadro 2: Sugestão de Cronograma para a Organização do “Dia D” nas Escolas

Atividades	Tempo de Duração
Apresentação da finalidade do “Dia D” e da importância do estudo dos resultados da Prova Brasil	30 minutos
Projeção de partes do vídeo de divulgação	30 minutos
Debate de dúvidas e comentários sobre o vídeo	15 minutos
Apresentação e leitura de partes do livreto do <i>kit</i>	30 minutos
Debate de dúvidas e comentários sobre o livreto	15 minutos
Apresentação da revista do <i>kit</i> que ficará à disposição dos profissionais	15 minutos
Apresentação dos cartazes com os resultados da escola	15 minutos
Divisão dos profissionais em grupos e discussão dos resultados	01 hora
Sistematização das discussões e elaboração de um plano de ação para a escola	30 minutos
Socialização das discussões com todo o grupo da escola	30 minutos

Fonte: Elaboração própria.

3.3. Alterações no material de divulgação

O *kit* de divulgação é o instrumento responsável diretamente por levar às escolas as informações sobre seu desempenho. Considerando-se que nem todas as escolas são informatizadas e conectadas à internet, adquire maior relevância ainda, pois consegue chegar a todas as instituições participantes.

Com base nas respostas dos gestores aos questionários, observa-se que a avaliação geral do *kit* de divulgação é positiva. Em praticamente todos os quesitos analisados, um percentual superior a 50% dos respondentes atribuiu aos aspectos tanto do livreto quanto dos cartazes ou conceitos ótimo ou bom. Mesmo assim, alguns aspectos levantados merecem relevo e indicam modificações ou inserções que podem ser efetivadas.

As questões de maior destaque são a aplicabilidade do material tanto no cotidiano escolar quanto nos eventos das Secretarias e sua capacidade em favorecer o processo de apropriação dos resultados. Para a grande parte dos gestores, esse material não favorece inteiramente o entendimento e o emprego dos resultados, e seu uso acontece ainda de maneira parcial.

É preciso, então, um esforço no sentido de tornar mais conhecido e utilizado pelos profissionais da educação o *kit*. Para tanto, atrelado a uma divulgação mais ampla, articulada e envolvente, deve ser encaminhado às escolas juntamente com o *kit* um texto salientando a necessidade de que todos os professores tomem conhecimento do material e, na medida do possível, utilizem-no para conhecer os dados do desempenho dos estudantes e dirimir dúvidas, incentivando o uso por parte dos profissionais e promovendo uma espécie de propaganda do material de divulgação.

Desse modo, concomitantemente à realização do “Dia D”, o material de disseminação dos dados será reestruturado. As sugestões dos gestores de alterações ou acréscimo de elementos ao *kit* de divulgação estão contempladas nas proposições a seguir.

3.3.1. Modificações no livreto e nos cartazes

Na intenção de tornar mais efetivo e funcional o livreto do *kit* algumas modificações foram apontadas como necessárias, grande parte delas estando relacionadas à questão da compreensão e apropriação dos dados pelos profissionais.

A primeira modificação na cartilha consistirá na inserção de um glossário, estruturado para trazer o significado de termos ou expressões que possam ser desconhecidas ou pouco comuns, tais como descritores, proficiência, entre outros. Esse glossário minimizará dúvidas dos profissionais na leitura do material e auxiliará na compreensão das explicações contidas.

O item “Como entender os resultados?” deve ser revisto, pois entre os maiores apontamentos dos gestores está a dificuldade de entendimento e, conseqüentemente, apropriação dos resultados.

No final do livreto, serão acrescentados uma convocação para que as escolas organizem o dia de estudo dos dados apresentados pela instituição – o “Dia D” citado anteriormente – do qual deverá surgir a proposição de ações para a melhoria dos resultados, e o cronograma que norteará as atividades a serem desenvolvidas nesse dia.

Com relação à questão do leiaute da cartilha, como os gestores citaram especialmente as cores e as ilustrações, será criado um novo projeto gráfico para a publicação, fazendo-se um estudo sobre aquilo que seria mais adequado em relação à intencionalidade do material e ao público-alvo, tornando-o mais apropriado à finalidade que apresenta.

Esse projeto gráfico será baseado na ideia de que o público-alvo é formado por gestores, professores e demais profissionais, logo a publicação precisa ser apresentada trazendo elementos gráficos mais adequados ao público adulto. As ilustrações de crianças serão retiradas tanto da capa quanto do miolo do livreto. Na capa, deverão aparecer apenas o logotipo da Prova Brasil e o nome da publicação. No miolo, ficarão as informações textuais e as tabelas com os dados mais importantes. Além disso, pode-se pensar em manter um fundo branco, ao invés de azul, para facilitar a visualização.

Em se tratando dos cartazes, a principal observação dos gestores relacionou-se ao excesso de informações. Na opinião deles, isso atrapalha até mesmo a apresentação visual, embora esta tenha sido considerada satisfatória pelos gestores. Como se trata de um cartaz, a comunicação precisa ser mais imediata com o leitor e o grande número de dados pode dificultar a visualização.

Sendo assim, deve ser feita uma análise das informações que são mais relevantes para a escola no momento da divulgação da Prova Brasil, a fim de que os profissionais possam se fixar naquilo que realmente interessa e não se percam em

meio a tantos dados diferentes. As prioridades devem ser eleitas e pautarem a construção dos cartazes.

Como as informações textuais já constam no livreto, no cartaz 1 (Figura 4), permanecerão o título – Prova Brasil – e as tabelas, que terão maior espaço e, conseqüentemente, maior ênfase. Novamente, as ilustrações de crianças devem ser retiradas. O cartaz 2 (Figura 5) deverá trazer o título – Ideb – e as tabelas que, antes colocadas dentro de ilustrações de quadros-negros, agora devem seguir a mesma estrutura que as do cartaz 1. O cartaz 3 (Figura 5) não precisa ser alterado, já que traz dados importantes sobre o desempenho da escola em si.

O projeto gráfico dos cartazes também será estudado e reelaborado, a fim de trazer para um primeiro plano as informações que forem consideradas cruciais. As cores podem trabalhar a favor dessa questão, sendo usadas para chamar atenção para os dados que se pretende destacar. Além disso, pode-se pensar em uma harmonia entre as cores dos cartazes, de modo que estas “conversem” entre si, e em uma padronização de tabelas para apresentação das informações. Na cartela de cores, devem predominar tons que caminham entre o verde, o amarelo e o branco, características da marca da Prova Brasil. Isso contribuirá para criar uma identidade visual mais específica da política.

Cumpra ressaltar que essas proposições serão executadas por equipes internas do Inep: a readequação ou o acréscimo textual e a seleção das informações que precisam ser priorizadas podem ser realizadas pela coordenação responsável pela disseminação dos dados e o estudo e elaboração de novo projeto gráfico para os dois elementos podem ser solicitados à área responsável pela produção editorial do instituto.

3.3.2. A inserção de novos instrumentos ao *kit* de divulgação

Embora o *kit* tenha sido avaliado positivamente pelos gestores, todos consideram como necessário o acréscimo de pelo menos mais um instrumento ao material de divulgação. Dentre os mais citados, estão um vídeo e uma revista, elementos que, na opinião dos gestores, contribuirão para a melhoria do processo de divulgação.

Considere-se o entendimento de Oliveira (2011, p. 179), ao argumentar que “os materiais são fontes de informações importantes, pois por meio deles os

professores podem conhecer os conteúdos que balizam a construção dos testes, além de terem acesso a exemplos de itens que são utilizados nos testes aplicados”.

Apesar disso, destaque-se que, mesmo com a incorporação de novos materiais e o acréscimo de informações aos já existentes, há que se buscar sempre o envolvimento de professores e equipes pedagógicas no tratamento das informações disponibilizadas.

3.3.2.1. A criação de uma revista

Em todos os estados participantes da pesquisa em que há sistema próprio de avaliação, os gestores mencionaram a produção de uma revista pedagógica para disseminar os resultados. Ao mesmo tempo, ficou evidenciado o desejo de vários gestores de contar com uma revista no *kit* de divulgação da Prova Brasil.

Uma questão que permeou grande parte dos comentários dos gestores foi a dificuldade de professores e demais profissionais em entenderem os dados produzidos pela avaliação e converterem-nos em mudança de atitude que venha a contribuir para que a prática docente se transforme em um ensino mais eficiente, o que ocasionará melhores resultados em edições futuras.

Nesse sentido, a proposta é que seja publicada, juntamente com o livreto e os cartazes, uma revista pedagógica que auxilie os professores em suas reflexões e discussões sobre como ler e entender os resultados e como usá-los de maneira satisfatória. Essa revista, que será bianual, contará com artigos de estudiosos e pesquisadores da área, trazendo reflexões e pesquisas acerca das áreas do conhecimento avaliadas e de práticas bem-sucedidas de emprego dos resultados.

Cumprе ressaltar que a “Prova Brasil em Revista”, nome sugerido para a publicação, não concorrerá com o livreto nem com ele se confundirá: enquanto este tem uma função eminentemente explicativa, aquela terá um cunho mais pedagógico e acadêmico, instigando o pensamento e o debate dos profissionais envolvidos com a avaliação.

A linha editorial será bem diversa e contará com artigos de diferentes autores, coletados por meio do processo de captação ou do de submissão espontânea. Se a opção for pela submissão espontânea, o processo acontecerá mediante edital de chamada pública aberto à participação de interessados que atendam a pré-requisitos determinados pela coordenação responsável pela disseminação dos

dados. Nesse caso, a equipe de disseminação, ou parte dela, ficará responsável por avaliar e selecionar os artigos, reunindo os mais adequados no número a ser publicado.

O processo editorial pode ser feito com a colaboração da equipe de editoração e publicações do Inep, a qual já é responsável por gerenciar a linha editorial do instituto e possui expertise nas atividades afetas à edição de publicações: revisão, normalização bibliográfica, diagramação e criação de arte. Ressalte-se que esse setor já atua na editoração de duas publicações na área educacional – a Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos¹³ e o Em Aberto¹⁴ –, e tem condições de subsidiar a coordenação de disseminação na tomada de decisões.

A “Prova Brasil em Revista” contará com uma apresentação, escrita por um profissional do Inep responsável diretamente pela avaliação, e três seções: uma com artigos sobre as áreas do conhecimento avaliadas, outra com práticas de sucesso do uso de resultados em prol de um ensino mais qualificado e a última com resenhas de trabalhos que estão sendo publicados na área. O projeto gráfico poderá seguir a mesma identidade visual definida para os cartazes e a cartilha, com predomínio das cores verde, amarela e branca e com o uso do logotipo da Prova Brasil na capa. Como também será direcionada aos profissionais, o miolo pode ser em preto e branco, sem ilustrações, a não ser as usadas pelos autores em seus textos.

Os custos ficarão concentrados na impressão e envio dos exemplares da revista às escolas. Como já informado anteriormente, no item 3.1., há dotação orçamentária específica para essas proposições.

3.3.2.2. A criação de um vídeo

A produção de um vídeo também foi indicada pela maioria dos gestores. É inegável que um material audiovisual poderá colaborar muito na disseminação dos resultados. Aliás, vídeos são comumente utilizados como estratégias de divulgação

¹³ A Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos é um periódico pluritemático, quadrimestral, criado em 1944. Publica artigos na área educacional que subsidiam novos estudos. Possui versões impressa e *on-line*. Para obter maiores informações e consultar os números da revista, acessar: <<http://www.publicacoes.inep.gov.br/resultados.asp?cat=5&subcat=1>>.

¹⁴ A revista Em Aberto é um periódico monotemático, de periodicidade irregular, que traz artigos resultantes de pesquisas e diferentes opiniões, servindo como subsídio principalmente a estudantes de graduação. Para obter maiores informações e consultar os números da revista, acessar: <<http://www.publicacoes.inep.gov.br/resultados.asp?cat=5&subcat=2>>.

de produtos e serviços. Além disso, muitos materiais didáticos produzidos atualmente contam com recursos de multimídia, caso do vídeo sugerido.

A proposta é a elaboração de um vídeo que traga informações importantes para os professores e explicações que contemplem desde a concepção da Prova Brasil, com as finalidades a que se destina, até a responsabilidade de toda a comunidade educacional para com a transformação de seus resultados em práticas eficientes nas instituições, pois “é preciso estimular e preparar as instituições escolares para a avaliação, de forma que compreendam o seu ‘para que’ e saibam ‘como’ utilizar os resultados produzidos no seu dia-a-dia pedagógico, atribuindo-lhe sentido” (NEVO, 1997 apud OLIVEIRA, 2011, p. 175).

Esse vídeo, com duração de aproximadamente 40 minutos, se configurará tanto como material quanto como estratégia de divulgação, e pode se converter, ainda que de forma insipiente, até mesmo em instrumento inicial de formação em serviço dos professores sobre o tema, contribuindo para diminuir a distância existente entre o órgão que produz a avaliação e as escolas que a ela se submetem.

O vídeo congrega várias possibilidades. Nesse caso, especificamente, deverá ser estruturado na forma de uma videoaula, com um ou mais profissionais trazendo as explicações mais relevantes e necessárias, juntamente com elementos interativos e recursos visuais.

A recomendação é que o vídeo seja produzido dividido em tópicos – com apresentação interativa, de modo que os profissionais localizem com facilidade aquilo que mais lhe interessa – com conteúdos nos quais os professores encontrem as maiores dificuldades de entendimento, como as matrizes de referência e as escalas de proficiência. Esses temas podem aparecer destacados na tela, enquanto o apresentador explana sobre como se faz a interpretação.

Outro ponto a ser abordado diz respeito à compreensão dos resultados, mencionando em linhas mais gerais como deve ser o entendimento. Complementarmente, tópicos do vídeo podem trazer intervalos das escalas de Língua Portuguesa e Matemática, expondo aos professores destas disciplinas como entender o desempenho de seus estudantes mediante os resultados observados.

A intenção é que o vídeo seja exibido no “Dia D” e fique à disposição para a consulta de profissionais sempre que for necessário. Este será um dos elementos que comporá o *kit* de divulgação, sendo enviado gravado em DVD juntamente com o

livreto, os cartazes e a revista e ficando acessível também na página da internet que trata da divulgação dos resultados.

A seleção dos conteúdos e a elaboração das explicações ficarão a cargo da coordenação de disseminação. Entretanto, conforme já descrito, será necessária a contratação de uma empresa prestadora de serviços para a produção do vídeo. Os gastos com essa contratação, bem como os relativos à aquisição e gravação dos DVDs, serão pagos com os recursos destinados a esse fim, previstos na ação 4022, da qual sairá, também, o provimento da publicação da revista, conforme mencionado no item anterior. A criação do leiaute da capa pode ser feita pela equipe de editoração do Inep, mantendo a mesma identidade visual da revista e dos demais elementos.

3.4. Plano e cronograma das atividades

Para direcionar a execução das intervenções sugeridas, o Quadro 3 apresenta um plano de atividades a serem desenvolvidas no âmbito do Inep relativas à (re)elaboração do material de divulgação da Prova Brasil e à implementação do “Dia D” em todos os estados brasileiros. As ações deverão ter início em 2013, objetivando sua conclusão até a divulgação dos resultados da edição do exame a ser realizada nesse mesmo ano, a qual ocorrerá, provavelmente, em meados de 2014.

Quadro 3: Atividades e Cronograma a Serem Propostos no Âmbito do Inep

Atividades sugeridas	Cronograma sugerido
Revisão do livreto do <i>kit</i> , com elaboração e incorporação de um glossário e de um cronograma com orientações para a organização do “Dia D” e inserção de maiores informações sobre como entender os resultados.	2º semestre de 2013
Definição das informações mais importantes a serem priorizadas nos cartazes.	2º semestre de 2013
Definição da linha editorial da “Prova Brasil em Revista” e início do planejamento do processo de captação/submissão dos artigos	2º semestre de 2013
Definição da forma e do conteúdo do vídeo explicativo	2º semestre de 2013
Captação/submissão, avaliação e seleção dos artigos para compor o número da revista	1º semestre de 2014
Editoração da revista	1º semestre de 2014
Contratação de empresa para a produção do vídeo	1º semestre de 2014
Produção do vídeo na empresa e reprodução	1º semestre de 2014
Preparação de texto relatando a importância do uso do <i>kit</i>	1º semestre de 2014
Estudo e reelaboração do projeto gráfico dos cartazes e do livreto	1º semestre de 2014
Definição da data na qual acontecerá o “Dia D” referente à divulgação da edição de 2013	1º semestre de 2014
Impressão de todo o material do <i>kit</i> e envio às escolas	A ser definido pela Diretoria responsável.

Fonte: Elaboração própria.

3.5. Avaliação da efetividade das ações implementadas

Como se trata de um plano de intervenção em uma política pública, faz-se necessário pensar em mecanismos de monitoramento e avaliação da eficiência das medidas empreendidas. No caso da disseminação dos resultados da Prova Brasil, a avaliação das ações será feita mediante pesquisa de opinião com os gestores estaduais e/ou municipais e/ou escolares de educação.

Para tanto, deverá ser aberto um *link*, que já será informado no material de divulgação, com perguntas acerca da percepção dos profissionais sobre os novos mecanismos de divulgação. Essa investigação será feita depois da divulgação definitiva, da chegada às escolas dos *kits* com os resultados e da realização do “Dia D”, provavelmente no ano posterior ao da edição da Prova em que forem implementadas as modificações.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A democratização e a conseqüente universalização do ensino fundamental no Brasil trouxeram à tona discussões sobre a eficiência da educação oferecida pelo Estado e contribuíram para o surgimento de sistemas de avaliação em larga escala. Nesse cenário, a Prova Brasil vem se firmando como um desses principais sistemas, envolvendo a participação de grande número de alunos e escolas.

Este estudo pautou-se na análise do modelo e do material de divulgação da Prova Brasil, política empreendida pelo Inep. Buscou-se explicar as fases que constituem a realização do exame, com o foco na última etapa, que consiste no esforço de disseminação dos resultados. Ao longo de todo o texto, foram apresentados elementos que fazem parte do processo de construção da Prova Brasil, de modo a demonstrar o significado desta avaliação para o contexto educacional brasileiro.

A análise bibliográfica realizada apontou a relevância da etapa de divulgação dos resultados na execução de políticas de avaliação em larga escala, ao mesmo tempo que demonstrou que os mecanismos usados pelos avaliadores nem sempre conseguem mobilizar as equipes pedagógicas para uma leitura adequada dos dados e sua utilização visando à melhoria da prática docente.

Mediante a aplicação de questionários, foram consultados gestores estaduais da área de avaliação educacional – 13 gestores atenderam as solicitações e se dispuseram a colaborar com a apreciação das estratégias e do material disponibilizado – contribuindo, decisivamente, para a formulação do plano de ação educacional.

Como se trata de uma política de nível nacional, prezou-se pela participação de gestores de diferentes regiões do País, de modo a se considerar opiniões de profissionais que atuam em variados contextos educacionais. Num desdobramento desta pesquisa, essa análise poderia ser expandida, contando, por exemplo, com gestores municipais ou regionais ligados à avaliação educacional nos estados.

As evidências da pesquisa efetuada com os gestores estaduais revelaram que, embora o material de divulgação seja considerado satisfatório na maioria dos quesitos avaliados, algumas alterações e melhorias são necessárias. Configura-se, então, como questão premente um exame constante tanto do processo pelo qual se viabiliza a disseminação de dados de avaliações externas quanto do material que é

elaborado para essa disseminação, a fim de verificar se estes atendem as expectativas e as necessidades daqueles que trabalham mais diretamente para a melhoria dos resultados das avaliações: gestores, professores e equipes pedagógicas.

No intuito de colaborar para o entendimento e o uso dos dados produzidos pela Prova Brasil, apresentou-se um Plano de Intervenção com ações voltadas ao refinamento das estratégias e dos instrumentos de disseminação, as quais vêm ao encontro dos anseios dos gestores estaduais. Constituem parte desse plano a reestruturação e o acréscimo de materiais ao *kit* de divulgação e a criação de um momento específico para o estudo dos resultados apresentados nas escolas.

Esta descrição sumária da investigação empreendida expõe as possibilidades encontradas e os limites da pesquisa. Ao que esses resultados indicam é que o investimento nas medidas sugeridas para a política de divulgação da Prova Brasil elevariam a efetividade desta avaliação, alcançando maior número de profissionais e possibilitando que estes tenham mais facilidade em compreender e usar os dados em prol da melhoria da educação das escolas brasileiras.

Do mesmo modo, espera-se que o estudo realizado possa servir de subsídio para fomentar o debate em torno dos mecanismos de divulgação dos resultados das avaliações em larga escala, o monitoramento e a apreciação das ações de disseminação e a proposição de estratégias para facilitar a apropriação das informações disponibilizadas, bem como incentive a elaboração de novas pesquisas sobre o tema.

REFERÊNCIAS

BAPTISTA, Sofia Galvão; CUNHA, Murilo Bastos da. Estudo de usuários: visão global dos métodos de coleta de dados. **Perspectivas em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v.12 n.2 maio/ago. 2007. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S1413-99362007000200011>>. Acesso em 02 abr. 2013.

BAUER, Adriana. Usos dos resultados das avaliações de sistemas educacionais: iniciativas em curso em alguns países da América. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**, Brasília, v. 9, n. 228, p. 315-344, maio/ago. 2010. Disponível em: <<http://rbep.inep.gov.br/index.php/RBEP/article/viewFile/1690/1341>>. Acesso em 02 abr. 2013.

BECKER, Fernanda da Rosa. Avaliação educacional em larga escala: a experiência brasileira. **Revista Ibero-americana de Educação**, n. 53/1, jun. 2010. Disponível em: <<http://www.rioei.org/deloslectores/3684Becker.pdf>>. Acesso em 02 abr. 2013.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF, Senado, 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constitui%C3%A7ao.htm>. Acesso em 25 ago. 2012.

_____. **Lei nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996**. Dispõe sobre as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, 1996. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm>. Acesso em 25 ago. 2012.

_____. **Decreto nº 6.317 de 20 de dezembro de 2007**. Aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep) e dá outras providências. Brasília, 2007. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2007/Decreto/D6317.htm>. Acesso em 03 out. 2012.

_____. **Lei de Diretrizes Orçamentárias 2013**. Orçamento da União Exercício de 2013: Orçamento Fiscal e da Seguridade Social. v. 2. Disponível em: <http://www.planejamento.gov.br/secretarias/upload/Arquivos/sof/LDO_2013/130415_Volume%20II.pdf>. Acesso em: 25 maio 2013.

BRASIL. CONTROLADORIA GERAL DA UNIÃO (CGU). **Relatório de auditoria anual de contas**. 2010. Disponível em: <<http://portal.inep.gov.br/institucional-relatorio>>. Acesso em 01 jun. 2013.

BRASIL. INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS. **Edital do Pregão Eletrônico nº 02/2013** – Daeb/Inep. Disponível em: <http://download.inep.gov.br/gestao_inep/aquisicoes/licitacoes/2013/pregao_elet_n02_2013_impressao_kit_prova_brasil_2011.pdf>. Acesso em: 25 maio 2013.

BRASIL. INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS. **Edital de chamada pública nº 01/2012**. Edital de credenciamento de especialistas para o banco de colaboradores do banco nacional de itens de exames das

avaliações da educação básica BC–BNI. Brasília. 2012. Disponível em: <http://download.inep.gov.br/outras_acoes/bni/edital/2012/Edital_-_Chamada_Publica_01-2012_-_Banco_de_Colaboradores_-_BNI.pdf>. Acesso em: 04 out. 2012.

_____. **História da Prova Brasil e do Saeb**. 2011. Brasília, 2011a. Disponível em: <<http://portal.inep.gov.br/web/prova-brasil-e-saeb/historico>>. Acesso em: 24 ago. 2012.

_____. **Nota técnica** – Assunto: Teoria de Resposta ao Item. 2011. Brasília, 2011b. Disponível em: http://download.inep.gov.br/educacao_basica/enem/nota_tecnica/2011/nota_tecnica_tri_enem_18012012.pdf. Acesso em: 13 jul. 2013.

_____. **Guia de elaboração e revisão de itens**. Brasília, 2010a. Disponível em: <www.smeduquedecaxias.rj.gov.br>. Acesso em: 20 set. 2012.

_____. **Guia de revisão linguística de itens**. Brasília, 2010b.

_____. **Prova Brasil** – avaliação do rendimento escolar 2009. Brasília, 2009a.

_____. **Cartazes Prova Brasil 2009**. Brasília, 2009b. Disponível em: <<http://sistemasprovabrasil2.inep.gov.br/ProvaBrasil/2009/MG/31200581.pdf>>. Acesso em: 11 mar. 2013.

_____. **Cartazes Prova Brasil 2007**. Brasília, 2007. Disponível em: <<http://sistemasprovabrasil2.inep.gov.br/ProvaBrasil/2007/MG/31200581.pdf>>. Acesso em: 11 mar. 2013.

_____. **Prova Brasil** – avaliação do rendimento escolar 2005. Brasília, 2005a.

_____. **Cartazes Prova Brasil 2005**. Brasília, 2005b. Disponível em: <<http://sistemasprovabrasil2.inep.gov.br/ProvaBrasil/2005/MG/31200581.pdf>>. Acesso em: 11 mar. 2013.

_____. **Saeb 2001: Novas Perspectivas**. Brasília, 2002. Disponível em: <http://www.publicacoes.inep.gov.br/arquivos/%7BA35B419A-D4AF-437E-BEB1-E8F38D2E55D8%7D_miolo_novas_perspectivas2001_296.pdf>. Acesso em: 30 out. 2012.

_____. **Geografia da educação brasileira**. Brasília, 2000. Disponível em: <http://www.publicacoes.inep.gov.br/arquivos/%7B657D4414-A50E-464E-A49D-A2405A5BA590%7D_geografia_educacao_brasileira_236.pdf>. Acesso em 20 set. 2012.

BRASIL. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Portaria nº 931, de 21 de março de 2005**. Institui o Sistema de Avaliação da Educação Básica. Brasília, 2005.

_____. **Portaria nº 839, de 26 de maio de 1999**. Cria o Sistema de Avaliação da Educação Básica. Brasília, 1999.

BROOKE, Nigel (Org.). **Marcos históricos na reforma da educação**. Belo Horizonte: Fino traço, 2012.

CASTRO, Maria Helena Guimarães de. Sistemas de avaliação da educação no Brasil avanços e novos desafios. **Revista Perspectivas**, São Paulo, v. 23, n. 1, p. 5-18, jan./jun. 2009. Disponível em: <http://www.seade.gov.br/produtos/spp/v23n01/v23n01_01.pdf>. Acesso em: 20 set. 2012.

FONTANIVE, Nilma Santos; ELLIOT Ligia Gomes; KLEIN Ruben. Os desafios da apresentação dos resultados da avaliação de sistemas escolares a diferentes públicos. **Revista Electrónica Iberoamericana sobre Calidad, Eficacia y Cambio en Educación**, v. 5, n. 2e, 2007. Disponível em: <<http://www.rinace.net/arts/vol5num2e/art18.pdf>>. Acesso em 02 abr. 2013.

HOUAISS. **Dicionário eletrônico Houaiss da Língua Portuguesa 3.0**. 2009.

IAIES, Gustavo. Evaluar las evaluaciones. In: IAIES, Gustavo et al. **Evaluar las evaluaciones: una mirada política acerca de las evaluaciones de la calidad educativa**. Buenos Aires: IIPE, Unesco, 2003. p. 15-36. Disponível em: <www.oei.es/evaluacioneducativa/evaluar_evaluaciones_iipe.pdf>.

PERRENOUD, Philippe. Sucesso na escola: só o currículo, nada mais que o currículo!. **Cadernos de Pesquisa**, n. 119, jul. 2003. Tradução: Neide Luzia de Rezende. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/cp/n119/n119a01.pdf>>. Acesso em: 30 out. 2012.

PLACCO, Vera Maria Nigro de Souza; ALMEIDA, Laurinda Ramalho de; SOUZA, Vera Lucia Trevisan de. **Relatório o coordenador pedagógico e a formação de professores: intenções, tensões e contradições**. 2011. Disponível em: <http://www.todospelaeducacao.org.br//arquivos/biblioteca/relatorio_final_coordenadores_pedagogicos.pdf>. Acesso em: 05 out. 2012.

OLIVEIRA, Ana Paula de Matos. **A Prova Brasil como política de regulação da rede pública do Distrito Federal**. 2011. 274 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação da Universidade de Brasília, Brasília, 2011.

OLIVEIRA, Romualdo Portela de. Da universalização do ensino fundamental ao desafio da qualidade: uma análise histórica. **Educação e Sociedade**, Campinas, v. 28, n. 100, p. 661-690, out. 2007. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/es/v28n100/a0328100.pdf>>. Acesso em 20 set. 2012.

RIBEIRO, Sérgio Costa. A pedagogia da repetência. **Revista Estudos Avançados**, São Paulo, v. 5, n. 12, maio/ago. 1991.

SILVA, Luciene Aparecida da; GARCIA, Nelson Luiz dos Santos; BICALHO, Adriana Célia da Silva. Avaliações sistêmicas da educação básica: instrumento de gestão pública da qualidade do ensino e mecanismo de controle social. **Administração pública e gestão social**, v. 2, n. 10, 2010. Disponível em: <<http://www.apgs.ufv.br/index.php/apgs/article/view/37>>. Acesso em: Acesso em 02 abr. 2013.

SOLIGO, Valdecir. Possibilidades e desafios das avaliações em larga escala da educação básica na gestão escolar. **Política e Gestão Educacional** (*on-line*), v. 8, p. 1-15, 2010. Disponível em: <http://www.fclar.unesp.br/Home/Departamentos/CienciasdaEducacao/RevistaEletronica/1_Possibilidades_e_Desafios_Valdecir_Soligo.pdf>. Acesso em: 01 dez. 2012.

SOUSA, Sandra Zákia; OLIVEIRA, Romualdo Portela de. Sistemas estaduais de avaliação: uso dos resultados, implicações e tendências. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, v. 40, n. 141, dez. 2010. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0100-5742010000300007&script=sci_arttext>. Acesso em: 02 abr. 2013.

VIANNA, Heraldo Marelím. Avaliações nacionais em larga escala: análises e propostas. **Estudos em Avaliação Educacional**, n. 27, jan./jun. 2003. Disponível em: <<http://educa.fcc.org.br/pdf/eae/n27/n27a02.pdf>>. Acesso em: 30 out. 2012.

VIEIRA, Ada Pimentel Gomes Fernandes. **Formação dos gestores escolares no contexto das políticas de avaliação da aprendizagem**. Fortaleza-CE. 2011. 201 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, 2011. Disponível em: <http://www.uece.br/ppge/images/dissertacoes/turma2009/dissertacao_ada.pdf>. Acesso em: 01 maio 2013.

WEISS, Carol. **Avaliação**. 1998. Programa de Pós-Graduação Mestrado Profissional. Universidade Federal de Juiz de Fora. Juiz de Fora/MG. 2011. 135 p.

ANEXOS

Anexo I

Questionário aplicado aos gestores estaduais de avaliação externa Avaliação do modelo e do material de divulgação da Prova Brasil

O questionário que segue é parte integrante da pesquisa que realizo para a dissertação de mestrado a ser defendida no Programa de Pós- Graduação em Gestão e Avaliação da Educação Pública – CAEd/UFJF, intitulada “UM ESTUDO SOBRE A POLÍTICA E O MATERIAL DE DIVULGAÇÃO DE RESULTADOS DA PROVA BRASIL”, sob orientação da Prof.^a Dra. Lina Kátia Mesquita.

No processo que envolve a execução de uma avaliação em larga escala, a divulgação de resultados é considerada uma das etapas mais importantes, pois possibilita a devolutiva à comunidade do desempenho observado nos testes, permitindo conhecer o nível de proficiência de redes e unidades de ensino. Na Prova Brasil, o principal material de divulgação é um *kit* – composto por um livreto e dois cartazes – enviado às escolas e Secretarias de Educação com dados sobre os seus rendimentos.

Minha proposta de investigação é avaliar esse material, bem como o modelo adotado para a divulgação dos resultados da Prova Brasil, com o intuito de trazer um refinamento ao processo e facilitar a compreensão e a apropriação dos resultados.

Desse modo, solicito a sua avaliação do modelo e do material utilizados respondendo ao questionário. A expectativa é de que a experiência com as avaliações estaduais possa contribuir com subsídios para a proposição de alterações na política de disseminação de resultados da Prova Brasil.

Obrigada por participar.

BLOCO I: LIVRETO DO *KIT*

1- Layout geral:

- Capa:

A () Ótimo. B () Bom. C () Regular. D () Ruim.

- Ilustrações:

A () Ótimo. B () Bom. C () Regular. D () Ruim.

- Tabelas e/ou gráficos:

A () Ótimo. B () Bom. C () Regular. D () Ruim.

- Linhas e cores:

A () Ótimo. B () Bom. C () Regular. D () Ruim.

- Distribuição das informações:

A () Ótimo. B () Bom. C () Regular. D () Ruim.

- Sugestões quanto ao layout:

R:

2- Informações textuais:

- Capacidade comunicativa dos textos:

A () Ótimo. B () Bom. C () Regular. D () Ruim.

- Qualidade das informações:

A () Ótimo. B () Bom. C () Regular. D () Ruim.

- Adequação da linguagem ao público-alvo (professores e outros profissionais):

A () Ótimo. B () Bom. C () Regular. D () Ruim.

- Divisão do texto em tópicos:

A () Ótimo. B () Bom. C () Regular. D () Ruim.

- Sugestões quanto às informações textuais:

R:

3- Abordagem dos temas:

- Ideb:

A () Ótimo. B () Bom. C () Regular. D () Ruim.

- Prova Brasil:

A () Ótimo. B () Bom. C () Regular. D () Ruim.

- Matrizes de referência:

A () Ótimo. B () Bom. C () Regular. D () Ruim.

- Escalas de proficiência:

A () Ótimo. B () Bom. C () Regular. D () Ruim.

- Resultados:

A () Ótimo. B () Bom. C () Regular. D () Ruim.

- Sugestões quanto à abordagem dos temas:

R:

4- Aplicabilidade do livreto no cotidiano escolar:

A () Ótimo. B () Bom. C () Regular. D () Ruim.

BLOCO II: CARTAZES DO KIT

5- Layout geral:

- Apresentação gráfica geral:

A () Ótimo. B () Bom. C () Regular. D () Ruim.

- Linhas e cores:

A () Ótimo. B () Bom. C () Regular. D () Ruim.

- Ilustrações:

A () Ótimo. B () Bom. C () Regular. D () Ruim.

- Tabelas e/ou gráficos:

A () Ótimo. B () Bom. C () Regular. D () Ruim.

- Distribuição das informações:

A () Ótimo. B () Bom. C () Regular. D () Ruim.

- Sugestões quanto ao layout:

R:

6- Informações textuais e dados:

- Capacidade comunicativa dos textos:

A () Ótimo. B () Bom. C () Regular. D () Ruim.

- Qualidade das informações:

A () Ótimo. B () Bom. C () Regular. D () Ruim.

- Clareza das informações:

A () Ótimo. B () Bom. C () Regular. D () Ruim.

- Relevância das informações:

A () Ótimo. B () Bom. C () Regular. D () Ruim.

- Sugestões quanto às informações textuais e dados:

R:

7- Aplicabilidade dos cartazes no cotidiano escolar:

A () Ótimo. B () Bom. C () Regular. D () Ruim.

BLOCO III: ESTRATÉGIAS DE DIVULGAÇÃO DA PROVA BRASIL

8- Em sua opinião, qual meio de divulgação da Prova Brasil tem maior alcance junto aos profissionais da educação?

A () Internet.

B () Televisão.

C () *Kit* de divulgação enviado para Secretarias e escolas.

D () Reuniões no local de trabalho, oficinas, seminários.

E () Conversas informais entre os profissionais.

9- O *kit* de divulgação favorece o entendimento e a apropriação dos resultados por parte dos docentes e dos demais profissionais da educação?

A () Sim. B () Parcialmente. C () Não.

10- O que você indica como o ponto alto do material de divulgação da Prova Brasil?

R:

11- O que precisa ser reelaborado?

R:

12- O *kit* de divulgação é usado como suporte material para reuniões, seminários, oficinas, etc.?

A () Sim. B () Parcialmente. C () Não.

13- Em sua opinião, que outro material deveria ser acrescentado ao *kit* de divulgação da Prova Brasil?

A () Revista.

B () Outros cartazes.

C () Vídeos.

D () Manuais.

E () Nenhum.

F () Outro. Qual?: _____

14-Que outro material para divulgação dos resultados da Prova Brasil é produzido em sua Secretaria?

- A () Revista ou boletim.
- B () Cartazes.
- C () Vídeos.
- D () Manuais.
- E () Nenhum.
- F () Outro. Qual?: _____

15-Em seu estado, há um momento ou data específica para que os profissionais estudem os resultados da Prova Brasil?

- A () Sim. Quando?: _____
- B () Não.

16- Que estratégias são usadas por sua Secretaria para promover a apropriação e a utilização dos resultados da Prova Brasil por professores e demais profissionais?

- A () Oficina/ Curso de capacitação.
- B () Seminário.
- C () Grupo de estudos.
- D () Reunião.
- E () Nenhuma.
- F () Outra. Qual?: _____

17- A divulgação concomitante da Prova Brasil/Saeb e do Ideb interfere no processo de apropriação dos resultados desses indicadores?

- A () Sim.
- B () Sim, com prejuízo maior do Ideb.
- C () Sim, como prejuízo maior da Prova Brasil/Saeb.
- D () Não.

18- Na divulgação concomitante da Prova Brasil/Saeb e do Ideb o resultado de um indicador se sobrepõe ao do outro?

- A () Sim. B () Não.

19-Os resultados da Prova Brasil/Saeb e os do Ideb têm tratamento diferenciado dentro de sua Secretaria?

A () Sim. B () Não.

20- O resultado do Ideb tem maior repercussão do que o da Prova Brasil/Saeb em sua Secretaria?

A () Sim. B () Não.

21-Em sua opinião, quais são os fatores que dificultam e quais são os que facilitam a apropriação e a utilização dos resultados da Prova Brasil pelos profissionais da educação?

Dificultadores:

Facilitadores:

BLOCO IV: SISTEMA ESTADUAL DE AVALIAÇÃO

22-Que estratégias são adotadas para disseminar os resultados do sistema de avaliação do seu estado?

A () Oficina/ Curso de capacitação.

B () Seminário.

C () Grupo de estudos.

D () Reunião.

E () Nenhuma.

F () Outra. Qual?: _____

23-Que material de divulgação é produzido para disseminar os resultados desse sistema?

A () Revista ou boletim.

B () Cartazes.

C () Vídeos.

D () Manuais.

E () Nenhum.

F () Outro. Qual?: _____

24- Que contribuição o modelo e o material adotados por sua Secretaria para a divulgação dos resultados do sistema estadual de avaliação poderiam trazer ao processo de disseminação de resultados da Prova Brasil?

R:

25- Outras sugestões e comentários quanto ao modelo e ao material de divulgação dos resultados da Prova Brasil.

R:

Anexo II

Roteiro de entrevista semiestruturada realizada com o Diretor de Avaliação da Educação Básica

Questões para a entrevista:

1- Atualmente, é notável a importância do Saeb/Prova Brasil no cenário educacional brasileiro. A que o senhor atribui essa importância?

2- As etapas que compõem o Saeb/Prova Brasil são todas realizadas por uma mesma coordenação dentro da Diretoria? Se não, qual a coordenação responsável pelas diferentes etapas?

3- Dentro do Inep, quem são os atores (servidores) responsáveis pela divulgação dos resultados? O senhor acha que essas pessoas poderiam contribuir com informações mais específicas para a minha pesquisa?

4- Especificamente, o meu foco de interesse é a política de divulgação dos resultados pelo Inep. Como é feita essa divulgação pelo Inep?

5- Como é o acesso ao material de divulgação? Posso ter acesso a ele?

6- Como foi o processo de definição do modelo de divulgação em vigor atualmente? Há quanto tempo esse modelo é usado?

7- O modelo em vigor tem-se mostrado satisfatório?

8- Existe internamente uma preocupação quanto à recepção e apropriação por parte dos profissionais da educação dos resultados divulgados pelo Inep?

9- Há alguma ação específica do Inep no sentido de saber se esses resultados são compreendidos e usados adequadamente pelos professores e gestores educacionais? Há estímulo a um feedback por parte desses profissionais?

10- No processo de divulgação dos resultados e no material que vai para as escolas, existe alguma orientação de como os professores devem interpretar e fazer uso desses resultados?

11- Alguns autores apontam que a divulgação de resultados seja uma das etapas mais importantes no processo de avaliação em larga escala, dizendo até que se essa etapa não for bem elaborada e eficiente pode pôr tudo a perder. Para o senhor, a ausência de uma melhoria satisfatória no desempenho dos estudantes de determinadas escolas ou redes pode estar relacionada à dificuldade de entendimento dos resultados das avaliações por parte dos professores?

12- No Brasil, estamos muito acostumados a uma escala que vai de 0 a 10 ou de 0 a 100. O fato de a escala de proficiência do Saeb/Prova Brasil ir de 0 a 500 e ser a mesma para todas as séries avaliadas poderia ser um complicador no processo de divulgação dos resultados e conseqüentemente de recepção e compreensão desses resultados?

13- Quando a nota do Saeb/Prova Brasil é usada no cálculo do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb) ela é posicionada numa escala entre 0 e 10. Esse procedimento não poderia ser adotado ao divulgar os resultados para a comunidade escolar, transpondo a proficiência do aluno para essa escala?

14- Algumas reportagens da mídia criticaram, recentemente, o fato de a divulgação do Ideb acontecer juntamente com a dos resultados do Saeb/Prova Brasil. Alega-se que o Ideb desvia a atenção da sociedade e ofusca o desempenho observado na Prova. O senhor concorda com essa crítica? Na sua opinião, haveria necessidade de rever esse calendário?

15- No período de aplicação das provas há uma grande mobilização nas escolas. Contudo, aparentemente, não se observa o mesmo em relação à divulgação dos resultados. O senhor considera suficientes as ações do Inep no sentido de mobilizar o setor educacional para receber, estudar e buscar formas de aplicar os resultados?

16- Um dos objetivos do Saeb/Prova Brasil é concorrer para a melhoria da qualidade da educação brasileira. Esse objetivo está sendo cumprido?

Obrigada por sua colaboração!

Anexo III

Roteiro de entrevista semiestruturada realizada com o Coordenador da área responsável pela disseminação dos resultados

Questões para a entrevista:

1- Esta coordenação foi apontada pelo diretor da Daeb como sendo a grande responsável pela divulgação dos resultados do Saeb. Quantas pessoas compõem a equipe e como ela está subdividida?

2- Em que momento começa o trabalho desta coordenação com o Saeb?

3- Esse material [livros que o coordenador estava mostrando] chegou a ser divulgado, distribuído?

4- Esse material que você disse que será enviado às escolas ainda não foi produzido?

5- Você sabe como foi a definição desse modelo de divulgação?

6- Segundo algumas reportagens e estudos, esse *kit* de divulgação dos resultados de 2009 não chegou às escolas. Você confirma essa informação?

7- Qual avaliação é feita sobre a eficácia desse modelo de divulgação?

8- Como a equipe avalia a recepção e a apropriação dos resultados divulgados pelo Inep por parte dos profissionais da educação básica?

9- Você acha que existe algum esforço por parte dos estados e municípios nesse sentido?

10- Você considera que professores, gestores e a própria sociedade já se acostumaram e aprenderam a interpretar a escala de proficiência que traz os resultados. E você sabe dizer como foi definida essa escala?

11- Mas você considera então que as pessoas ainda não se acostumaram?

12- Recentemente, algumas reportagens criticaram o fato de a divulgação do Ideb acontecer junto com a divulgação do Saeb. Alegaram que o Ideb desvia a atenção da sociedade e ofusca o desempenho observado na prova. Esse tema já foi objeto de discussão da sua equipe?

13- Na sua opinião, na opinião da sua equipe, haveria a necessidade de separar esses momentos? De alterar esse calendário?

14- No período de aplicação das provas, há uma grande mobilização das escolas. Contudo não se observa o mesmo em relação a divulgação dos resultados. Há por parte desta coordenação alguma ação no sentido de mudar essa tendência? Como o Inep poderia mobilizar o setor educacional para receber, estudar e buscar formas de aplicar os resultados?

Obrigada por sua colaboração!